

RELATÓRIO DE GESTÃO



exercício

2018



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

Bem-vindos

- **Este é o Relatório de Gestão do Instituto Federal de Roraima - Ano 2018**

- Relatório de Gestão do Exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Instrução Normativa TCU n.º 72/2013, da Decisão Normativa TCU n.º 170/2018 e da Portaria TCU n.º 369/2018, e com as orientações do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

Coordenação de Elaboração:
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Diagramadores
Simone Gomes Moreira
Jayne de Castro Thomé

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

Reitora

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sandra Grützmacher

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Fabiana Leticia Sbaraini

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Nadson Castro dos Reis

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Regina Ferreira Lopes

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diogo Saul Silva Santos

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI

CAMPUS AMAJARI

George Sterfson Barros

CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

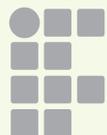
Maria Aparecida Alves de Medeiros

CAMPUS NOVO PARAISO

Eliezer Nunes Silva

CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM

Leila Márcia Ghedin



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AGU – Advocacia Geral da União
ASCOM – Assessoria de Comunicação
CAB – Campus Avançado Bonfim
CAM – Campus Amajari
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBV – Campus Boa Vista
CBVZO – Campus Boa Vista Zona Oeste
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Controladoria Geral da União
CNP – Campus Novo Paraíso
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DIPAE – Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis
DIPEAD – Diretoria de Políticas de Educação a Distância
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD – Educação a Distância
E-OUV – Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal
E-SIC – Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MPF – Ministério Público Federal
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
PAT – Plano Anual de Trabalho
PBAEX – Programa Institucional de Bolsa Acadêmica de Extensão

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBICT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PIPAD – Programa de Incentivo a Pesquisa Aplicada – Docente
PIPAP – Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIVICT – Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
RAP – restos a pagar
RMA – Relatório de Movimentação de Almoarifado
RMB – Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Superintendência do Patrimônio da União
SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública
TAE – Técnico-Administrativos em Educação
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Instituição	12	Figura 24 – Relação candidato/vaga.....	42
Figura 2 – Cadeia de valor	14	Figura 25 – Relação ingresso/estudante.....	43
Figura 3 – Mapa estratégico	16	Figura 26 – Relação concluinte/aluno.....	43
Figura 4 – Estrutura de governança do IFRR	19	Figura 27 – Índice de eficiência acadêmica.....	43
Figura 5 – Classificação das demandas recebidas pelo e-OUV.....	22	Figura 28 – Índice de retenção do fluxo escolar.....	44
Figura 6 – Atendimento aos pedidos de acesso à informação.....	22	Figura 29 – Relação de alunos por docente.....	44
Figura 7 – Classificação dos pedidos por tipo de resposta.....	22	Figura 30 – Percentual de vagas equivalentes em cursos técnicos.....	44
Figura 8 – Classificação das demandas recebidas por e-mail.....	23	Figura 31 – Percentual de vagas equivalentes em cursos de formação de professores.....	45
Figura 9 – Gráficos dos resultados da pesquisa de satisfação – e-mail.....	23	Figura 32 – Percentual de vagas equivalentes em cursos de Proeja.....	45
Figura 10 – Gráficos dos resultados da pesquisa de satisfação – e-SIC.....	24	Figura 33 – Indicadores da pesquisa, pós-graduação e inovação.....	46
Figura 11 – Gráficos dos resultados da pesquisa de satisfação – e-OUV.....	25	Figura 34 – Dados de produção por unidade do IFRR.....	49
Figura 12 – Composição do Comitê de Governança, Gestão de Risco e Integridade.....	27	Figura 35 – Indicadores da extensão.....	50
Figura 13 – Distribuição dos cursos por níveis no IFRR.....	31	Figura 36 – Atos Sisac / e-Pessoal em 2018.....	60
Figura 14 – Matrículas por eixo tecnológico.....	32	Figura 37 – Reposição ao Erário incluídos em 2018.....	61
Figura 15 – Porcentagem de matrículas por situação no IFRR.....	33	Figura 38 – Distribuição da força de trabalho.....	61
Figura 16 – Eixos e sub eixos tecnológicos dos cursos do IFRR.....	34	Figura 39 – Jornada de trabalho semanal.....	61
Figura 17 – Evolução do indicador gasto corrente por aluno.....	35	Figura 40 – Titulação dos servidores efetivos.....	61
Figura 18 – Evolução do atendimento da assistência estudantil.....	39	Figura 41 – Evolução do quadro de servidores efetivos.....	62
Figura 19 – Série histórica do indicador institucional de assistência estudantil.....	40	Figura 42 – Demonstrativo das remoções de servidor.....	62
Figura 20 – Números de estudantes matriculados por renda per capita familiar.....	40	Figura 43 – Pagamento de bolsa auxílio à qualificação.....	87
Figura 21 – Dados gerais da EaD.....	41	Figura 44 – Contratações no IFRR em 2018	89
Figura 22 – Relação de candidatos por vaga ofertada nos cursos EaD.....	41	Figura 45 – RAP Não Processados por Grupo de Despesa.....	87
Figura 23 – Taxa de crescimento das matrículas realizadas em EaD.....	41	Figura 46 – Execução de RAP Não Processados.....	89
		Figura 47 – Recomendações da CGU pelo Sistema Monitor.....	98

SUMÁRIO

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	09	às Metas.....	42
Missão, visão e valores.....	09	Monitoramento das Metas não Alcançadas.....	51
Estrutura organizacional.....	10	Perspectiva para os Próximos Exercícios.....	52
Ambiente externo	13		
Modelo de negócios	14	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO.....	53
		Declaração dos Pró-reitores de Administração e de Desenvolvimento	
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	15	Institucional	54
Principais objetivos estratégicos.....	16	Gestão orçamentária e financeira.....	56
O Ciclo do planejamento estratégico no IFRR	17	Gestão de pessoas.....	60
Estruturas de governança.....	18	Gestão de licitação e contratos.....	64
Atuação da unidade de auditoria interna.....	20	Gestão patrimonial e infraestrutura.....	65
Principais canais de comunicação com a sociedade.....	21	Gestão da tecnologia da informação.....	66
Carta de Serviços ao Cidadão.....	22	Gestão de custos.....	67
Resultados dos serviços da Ouvidoria.....	22	Sustentabilidade ambiental.....	67
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	23		
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	68
e instalações.....	25	Declaração da contadora.....	69
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	25	Demonstrações Contábeis	71
Medidas administrativas para apuração de responsabilidade.....	25	Notas explicativas.....	84
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	26	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	96
Comitê de Gestão da Integridade.....	28	Determinação da materialidade das informações.....	97
		Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	97
RESULTADOS DA GESTÃO.....	30	Tratamento de determinações e recomendações da CGU.....	98
Resultados alcançados	31		
Principais Programas e Projetos.....	37	APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	99
Avaliação dos Objetivos Alcançados e do Desempenho em Relação			

CARTA DA REITORA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O IFRR está estruturado em 06 unidades administrativas, sendo: a Reitoria, órgão executivo central e gestor das políticas da Instituição; 04 campi, Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste e Novo Paraíso; e o Campus Avançado Bonfim.

O ano de 2018 foi marcado por vários avanços institucionais, os resultados positivos devem-se, em especial, ao engajamento da comunidade interna no alcance desses objetivos. Destaca-se como um dos avanços o crescimento no número de matrículas, onde computaram-se 5.876 matrículas, o que representa 31,25% de aumento em relação ao exercício anterior, ofertados em 85 cursos, distribuídos nos cinco campi e divididos nos níveis de Formação Inicial e Continuada (FIC), Ensino Técnico (Integrado ao Ensino Médio e Subsequente), Ensino Superior (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia) e Pós-Graduação Lato Sensu, nas modalidades presencial e a distância. Outro ponto a ser ressaltado é quanto às parcerias que o IFRR realizou com outras instituições de ensino superior para a realização de programas de mestrado, visando atender o público interno e externo.



CARTA DA REITORA

Importa destacarmos, também, que o IFRR conta com um efetivo de 327 docentes, entre efetivos e substitutos, e 382 técnicos administrativos em educação em seu quadro de pessoal. Em 2018, o IFRR realizou a contratação de 25 técnicos administrativos em educação, 11 professores efetivos e 30 professores temporários.

Em 2018, algumas conquistas não foram alcançadas em função de fatores político-econômicos, externos ao nosso controle, vivenciamos a continuidade de um cenário financeiro fortemente impactado por bloqueios e contingenciamentos, limites orçamentários e demora no repasse dos recursos financeiro para quitação das obrigações institucionais, tais fatores refletem diretamente no planejamento realizado para o exercício pelo IFRR. Com isso, fez-se necessário o redirecionamento e remanejamento de recursos para contornar as dificuldades, honrar com os compromissos assumidos e atender aos objetivos institucionais.

Apesar desse cenário, o IFRR trabalhou com a otimização da utilização e disponibilização dos recursos, executando 99,62% do recurso de custeio funcionamento e 99,95% do recurso de investimento, destinado ao funcionamento geral da Instituição. Conseguimos, ainda, realizar a oferta de assistência estudantil, bolsa para os programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação (Inova, Monitoria, Pibict e Pbaex), auxílio financeiro aos pesquisadores do Pipad e a projetos na área de energias renováveis.

O IFRR teve como marco histórico em 2018, 03 registros de propriedade intelectual, sendo: 01 depósito de pedidos de patentes na área de biocombustível, 01 depósito de patente na área de efluentes (em cotitularidade com a Universidade Federal de Roraima), e 01 registro de software na área de automação de certames.

O IFRR iniciou também a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2019-2023, que é um documento de extrema importância para instituições de ensino ofertantes de cursos superiores, uma vez que direcionam as ações institucionais pelo período de sua vigência.

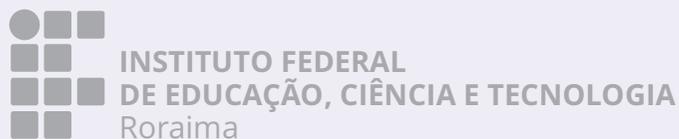
Com relação à infraestrutura física, em 2018, foi realizada a instalação de combate a incêndio no Campus Novo Paraíso (CNP). No Campus Boa Vista (CBV) foi iniciada a reforma elétrica e, objetivando a melhoria na acessibilidade no campus, foi emitida ordem de serviço para aquisição e instalação de 02 plataformas elevatórias e 01 elevador. No Campus Amajari (CAM) iniciou-se a construção do muro e cerca em torno do terreno, como forma de dar maior segurança aos projetos desenvolvidos pela comunidade interna. E, finalmente, foi contratada uma empresa para terminar o remanescente da obra de construção do Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO).

Convictos dos esforços empenhados para o alcance contínuo dos melhores resultados pelo IFRR, ressaltamos a importância desse relatório como forma de prestação de contas à sociedade quanto ao cumprimento da finalidade da Instituição e gestão dos recursos disponibilizados.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 30 de dezembro de 2008. É vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e foi instituído como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.



Missão

Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.



Visão de Futuro

Ser referência no País como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão



•Valores

- Ética
- Compromisso Social
- Gestão Democrática
- Excelência
- Sustentabilidade
- Respeito à Diversidade
- Justiça

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O IFRR está estruturado em formato multicampi e tem sua administração central exercida pela Reitoria. A sua organização administrativa compreende uma estrutura de órgãos colegiados, executivos, de controle e de assessoramento, resumidamente apresentados a seguir.

- I – Órgãos Colegiados
 - a) Conselho Superior; e
 - b) Colégio de Dirigentes.
- II – Órgãos Executivos
 - a) Reitoria;
 - b) Pró-Reitorias;
 - c) Diretorias Sistêmicas;
 - d) Direção Geral dos Campi; e
 - e) Direção de Campus Avançado.
- III – Órgãos de Controle
 - a) Procuradoria Federal; e
 - b) Auditoria Interna.
- IV – Órgãos de Assessoramento
 - a) Conselho Gestor de Campus;
 - b) Comitês; e
 - c) Comissões Permanentes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Pró-Reitores



Regina Ferreira Lopes
Pró-Reitora de Administração
Responsável pelas políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.



Diogo Saul Silva Santos
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Responsável pelas políticas de planejamento, desenvolvimento e avaliação institucional.



Sandra Grützmacher
Pró-Reitora de Ensino
Responsável pelas políticas do ensino técnico e de graduação, assim como das políticas relacionadas ao estudante.



Nadson Castro dos Reis
Pró-Reitor de Extensão
Responsável pelas políticas de extensão, relações com a sociedade e empreendedorismo.



Fabiana Letícia Sbaraini
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Responsável pelas políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação

Diretores-Gerais



George Sterfson Barros
Diretor-Geral do Campus Amajari



Leila Marcia Ghedin
Diretora do Campus Avançado Bonfim



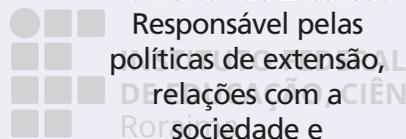
Joseane de Souza Cortez
Diretora-Geral do Campus Boa Vista



Maria Aparecida Alves de Medeiros
Diretora-Geral do Campus Boa Vista Zona Oeste



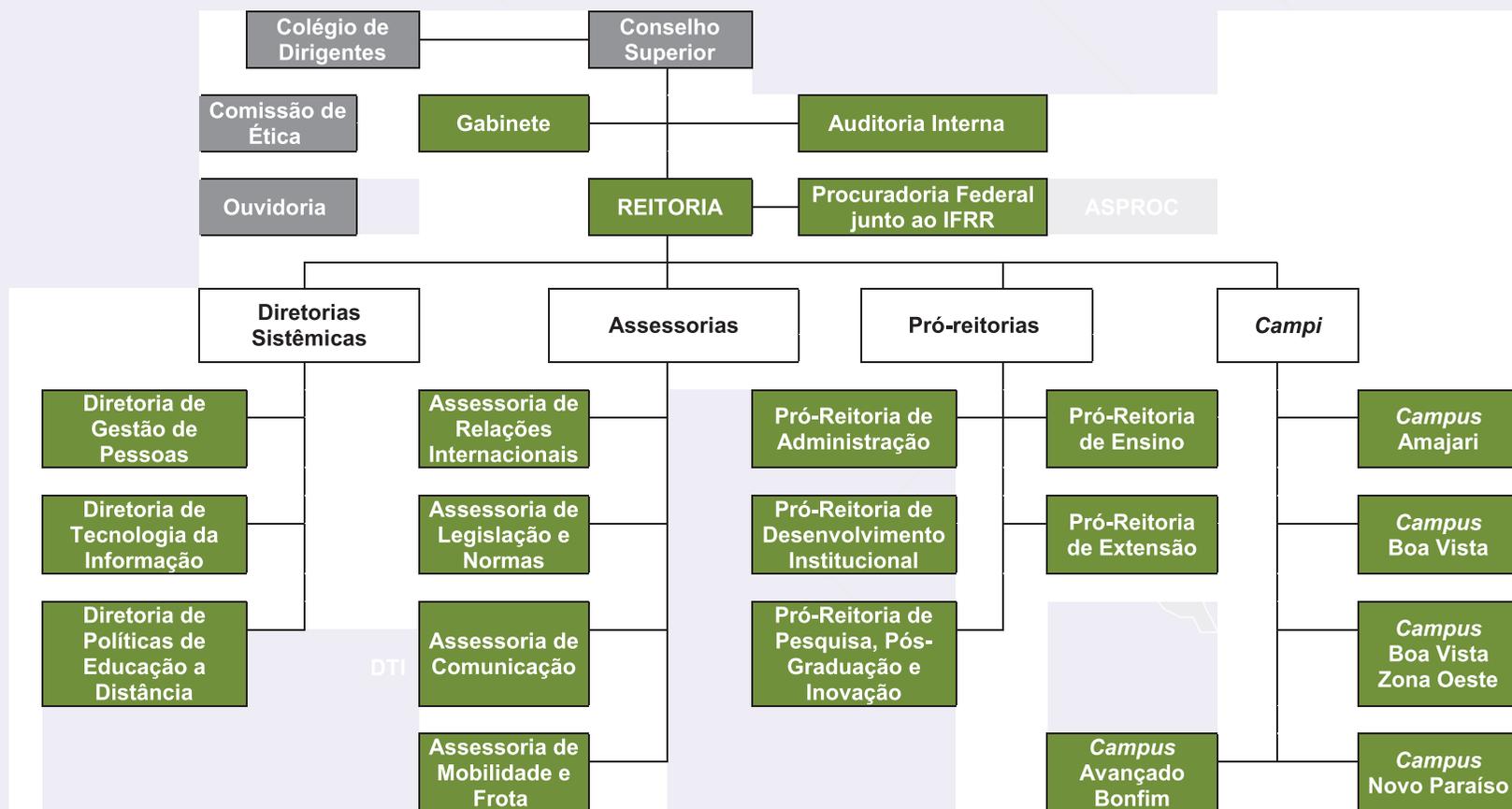
Eliezer Nunes Silva
Diretor-Geral do Campus Novo Paraíso



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Figura 1: Organograma da Instituição

As competências de cada um dos órgãos estão descritas no Estatuto (<http://www.ifrr.edu.br/acesso/informacao/institucional/estatuto>) e/ou Regimento Geral do IFRR (<http://www.ifrr.edu.br/acesso/informacao/rg/regimento-geral>). No entanto, ressaltamos que, no momento de elaboração deste relatório, esses documentos estavam passando por um processo de atualização.



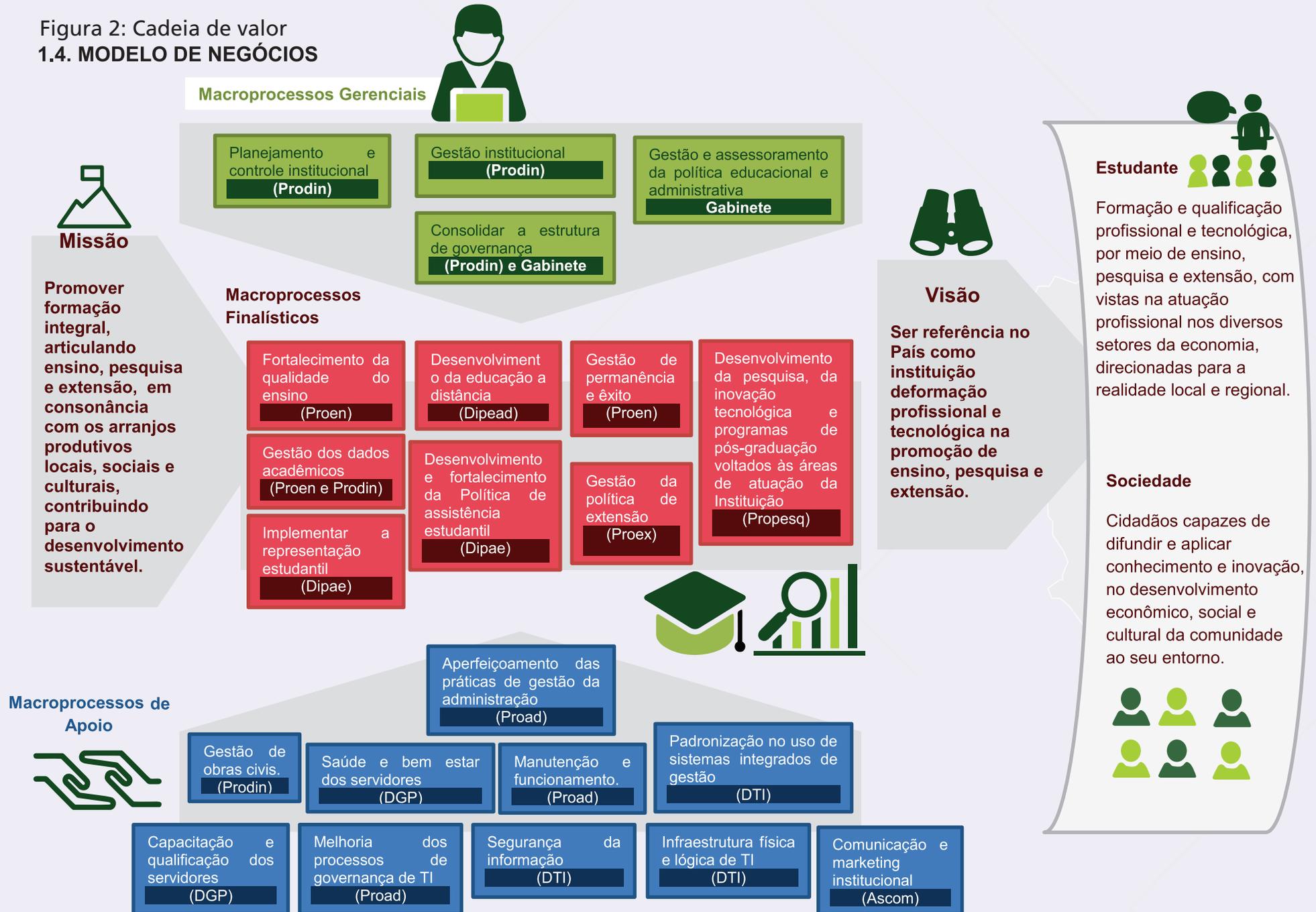
AMBIENTE EXTERNO

O Instituto Federal de Roraima foi fortemente impactado por dois fatores que afetaram a execução de suas atividades: (i) bloqueios orçamentários, contingenciamento de cotas de empenho e liberação tardia de créditos, que refletiram diretamente no planejamento realizado no Plano Anual de Trabalho da Instituição, elaborado para o exercício de 2018 pelo IFRR; e (ii) a imposição por órgãos governamentais/fiscalizadores para adoção de sistemas e/ou elaboração de planos institucionais.

Com relação ao primeiro item, o IFRR buscou algumas alternativas para minimizar seus impactos, como a priorização de ações a serem executadas, redução ou cancelamento de algumas ações. Quanto a segunda opção, entendemos que seu objetivo é a profissionalização da gestão e o fortalecimento da governança institucional, portanto, por mais complicado que seja em sua implantação (pois implica em mudança), posteriormente melhorará a efetividade da Instituição. Outras situações que merecem ser citadas são: (iii) maior exigência da sociedade para que os órgãos públicos sejam efetivos na realização de suas atividades; (iv) deficiência no transporte público municipal; (v) novas tecnologias de informação e comunicação, que alteram o cenário das atividades econômicas; (vi) vulnerabilidade social das famílias e, conseqüentemente, dos estudantes do IFRR; e (vii) surgimento no Estado de novas instituições que ofertam cursos técnicos e superiores.



Figura 2: Cadeia de valor
1.4. MODELO DE NEGÓCIOS



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Os objetivos estratégicos Institucionais, assim como sua missão e visão, estão presentes no Mapa Estratégico do IFRR.

Figura 3: Mapa estratégico

MAPA ESTRATÉGICO DO IFRR 2014-2018

MISSÃO

Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

VISÃO DE FUTURO

Ser referência no País como instituição de formação profissional, tecnológica na promoção do ensino, pesquisa e extensão.

SOCIEDADE

Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos, sociais e culturais.

Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas.

Consolidar as estruturas de governança.

Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

PROCESSOS INTERNOS

Fortalecer continuamente a qualidade do ensino.

Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância

Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica.

Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito.

Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico.

TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, capacitação e qualificação.

Implementar/consolidar o sistema integrado de gestão institucional.

Consolidar a expansão e a reestruturação do IFRR para promover a qualidade dos serviços prestados.

Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações.

Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição.

O CICLO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO IFRR

As diretrizes estratégicas do IFRR estão definidas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (<http://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2014-2018>), cuja vigência é por cinco anos. Em 2018 encerrava-se a vigência de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), exercício 2014-2018, e iniciávamos a elaboração de um novo, exercício 2019-2023. A construção envolve a comunidade externa e interna por meio de audiências e/ou consultas públicas.

Na elaboração do planejamento, são observados os objetivos institucionais contidos na Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), todas do governo federal. Outro documento norteador é o Termo de Acordos e Metas (TAM), assinado entre o IFRR e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) / Ministério da Educação (MEC).

Alinhamento do Planejamento Institucional do IFRR



O PDI subsidia a elaboração do planejamento institucional de curto prazo, o Plano Anual de Trabalho (<http://reitoria.ifrr.edu.br/pro-reitorias/prodin/planejamento>). O planejamento é compreendido como função cíclica, em que se planeja, acompanha, avalia e replaneja as ações. Portanto, surge a necessidade de acompanhamento do planejado, com o objetivo de garantir o cumprimento dos objetivos propostos por meio das metas estabelecidas e, se necessário, corrigir rumos e superar dificuldades. Esse acompanhamento é realizado por meio de relatórios de avaliação do PAT, que demonstra o cumprimento das ações, a execução das metas físicas e financeiras em conformidade com o orçamento geral da Instituição e as dificuldades encontradas durante a realização da ação, assim como as soluções encontradas. A periodicidade de emissão desses relatórios é quadrimestralmente e é coordenado pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin)

Outro documento muito importante para subsidiar a elaboração e revisão do planejamento institucional é o relatório emitido anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (<http://www.ifrr.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao-institucional>), que coordena o processo de autoavaliação institucional.

O Planejamento foi elaborado sob a perspectiva de dez dimensões, sendo elas:

1 - ENSINO



2 - PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA



3 - EXTENSÃO



4 - POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



5 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



6 - ADMINISTRAÇÃO



7 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8 - GESTÃO DE PESSOAS



9 - EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



10 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O modelo de governança retrata a forma como diversos atores se organizam e interagem, em busca da construção de uma adequada governança institucional.

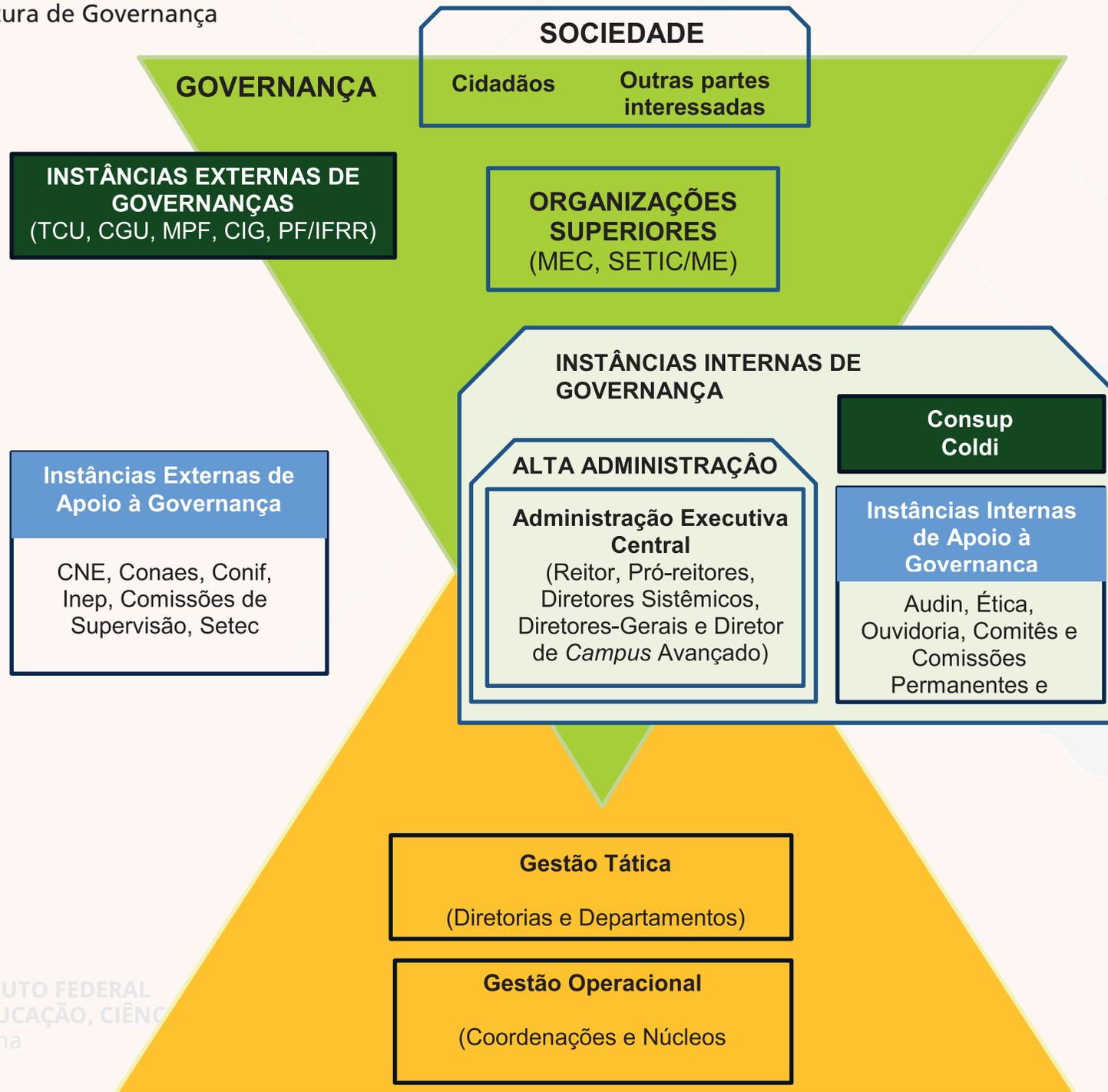
A sociedade atua na fiscalização das ações e com representatividade na tomada de decisões do IFRR. As organizações superiores, atuam na normatização de diretrizes e processos de negócio.

As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel na promoção da governança.

A estrutura interna de governança do IFRR segue as definições da Lei no 11.892/2008, seu Estatuto e Regimento Geral. O Conselho Superior é o órgão máximo de governança, de caráter consultivo e deliberativo, sendo presidido pela Reitora.

As instâncias internas de apoio a governança possuem entidades que atuam na definição de estratégias para o alcance dos objetivos institucionais, na segurança da informação, na comunicação entre as partes interessadas internas e externas a administração, na avaliação institucional e na avaliação e monitoramento de riscos e controles internos.

Figura 4: Estrutura de Governança



ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

2.2.1.1. Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A atuação da Auditoria Interna do IFRR está regulada pelo Regimento Geral (<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/rg/regimento-geral>).

2.2.1.2. Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

Conforme Art. 28 do Regimento Geral, a Auditoria Interna deve ter livre acesso a informações, dependências e instalações, bem como a títulos, documentos e valores. Ademais, a Auditoria Interna é vinculada ao Conselho Superior da Instituição, órgão máximo da Instituição.

2.2.1.3. Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

Está previsto no parágrafo único do Art. 16 do Regimento Geral do IFRR que a estrutura da Auditoria Interna é composta pela Auditoria Interna Geral e pelas Auditorias Internas dos Campus. Contudo, atualmente a Instituição possui somente a Auditoria Interna localizada na Reitoria, a qual realiza ações de controle em todas as unidades gestoras, em conformidade com o resultado da respectiva Matriz de Risco do PAINT.

2.2.1.4. Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular e qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade

Em atendimento ao disposto no parágrafo único do Art. 10 da Portaria nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, a auditora designada mediante a Portaria nº 724/2010 foi substituída pelo auditor contábil

cedido pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), conforme Portaria nº 457, de 3 de julho de 2018. No entanto, em fevereiro de 2019, o Reitor da UFRR requereu o retorno do auditor contábil à UFRR. Por este motivo, a antiga auditora foi novamente designada na qualidade de interina, conforme Portaria nº 351/GR, de 27 de fevereiro de 2019. A situação da interinidade ocorreu em virtude da ausência de servidor interessado em assumir a função e que atenda o disposto nos incisos I a V Portaria nº 2.737/2017.

Atualmente, a equipe da Auditoria Interna do IFRR é composta por uma auditora e dois economistas.

2.2.1.5. Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna:

Os Relatórios de Auditoria Interna são encaminhados à presidente do Conselho Superior, que também é Reitora do IFRR. Ela toma conhecimento das constatações e das recomendações emitidas.

2.2.1.6. Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Todos os riscos identificados durante os trabalhos da Auditoria Interna são comunicados à presidente do Conselho Superior, por meio do envio dos Relatórios de Auditoria Interna. Por meio do monitoramento previsto no Art. 17 da Instrução Normativa nº 24/2015, as recomendações não implementadas são apresentadas ao colegiado do Conselho Superior do IFRR.

2.2.1.7. Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade:

No Exercício de 2018, a Auditoria Interna voltou a ser composta por três servidores públicos a seguir relacionados: Auditor Interno Chefe e dois economistas. As ações de controle foram realizadas pelo auditor chefe e por um economista. Já o monitoramento é realizado pelo auditor chefe e pelo outro economista.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

O IFRR mantém diversos canais de relacionamento com a sociedade, buscando dar publicidade e transparência aos seus atos e às informações institucionais, tendo a Ouvidoria como principal elo entre a comunidade interna, a comunidade externa e as instâncias administrativas e pedagógicas desta Instituição.

A principal ferramenta de comunicação do IFRR com sua comunidade externa é o site institucional, mas também faz uso de redes sociais e de um bom relacionamento com a imprensa local.



<https://www.facebook.com/IFRROFICIAL/>



<https://www.instagram.com/ifrrofficial>



<https://www.youtube.com/IFRR1>

Site

O portal institucional do IFRR (<http://www.ifrr.edu.br/>) disponibiliza acesso às páginas da Reitoria, dos campi, notícias diárias das ações do IFRR, acesso às informações sobre os principais programas e projetos institucionais, serviços à comunidade interna e externa e aos sistemas acadêmicos e administrativos.



Roraima



Atendimento presencial da Ouvidoria

De segunda à sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h, no prédio da Reitoria do IFRR, localizada na Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11- Calungá. Boa Vista - RR. CEP: 69.303-220.



Telefones Institucionais

Ouvidoria: (95) 3624-1702
Reitoria: (95) 3624-1224
Campus Amajari: (95) 3593-1143 e (95) 3593-1119
Campus Boa Vista: (095) 3621-8000
Campus Boa Vista Zona Oeste: (95) 3625-4527
Campus Novo Paraíso: (95) 3532 4100



e-Mails

Ouvidoria: ouvidoria@ifrr.edu.br
Reitoria: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
Campus Amajari: gabinete.amajari@ifrr.edu.br
Campus Boa Vista: gabinete.boavista@ifrr.edu.br
Campus Boa Vista Zona Oeste: gabinete.cbvzo@ifrr.edu.br
Campus Novo Paraíso: gabinete.novoparaíso@ifrr.edu.br
Campus Avançado Bonfim: gabinete.bonfim@ifrr.edu.br



e-OUV

Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>)



e-SIC

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>).

Os cidadãos interessados em informações sobre a atuação da Instituição podem acessar a aba "Acesso à Informação", na página inicial do IFRR, ou ir diretamente no link <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao>.

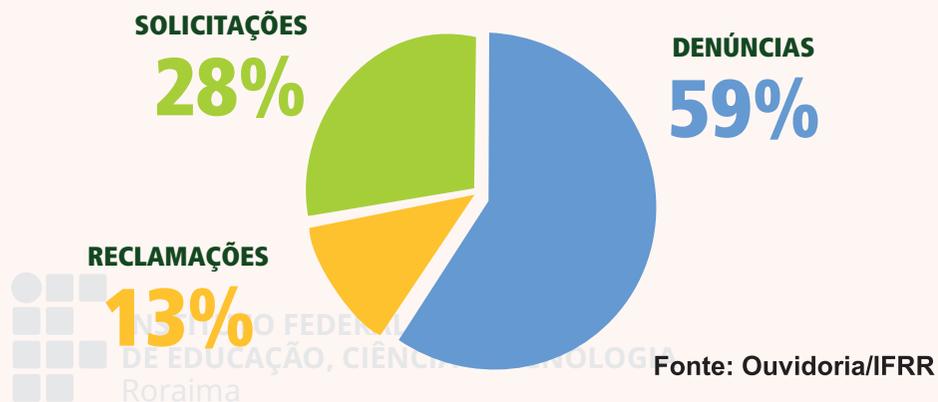
CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A carta de Serviço ao Cidadão do IFRR foi aprovada pela Resolução n.º 269-Conselho Superior, de 6 de julho de 2016 e se encontra publicada no portal institucional, no link <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/Carta.pdf>.

RESULTADOS DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA

Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (e-OUV)
O e-OUV é um sistema de ouvidorias online desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União para recebimento, análise e resposta das manifestações de ouvidoria. No exercício de 2018, tivemos 32 demandas recebidas pelo e-OUV, distribuídas em denúncias, reclamações e solicitações, conforme figura abaixo.

Figura 5: Classificação das demandas recebidas pelo e-OUV



SISTEMA ELETRÔNICO DE SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (E-SIC)

Em 2018 houve 84 pedidos, com tempo médio de resposta de 8,48 dias. Nenhum pedido foi respondido fora do prazo, o que demonstra eficiência e compromisso do IFRR para com a sociedade, no sentido de dar transparência e celeridade às suas ações. Não houve nenhuma negativa de acesso e todos os solicitantes eram pessoa física.

Figura 6: Atendimento aos pedidos de acesso à informação

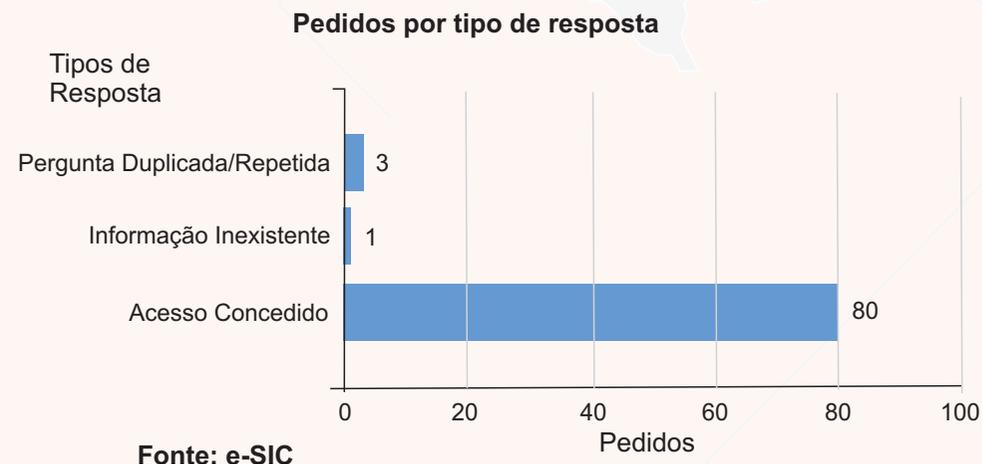
Situação dos pedidos de acesso à informação

■ Respondidos

100,00%

Fonte: e-SIC

Figura 7: Classificação dos pedidos por tipo de resposta



Quadro 1: Características dos pedidos de acesso à informação

Características dos pedidos de acesso à informação	
Total de perguntas	319
Total de solicitantes	72
Maior número de pedidos feitos por um solicitante	4
Perguntas por pedido	3,80
Solicitantes com um único pedido	63

Fonte: e-SIC

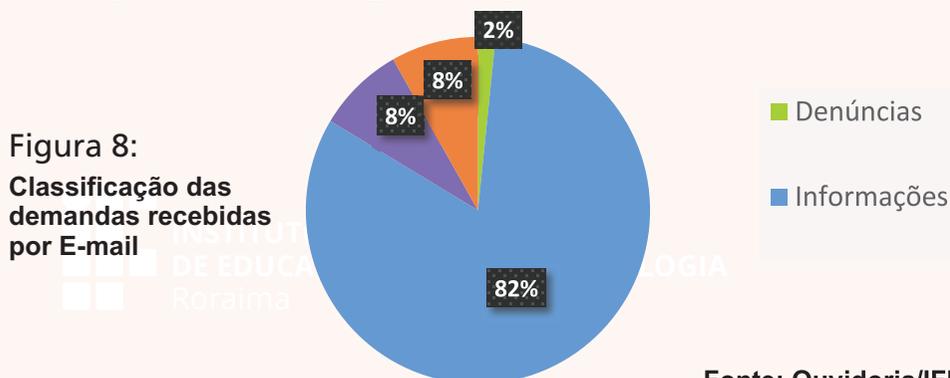
Quadro 2: Principais temas das solicitações

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Educação profissional e tecnológica	69	82,14%
Educação - Profissionais da educação	8	9,52%
Educação - Gestão escolar	3	3,57%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	1	1,19%
Educação - Legislação educacional	1	1,19%
Educação - Educação de jovens e adultos	1	1,19%
Educação - Educação à distância	1	1,19%

Fonte: e-SIC

CORREIO ELETRÔNICO

Em 2018 tivemos 61 demandas recebidas por meio do correio eletrônico, distribuídas em denúncias, informações, reclamações e solicitações, conforme figura a seguir.

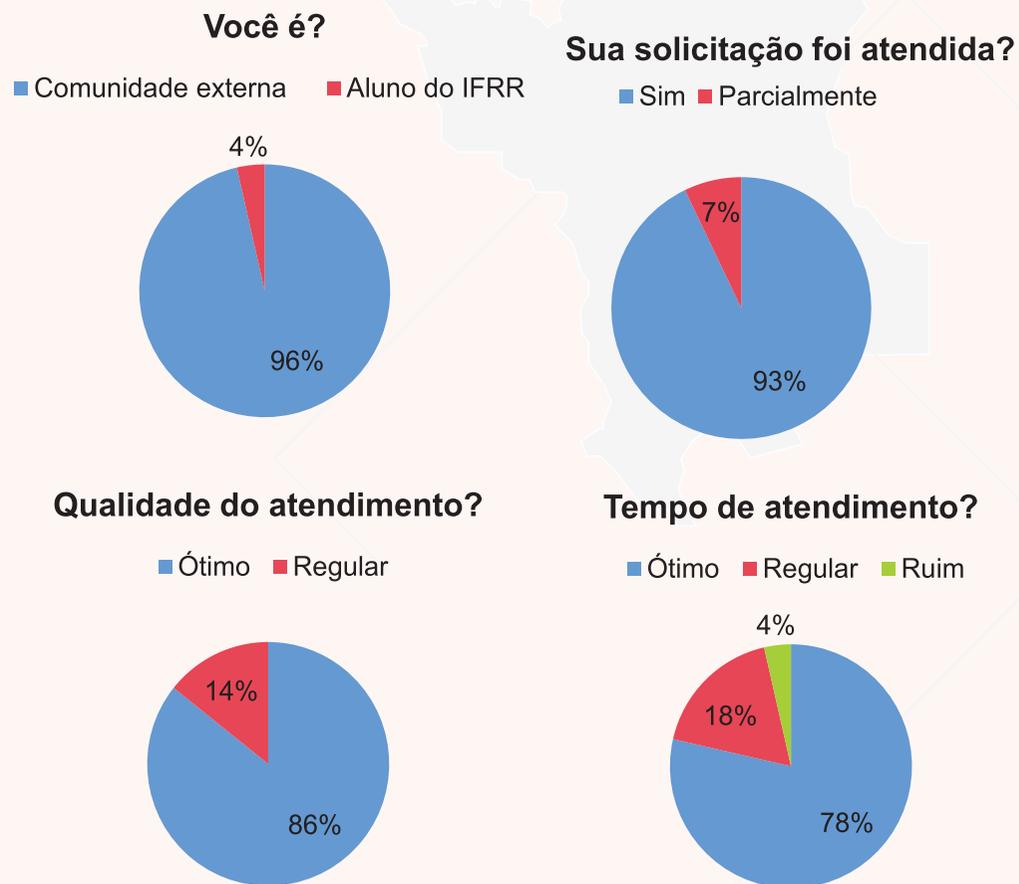


Fonte: Ouvidoria/IFRR

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

A Ouvidoria realizou a pesquisa de satisfação por meio de formulário próprio utilizando a ferramenta Google Formulários. Das 61 (sessenta e uma) manifestações encaminhadas para o e-mail da Ouvidoria, apenas 28 (vinte e oito) usuários responderam a pesquisa de satisfação. Das quais, 27 (vinte e sete) respostas oriundas da comunidade externa e 01 (uma) de aluno do IFRR. Os resultados foram:

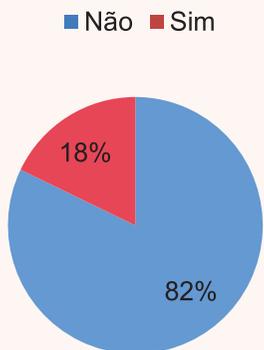
Figura 9: Gráficos dos resultados da pesquisa de satisfação realizada pelo IFRR e-mail



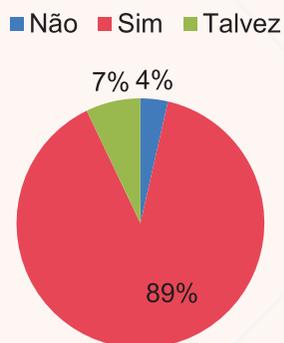
Fonte: Ouvidoria/IFRR

Figura 10: Gráficos dos resultados da pesquisa de satisfação - e-SIC

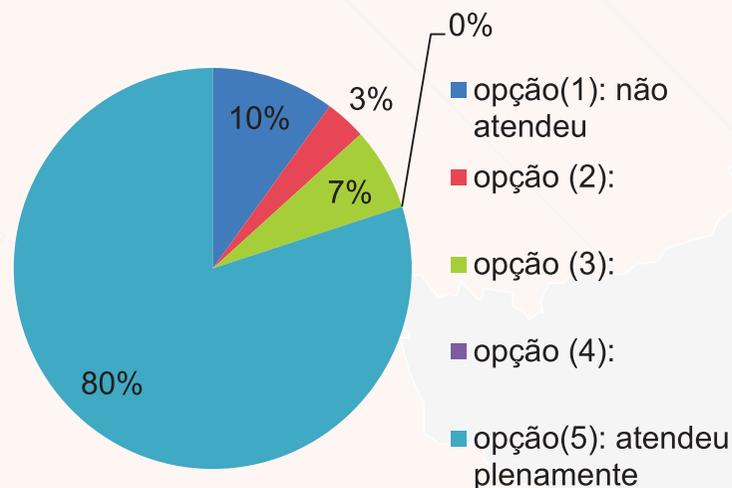
Procurou *Campus* ou setor envolvido na manifestação?



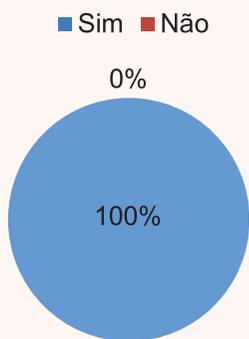
Utilizaria os serviços da Ouvidoria?



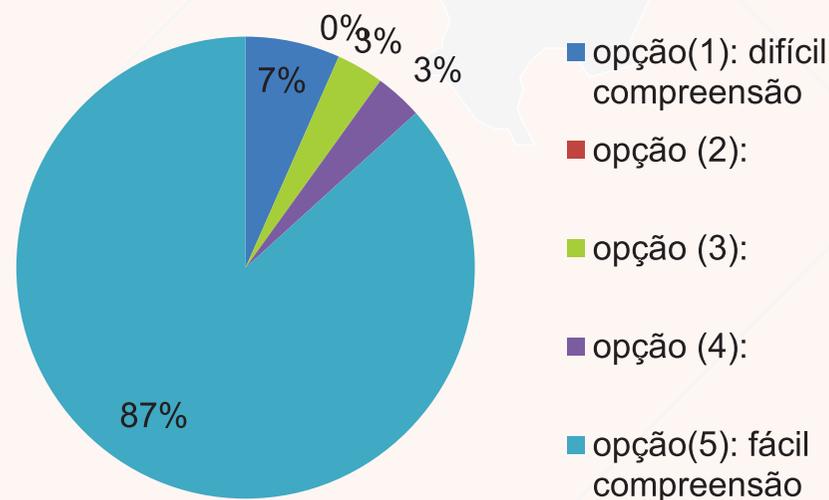
A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?



Indicaria os serviços da Ouvidoria ?



A resposta fornecida foi de fácil compreensão?



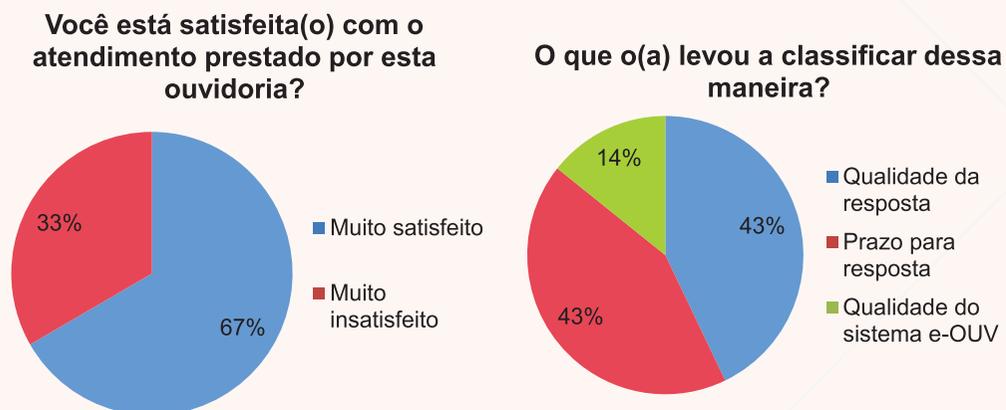
Fonte: Ouvidoria/IFRR

Quanto aos usuários do e-SIC, das 84 (oitenta e quatro) pessoas que utilizaram o sistema, apenas 30 (trinta) participaram da pesquisa. Dentre essas solicitações uma informação solicitada era duplicada e as demais, todas tiveram o acesso concedido. Segue o resultado da pesquisa:

Fonte: E-SIC/IFRR

O Sistema e-OUV também encaminha uma pesquisa de satisfação. Das 32 (trinta e duas) demandas recebidas no e-OUV, apenas 03 (três) usuários responderam a pesquisa de satisfação.

Figura 11: Gráficos dos resultados da pesquisa de satisfação - e-OUV



MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

As principais medidas realizadas em 2018 foram:

- Monitoramento dos alunos com deficiências nos Campi;
- Contratação de tradutor e intérprete de Libras para atender alunos surdos dos cursos técnicos e superiores dos campi do IFRR;
- Cumprimento do Decreto n.º 5.626/2005, mais especificamente de seu artigo 3.º;
- Atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) e Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne);
- Aprovação do regimento do uso do nome social adotado por travestis e transexuais no âmbito do IFRR;
- Reformas na infraestrutura física do Campus Boa Vista para promoção da acessibilidade como instalação de plataformas elevatórias e de um elevador.

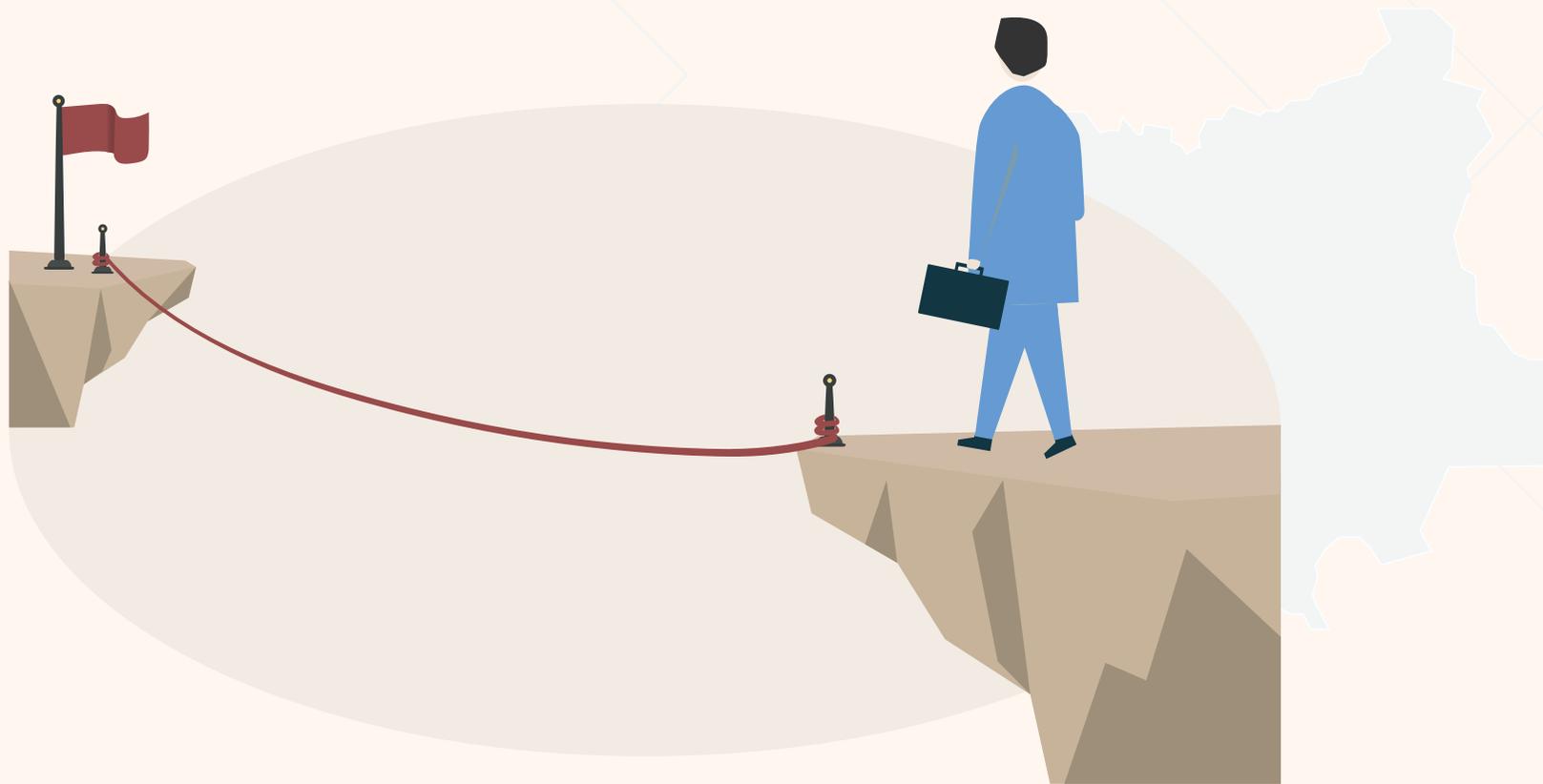
ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A Instituição não possui um setor de Corregedoria. No caso de necessidades, é realizado a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) pela Reitora e, conseqüentemente, a constituição de comissão de PAD para sua devida apuração. Caso a demanda se origine nos campi, o dirigente da unidade deverá realizar o envio da documentação à Reitora, para prosseguimento do fluxo.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Em 2018 foram abertos **10 processos para apuração de responsabilidade de servidor**, bem como foram reinstaurados **05 processos para análise de acumulação ilegal de cargos e descumprimento de determinação de chefia imediata**, que ainda estão em fase de apuração. Informamos ainda que o processo de responsabilidade de empresa contratada, considerando o Relatório de Auditoria Especial, no âmbito da Reitoria, aberto em 2017, ainda não foi concluído e que não houve abertura de processos para apuração por dano ao erário.

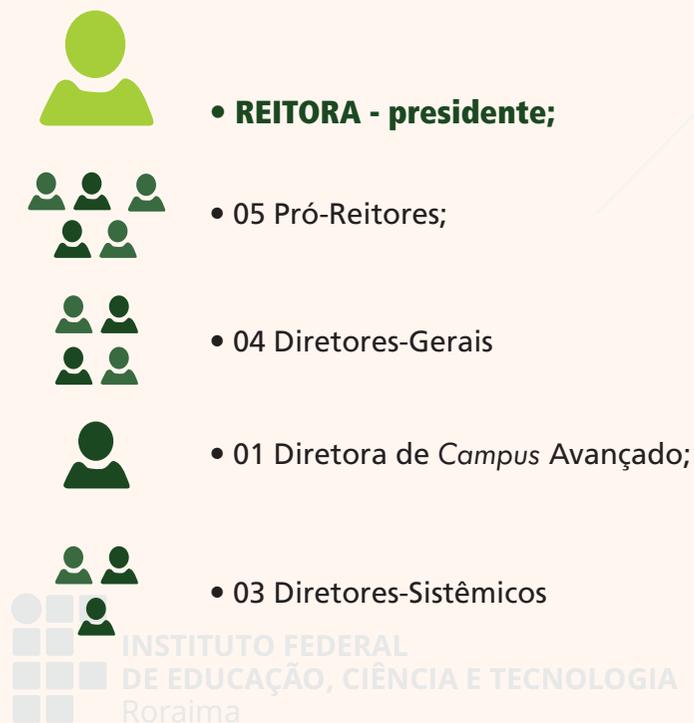
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em 30 de novembro de 2018, por meio da Portaria nº 1969/GR, a Reitora Constituiu o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos no âmbito do Instituto Federal de Roraima. O Comitê tem caráter deliberativo e possui a seguinte composição:

Figura 12: Composição do comitê de governança, gestão de risco e controles internos



São competências do comitê:

- Promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento; Institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;
- Promover, de forma contínua, boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos;
- Garantir a aderência às regulamentações, às leis, aos códigos, às normas e aos padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- Viabilizar o trabalho integrado dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
- Promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
- Aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- Supervisionar o mapeamento e a avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
- Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no IFRR;
- Estabelecer limites de exposição a riscos globais do IFRR, no âmbito de suas unidades, políticas e diretrizes, dimensões estratégicas e/ou atividade;
- Aprovar e supervisionar método para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

- Emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;
- Monitorar as recomendações e as orientações deliberadas pelo comitê.

Apesar de o IFRR já ter constituído o seu comitê, ainda não possui uma política de gestão de riscos e controles internos aprovada pelo Conselho Superior. Isso porque, ainda no exercício de 2017, foi aberto um processo administrativo, sob a numeração 23231.000321.2017-42, que encaminhou a minuta dessa política ao Consup para sua análise e aprovação. No entanto, apenas em 30 de outubro de 2018, os autos retornaram à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e contendo algumas sugestões pela relatora do processo. Ao analisar os autos, o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos decidiu que, como consta na minuta a declaração da missão, visão e valores do IFRR para o quinquênio 2014-2018, e que os mesmos sofreriam alteração a partir do próximo exercício, precisaríamos realizar também essas alterações e, posteriormente, reencaminhá-lo Consup para nova apreciação. Entretanto, aguardaremos o encaminhamento do novo Plano de Desenvolvimento Institucional ao referido conselho.

Outra medida adotada pelo Comitê, foi a elaboração de seu regimento interno, que norteará o seu funcionamento. Para isso foi aberto um processo administrativo, sob a numeração 23231.000136.2019-10, para envio do documento ao Consup para sua apreciação.

A etapa seguinte, em acordo com a Portaria nº 1969/GR, será a elaboração do Plano de Gestão de Riscos do IFRR, que tem o prazo de 90 (noventa) dias para sua conclusão, a contar da emissão da resolução que aprovará o regimento interno do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, pelo Consup. Enquanto isso, a gestão de riscos e do controle interno no IFRR é realizada exclusivamente pelos responsáveis das áreas estratégicas e operacionais da Instituição.

COMITÊ DE GESTÃO DA INTEGRIDADE

O Instituto Federal de Roraima, em atendimento a Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, emitiu a Portaria 794/GR, de 10 de maio de 2018, que constituiu o Comitê de Gestão da Integridade, unidade interna do IFRR responsável por Coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Instituição. Esse Comitê atualmente é composto por 04 (quatro) servidores e tem as seguintes competências:

- Coordenar a elaboração e revisão do Programa de Integridade, com vistas à prevenção e a mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;
- Coordenar a implementação do Programa de Integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate a ocorrências de atos lesivos;
- Atuar na orientação e treinamento dos servidores do IFRR com relação aos temas atinentes ao programa de integridade; e
- Promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas do IFRR.

São, ainda, atribuições do Comitê no exercício de suas competências:

- Submeter a aprovação do Conselho Superior a proposta do Plano de Integridade e revisá-lo periodicamente;
- Levantar a situação das unidades relacionadas ao programa de integridade e, caso necessário, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento;

- Apoiar o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos no levantamento de riscos para a integridade e proposição de plano de tratamento;
- Coordenar a disseminação de informações sobre o Programa de integridade no IFRR;
- Planejar e participar de ações de treinamento relacionadas ao Programa de integridade no IFRR; e
- Identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com as outras unidades, medidas para mitigação.

O Plano de Integridade do IFRR encontra-se devidamente aprovado pelo Consup (Resolução nº 448/Conselho Superior) e encaminhado a CGU, dentro do prazo estipulado pela Portaria CGU nº 57, de 4 de janeiro de 2019, que alterou a Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018.



RESULTADOS DA GESTÃO



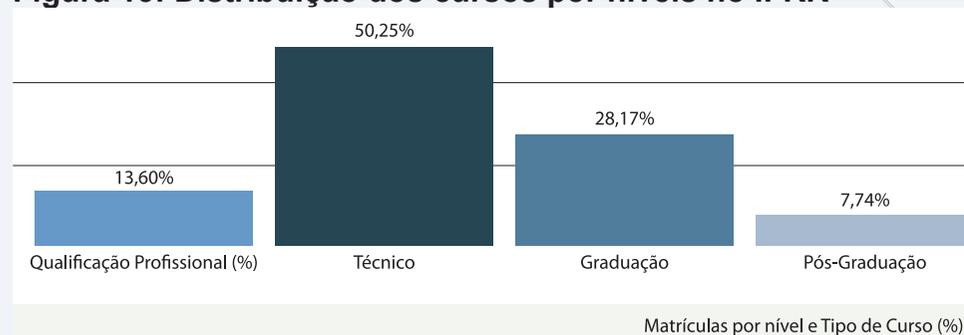
INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

RESULTADOS ALCANÇADOS

Resultados alcançados no Ensino

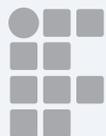
No exercício de 2018 o Instituto Federal de Roraima conseguiu realizar a ampliação de suas matrículas em 31,25%, em relação ao ano anterior, passando a assim contabilizar o quantitativo de 5.876 matrículas, com a oferta de 92 cursos, divididos entre Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico (Integrado ao Ensino Médio e Subsequente), Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia) e Pós-Graduação (Lato Sensu).

Figura 13: Distribuição dos cursos por níveis no IFRR



Fonte: PNP

Apesar de ter ocorrido aumento nas inscrições nos *Campi* CAM (64,24%), CAB (229,41%) e CNP (125,45%), houve uma diminuição na procura nos *Campi* CBVZO (-46,81%) e, principalmente, no que ocasionou maior impacto, CBV (-25,15%), que sozinho significou uma perda de **2.009 inscritos**.

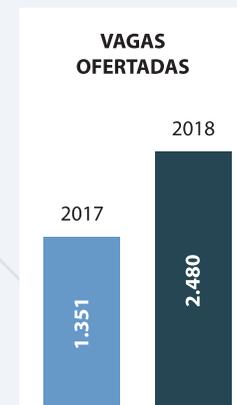


INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima



Fonte: PNP

O IFRR ofertou 2.480 vagas em 2018, o que representa um aumento de **83,57%**, se comparado com 2017.



Fonte: PNP

No entanto, no mesmo período, houve uma diminuição na procura por nossos cursos em **18,47%**.



Fonte: PNP

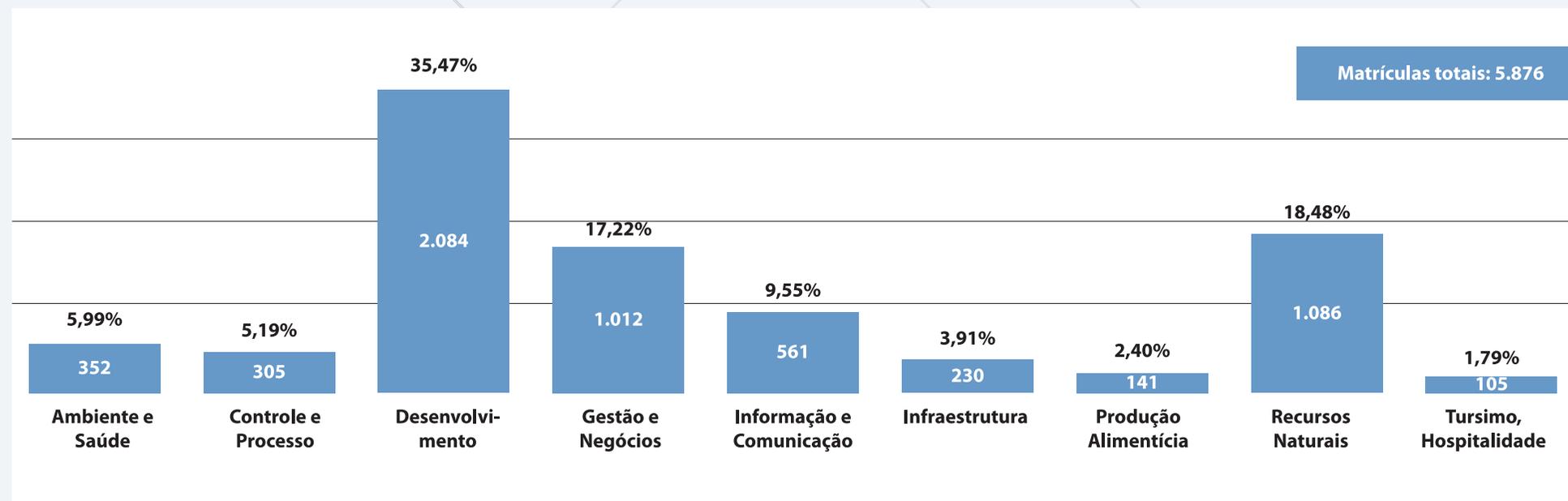


Fonte: PNP

Em contraponto a queda no número de inscritos, houve um aumento em **mais de 76% no número de ingressantes**, que passou de 1.191, em 2017, para **2.100** em 2018. Outro dado relevante foi a elevação no número de **concluintes**, que **aumentou em + de 57%**.

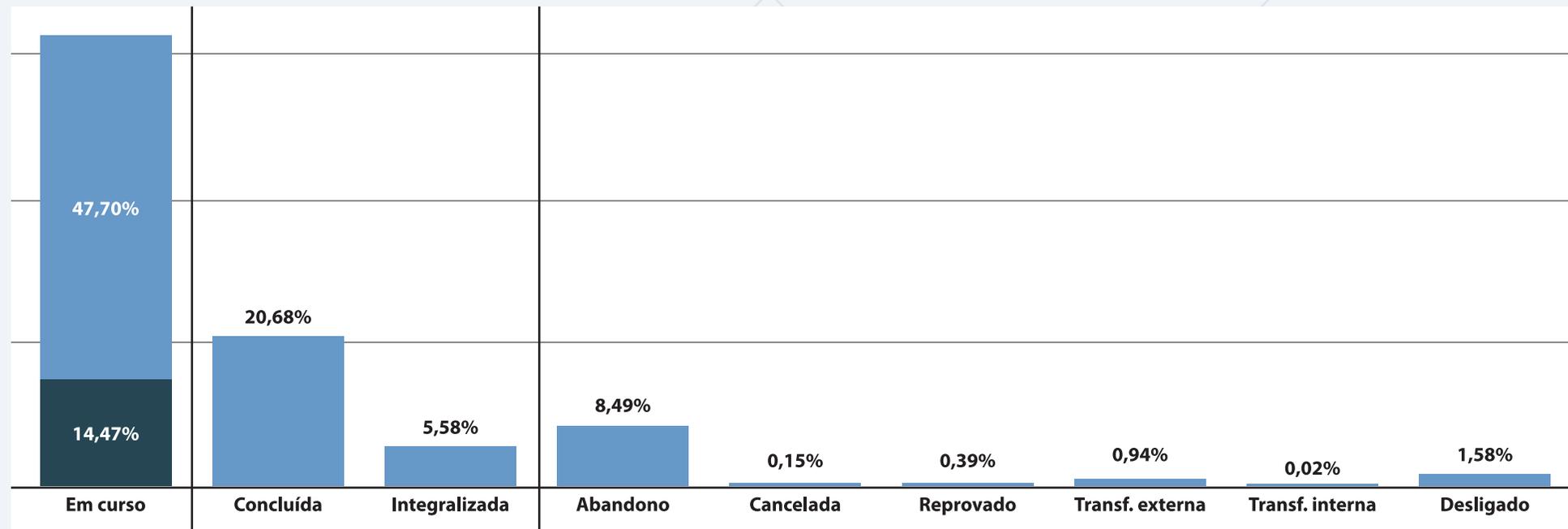
Segue abaixo os dados das matrículas por eixos tecnológicos no IFRR.

Figura 14: Matrícula por eixo tecnológico



Fonte: PNP

Figura 15: Porcentagem de matrículas por situação no IFRR



Fonte: PNP

Figura 16: Eixos e sub eixos tecnológicos dos cursos do IFRR

Eixo Tecnológico	Sub Eixo Tecnológico	Quantidade de Cursos
Ambiente e Saúde	Meio Ambiente	02
	Saúde	08
Controle e Processos Industriais	Controle e Processos Industriais	01
	Elétrica	05
Desenvolvimento Educacional e Social	Desenvolvimento Científico	04
	Desenvolvimento Educacional	18
	Desenvolvimento Educacional e Social	06
Gestão e Negócios	Gestão e Negócios	14
Informação e Comunicação	Informática	07
Infraestrutura	Civil	03
Produção Alimentícia	Agroindústria	01
Recursos Naturais	Agrícola	15
	Pesca	04
	Recursos Naturais	01
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Turismo	02
	Turismo, Hospitalidade e Lazer	01
TOTAL = 92		

Fonte: PNP

Com relação a retenção e evasão no IFRR, em 2018 tem-se:

Quadro 3: Dados de retenção e evasão no IFRR

Em Curso		Concluintes		Evadidos					
Em Curso		Concluída	Integralizada	Abandono	Cancelada	Desligado	Reprovado	Transferência Externa	Transferência Interna
Em Fluxo	Retido	Em Fluxo	Em Fluxo	Em Fluxo	Em Fluxo	Em Fluxo	Em Fluxo	Em Fluxo	Em Fluxo
2.803	850	1.215	328	499	9	93	23	55	1
3.653		1.543		680					

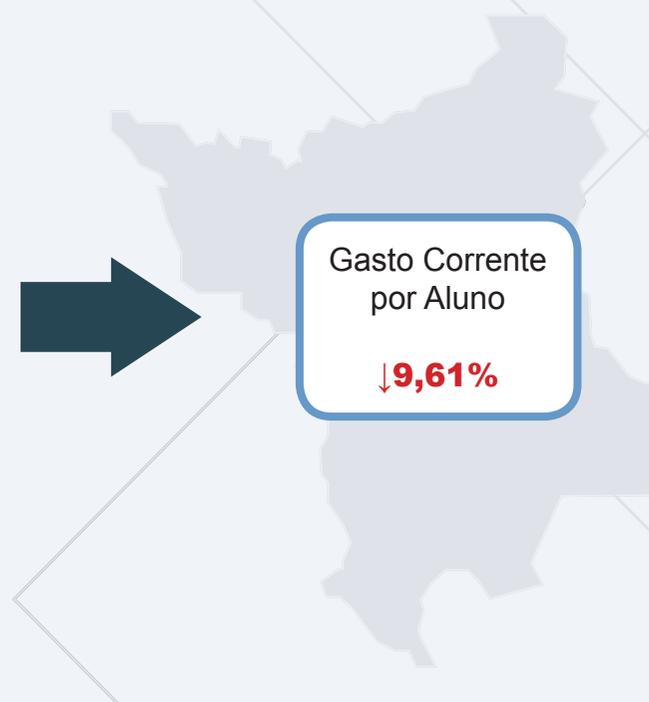
Fonte: PNP

Outro importante conquista foi a redução no indicador Gasto Corrente por Aluno, conforme pode ser observado na figura 17.

Figura 17: Evolução do Indicador Gasto Corrente por Aluno



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017



Os gastos correntes por matrículas do IFRR vinha com uma série histórica de crescimento, no entanto, em 2018 conseguimos reduzi-lo quando comparado ao exercício de 2017.

Quadro 4: Composição do Gasto Corrente por Aluno

	2017	2018
Gastos Totais	R\$ 136.209.202,00	R\$ 133.440.056,00
(-) Investimentos	R\$ 8.268.841,00	R\$ 5.549.872,00
(-) Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Inativos e Pensionista	R\$ 11.843.863,00	R\$ 13.099.668,00
Gastos Correntes	R\$ 116.096.498,00	R\$ 114.790.515,00
Matrículas Equivalentes	4.362	4.772

Fonte: PNP e Relatório de Gestão 2017



Nos dias 21 e 22 de novembro foi realizada a sétima edição do Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica (Forint), como tema central "IFRR 25 anos: desenvolvimento tecnológico e transformação social". O evento contou com mais de **700 participantes** e durante o evento foram apresentados **151 trabalhos** em forma de pôster, resultado de projetos desenvolvidos por estudantes dos programas institucionais: Pibict, Pivict, Pbaex, Pipad, Inova e Energia Renovável.

Enfatizamos ainda a atualização das edições dos periódicos institucionais (Revista Norte Científico e Anais do Fórum de Integração do IFRR) e a publicação do primeiro e-book institucional (Destino Roraima: olhares sobre a gestão do turismo).



PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS

Apresenta-se a seguir os principais programas e projetos desenvolvidos em 2018:

Programa Institucional de Fomento a Projetos de Práticas Pedagógicas Inovadoras (Inova): visa estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.



Programa Institucional de Monitoria (monitoria): destina-se aos estudantes dos cursos técnicos e de graduação presenciais, com concessão de bolsas ou de forma voluntária, e objetiva desenvolver no estudante-monitor a formação integral, o senso de responsabilidade e cooperação, preparando-o para o mundo do trabalho, assim como promover atividades de reforço escolar e, ao mesmo tempo, reconhecer os estudantes que apresentam alto rendimento acadêmico.



Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid): é um programa financiado pelo MEC, por meio da Capes, que objetiva fomentar a iniciação à docência de estudantes dos cursos de licenciatura, aumentando a convivência dos graduandos com o cotidiano da função professor. Foram contemplados com o programa os municípios de Boa Vista, Caracaraí, Mucajaí e Rorainópolis.

Quadro 5: Concessão de bolsa PIBID em 2018

Núcleo	Função	Nº de pessoas	Nº Total de Bolsas	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Geral	Coord. Institucional	01	05	1.500,00	7.500,00
Biologia	Coordenador de área	01	05	1.400,00	7.000,00
	Professor supervisor	03	13	750,00	9.750,00
	Alunos bolsistas	24	120	400,00	48.000,00
Espanhol	Coordenador de área	01	05	1.400,00	7.000,00
	Professor supervisor	03	15	750,00	11.250,00
	Alunos bolsistas	23	115	400,00	46.000,00
Educação Física	Coordenador de área	01	05	1.400,00	7.000,00
	Professor supervisor	03	15	750,00	11.250,00
	Alunos bolsistas	24	120	400,00	48.000,00
Total = 202.750,00					

Fonte: Sistema de Controle de Bolsas e Auxílio

Programa Institucional de Residência Pedagógica:

é um programa financiado pelo MEC, por meio da Capes, destinado aos estudantes dos cursos de licenciatura e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica.

Residência

Fomento:
R\$97.000,00

Quadro 6: Residência Pedagógica em 2018

Função	Nº de pessoas	Quantidade de Bolsas	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Coordenador Institucional	01	05	1.500,00	7.500,00
Docente Orientador	03	05	1.400,00	21.000,00
Preceptores	09	05	765,00	34.425,00
Residentes – Letra/Espanhol	24	05	400,00	48.000,00
Residentes – Ciências Biológicas	23	05	400,00	46.000,00
Residentes – Ciências Biológicas	02	02	400,00	1.600,00
Residentes – Matemática	23	05	400,00	46.000,00
Total	85	32	-	204.525,00

Fonte: Sistema de Controle de Bolsas e Auxílio

Ação Saberes Indígenas na Escola: este programa objetiva promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica nas escolas indígenas.

Resultados: 356 professores indígenas atendidos.

Programa Bolsa Permanência: tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É uma concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior promovido pelo MEC, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Quadro 7: Número de discentes atendidos pelo Programa Bolsa Permanência em 2018

Mês	Quantidade de Bolsas		Total
	Homologadas	Revogadas	
Janeiro	39	7	R\$35.100,00
Fevereiro	40	3	R\$36.000,00
Março	42	3	R\$37.800,00
Abril	40	3	R\$36.000,00
Mai	38	5	R\$34.200,00
Junho	45	5	R\$40.500,00
Julho	47	3	R\$42.300,00
Agosto	47	13	R\$42.300,00
Setembro	51	9	R\$45.900,00
Outubro	55	8	R\$49.500,00
Novembro	54	1	R\$48.600,00
Dezembro	52	3	R\$46.800,00
Total	550	63	R\$495.000,00

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

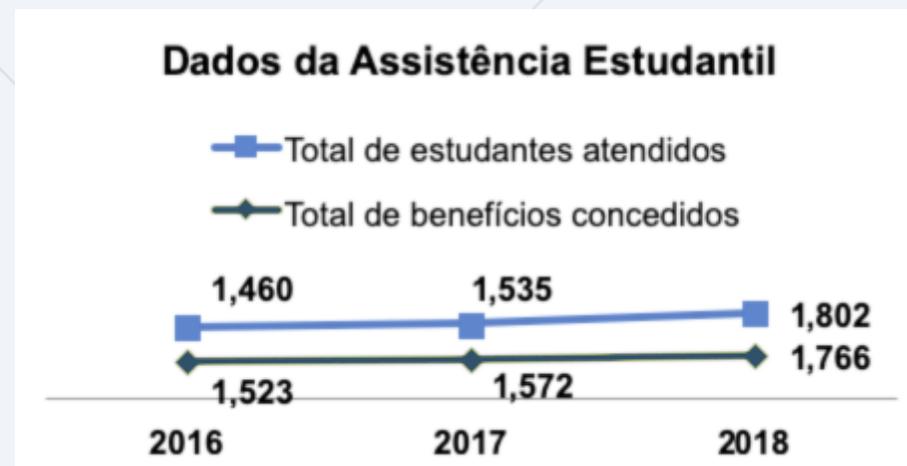
Quando nos referimos a permanência e êxito dos estudantes, a **assistência estudantil** é um fator bastante importante. Por isso, segue os dados obtidos pela assistência estudantil e sua série histórica.

Quadro 8: Série histórica da concessão de benefícios de assistência estudantil no IFRR

Benefícios	2016	2017	2018
Auxílio alimentação	R\$ 1.929.648,00	R\$ 1.725.116,00	R\$ 1.574.945,52
Auxílio transporte	R\$ 1.611.134,00	R\$ 1.899.300,00	R\$ 1.885.477,79
Auxílio material escolar	R\$ 41.000,00	R\$ 107.000,00	R\$ 250,00
Auxílio apoio a eventos estudantis	R\$ 45.000,00	R\$ 41.204,00	R\$ 87.028,93
Fardamento Escolar	R\$ 24.550,00	R\$ 0,00	R\$ 2.390,40
Seguro Aluno	R\$ 26.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bolsa EJA FIC	R\$ 31.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bolsa EJA	R\$ 112.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 3.821.832,00	R\$ 3.772.620,00	R\$ 3.550.092,64

Fonte: Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis e Relatórios de Gestão 2016 e 2017.

Figura 18: Evolução do atendimento da assistência estudantil



Fonte: Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis e Relatórios de Gestão 2016 e 2017

O índice geral alcançado de permanência em relação aos estudantes atendidos pela assistência estudantil no IFRR é obtida por meio do indicador institucional de assistência estudantil. Em 2018 foi de aproximadamente **98%**, superando à meta planejada, que era de 95%.

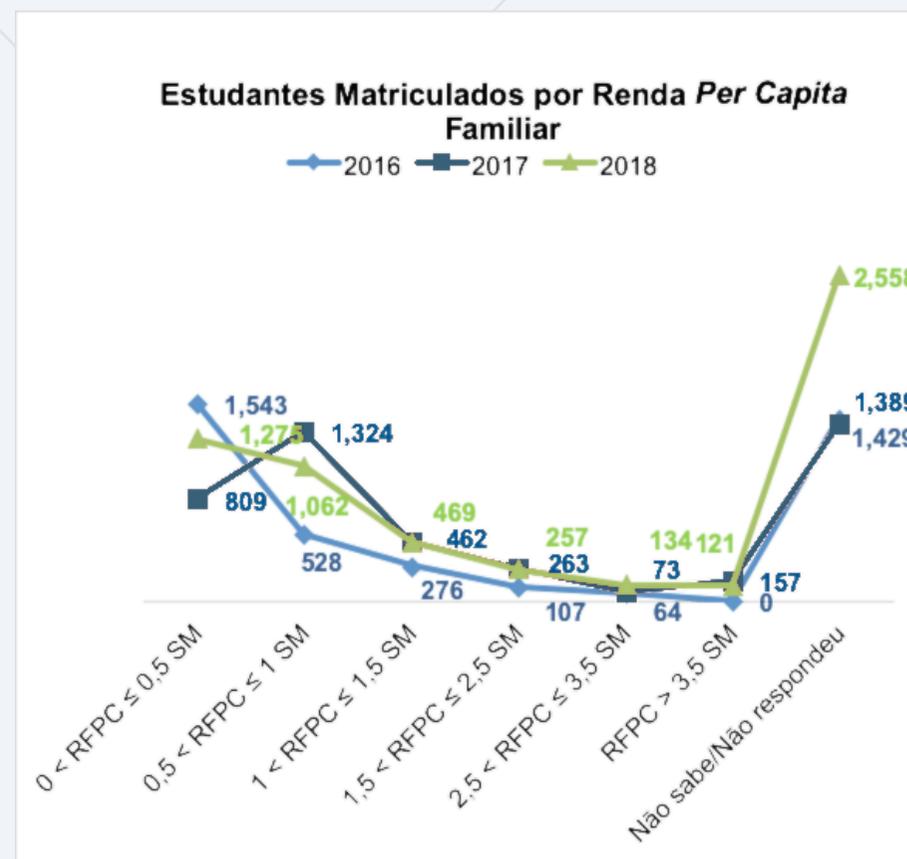
Figura 19: Série histórica do Indicador Institucional de Assistência Estudantil



Fonte: Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

A figura 20 apresenta a distribuição dos estudantes por renda per capita familiar, no âmbito do IFRR, nos últimos três anos.

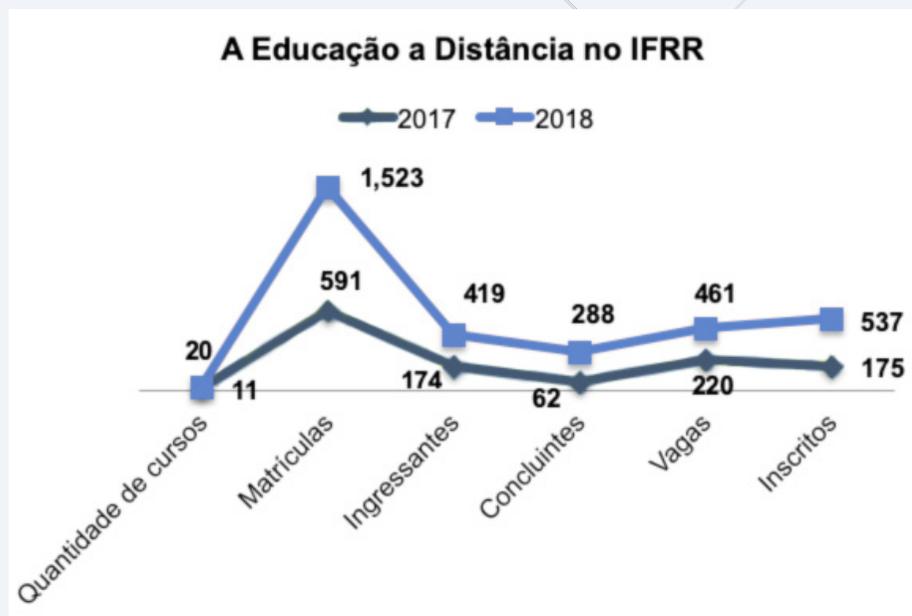
Figura 20: Números de estudantes matriculados por renda Per Capita Familiar



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

A Educação a Distância no IFRR se caracteriza por ofertas institucionais (recursos próprios) e por meio de Programas de Fomento: Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nas figuras 21, 22 e 23 são demonstrados os dados referentes a EaD.

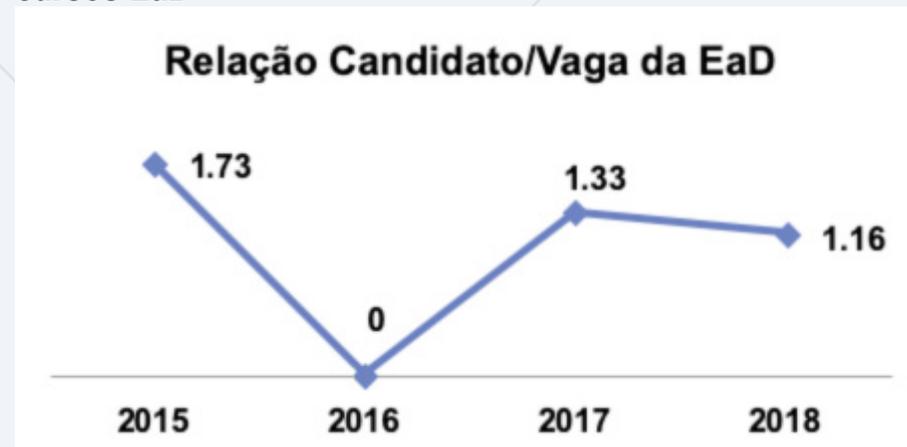
Figura 21: Dados gerais da EaD



Fonte: PNP

A relação de procura pelos cursos EaD oferecidos pelo IFRR está representada na figura 22.

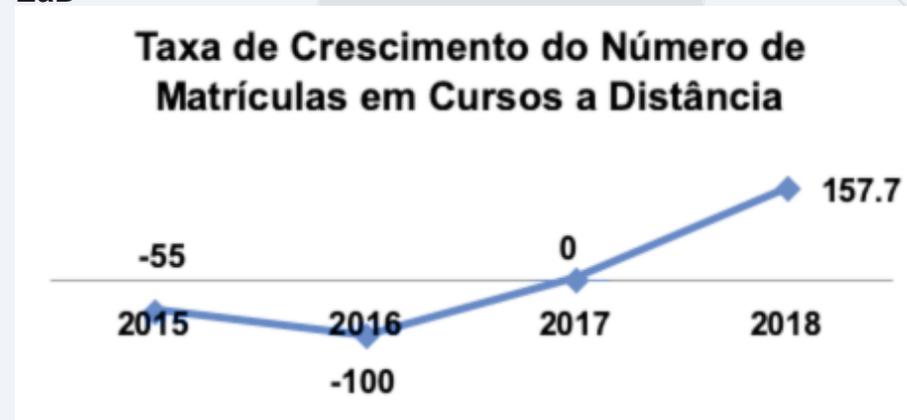
Figura 22: Relação de candidatos por vaga ofertada nos cursos EaD



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

Na figura 23 é apresentado a evolução na taxa de matrículas realizadas em EaD nos últimos quatro anos.

Figura 23: Taxa de crescimento das matrículas realizadas em EaD



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS ALCANÇADOS E DO DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS

O IFRR realiza o monitoramento de indicadores estratégicos que impactam em sua atuação. Alguns desses indicadores não estão associados especificamente às metas institucionais pois não foram definidas no PDI 2014-2018, como é o caso daqueles relativos à Lei de Criação dos Institutos Federais, mas que servirão de parâmetro para as análises dos anos posteriores, em sintonia com o PDI 2019-2023.

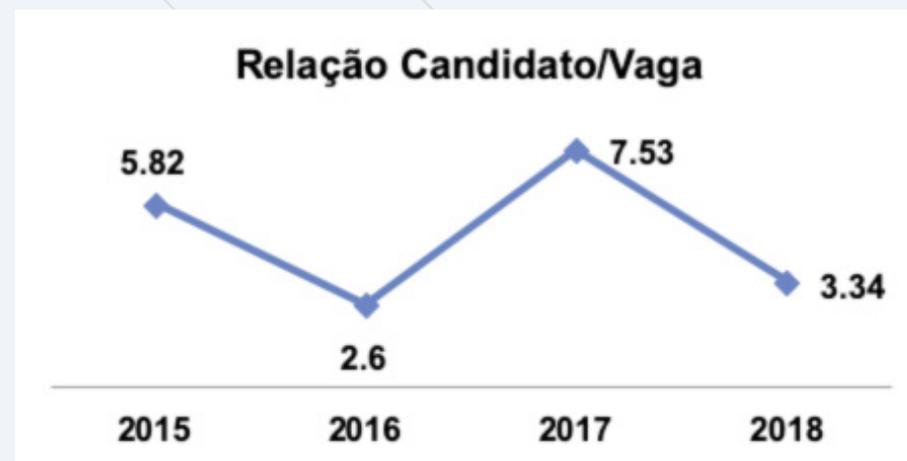
Indicadores de Desempenho

Indicadores de desempenho acadêmicos

Os indicadores de desempenho acadêmicos apresentados a seguir estão vinculados aos objetivos estratégicos “Fortalecer continuamente a qualidade do ensino” e “Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades educacionais específicas”, com exceção do indicador Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos Técnicos, que é monitorado devido o determinado pela Lei 11.892/2008, mas que pode ser perfeitamente associado ao tema.

A figura 24 demonstra a evolução do nível de atratividade das ofertas do IFRR. Apesar de a meta para esse indicador no PDI ser atingir o resultado 6, no PAT a meta foi reajustada para 3, o que a torna atingida. O resultado deve-se principalmente a ampliação de vagas e cursos e aproximação da Instituição com a comunidade.

Figura 24: Relação Candidato/Vaga



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

Na figura 25 é apresentado os quatro últimos resultados da Relação Ingresso/Aluno obtidos pelo IFRR. Assim como o indicador anterior, a meta prevista no PDI está divergente daquela prevista no PAT, 50 e 35 respectivamente. Esse resultado se deve principalmente as ações realizadas para que os classificados nos processos seletivos efetivassem suas matrículas.

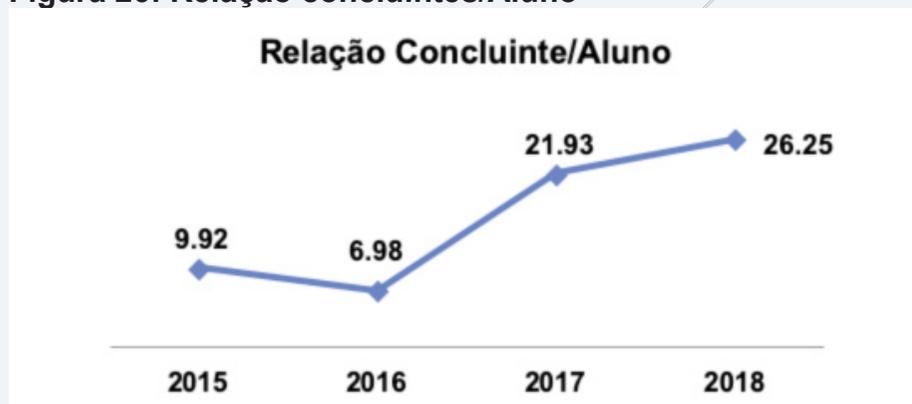
Figura 25: Relação Ingresso/Estudante



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

Na figura 26, é demonstrado a série histórica na relação de concluinte por matrícula do IFRR. O resultado positivo se deve ao enfrentamento da questão nas causas da evasão e retenção e a construção de estratégias que garantissem o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.

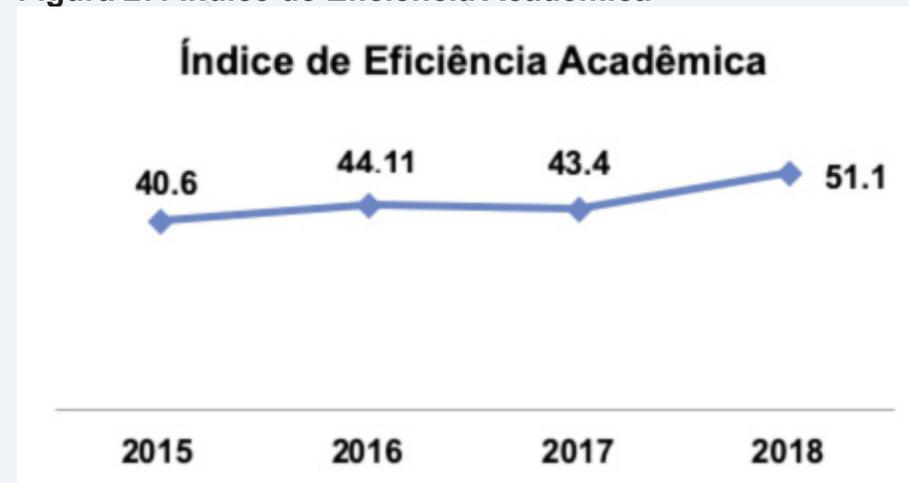
Figura 26: Relação concluintes/Aluno



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

Ao longo dos anos o IFRR vem melhorando o seu resultado no que se refere a eficiência acadêmica, conforme pode ser observado na figura 27. Vários foram os fatores que contribuíram para esse resultado, mas podemos enfatizar a atuação dos profissionais diretamente envolvidos com a ação (equipe da assistência estudantil e pedagógica e os coordenadores de curso) e a atuação de colegiados de cursos e núcleos docentes estruturantes.

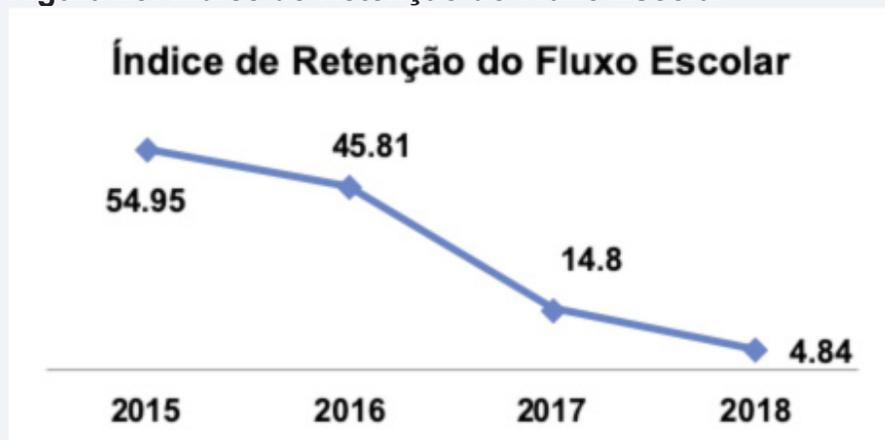
Figura 27: Índice de Eficiência Acadêmica



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

Na figura 28, podemos perceber a acentuada queda que vem ocorrendo no índice de estudantes que não concluem seus cursos no período previsto. Esse resultado deve-se ao desenvolvimento de ações acerca do processo de ensino e aprendizagem, principalmente àquelas referente a formação continuada das equipes técnico pedagógicas, ao acompanhamento sistemático de estudantes e a execução de programas institucionais.

Figura 28: Índice de Retenção do Fluxo Escolar



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

Após progressivas baixas nos resultados desse indicador, em 2018 conseguimos melhor o desempenho na Relação Aluno/Professor, aproximando-o daquele almejado que é de 20 alunos por docente, conforme apresentado na figura 29.

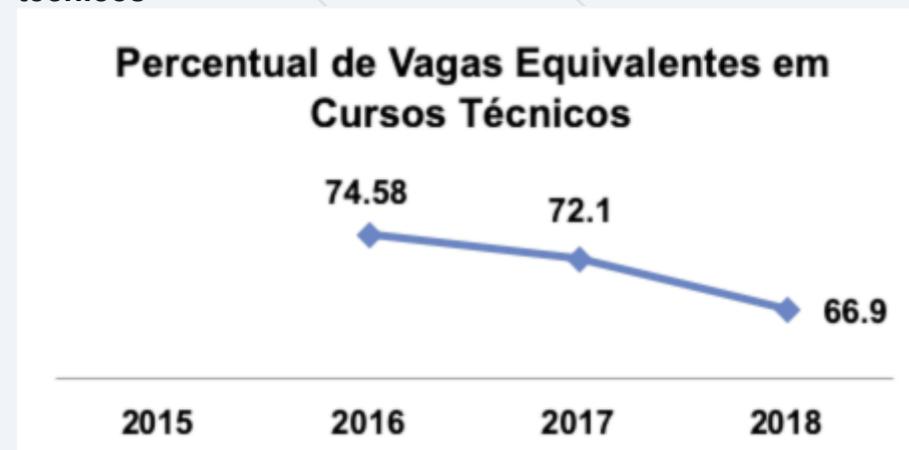
Figura 29: Relação de Aluno por Docente



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

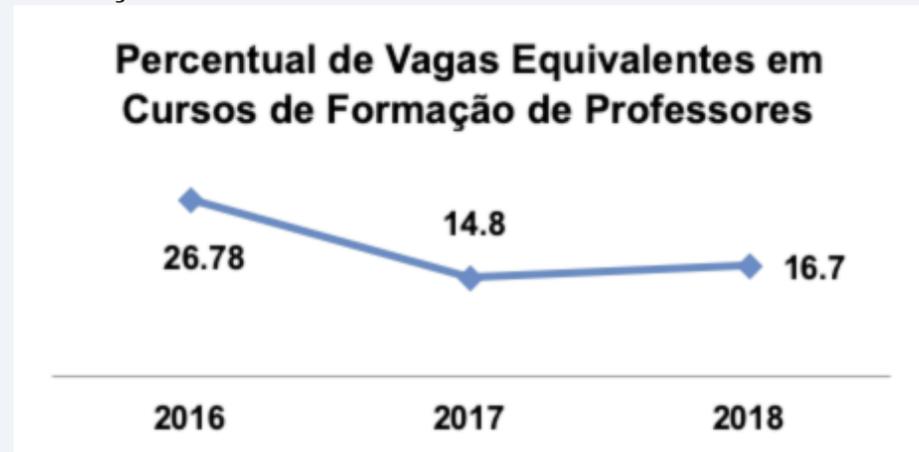
Os indicadores apresentados a seguir não constam no PDI, no entanto, o monitoramento desses indicadores se fazem necessário para que a Instituição cumpra com o que determina a Lei de Criação dos IFs. Eles evidenciam a equivalência da oferta de cursos técnicos, formação de professores e Proeja, respectivamente, em relação ao total de cursos ofertados pela Instituição. As vagas a serem ofertadas pelos IFs devem respeitar o mínimo de 50% para a educação profissional técnica de nível médio, 20% para a formação de professores e 10% para Proeja.

Figura 30: Percentual de vagas equivalentes em cursos técnicos



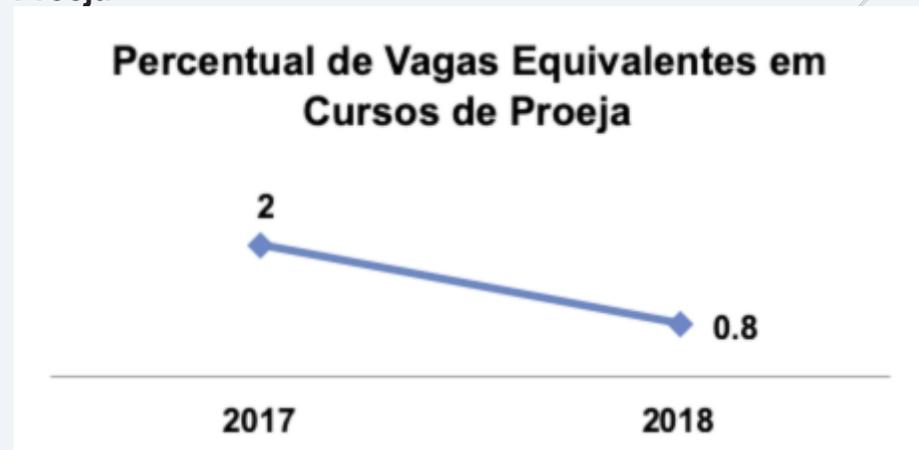
Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2015 a 2017

Figura 31: Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores



Fonte: PNP e Relatórios de Gestão 2016 e 2017

Figura 32: Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Proeja



Fonte: PNP

Indicadores da dimensão 1: Ensino

Os dados referentes aos estudantes com deficiência, superdotados ou com transtornos globais do desenvolvimento no IFRR em 2018, seguem no quadro 9.

Quadro 9: Dados referentes a PNEEs no IFRR

PNEEs NO IFRR			
14 MATRÍCULAS	1 TRANCAMENTO	4 CONCLUINTES	5 FORMANDOS

Indicadores de Desempenho da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

A seguir apresentaremos os resultados dos indicadores vinculados ao objetivo estratégico “Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica”.

Figura 33: Indicadores da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



Foram lançados editais de fomento a pesquisa (Iniciação Científica e Pesquisa Aplicada), contemplando **41 servidores** (coordenadores ou orientadores) e **53 estudantes** em projetos de pesquisa. Esses editais juntos disponibilizaram o total de **R\$ 203.400,00** para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e **R\$ 134.400,00** para fomentar as bolsas de iniciação científica e tecnológica.

Além disso, por meio das chamadas CNPq N° 02/2018 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e CNPq N° 03/2018 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), obteve-se o total de **15 cotas de bolsas**, sendo 5 bolsas para o PIBITI e 10 bolsas para o PIBIC.

Com relação aos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), por meio de edital, financiou-se **03 projetos** de potencial para Inovação desenvolvidos por grupos de pesquisa institucionais certificados, que podem gerar produtos e/ou processos passíveis de proteção intelectual e inovações.

No que concerne à gestão da Propriedade Intelectual gerada no IFRR, ao longo de 2018 foram depositados junto ao INPI **02 pedidos de patente de modelo de utilidade** (BR 20 2018 009448 9 e BR 20 2018 009876 0) e **01 registro de software** (512018000029-0).

Quanto as ações de promoção do empreendedorismo, destacamos a realização de oficinas de educação empreendedora nas unidades do IFRR, com a participação de servidores e estudantes. Além disso, foi realizado a **Semana do Empreendedorismo e Inovação (Semei)**, na qual foram apresentadas as tecnologias geradas de pesquisas desenvolvidas, bem como espaço para 34

horas de capacitação e o envolvimento de 427 participantes.



A Instituição ofertou **04 cursos de especialização e 02 cursos Stricto Sensu** em associação a instituições parceiras: 1. Mestrado em Educação – Univesidade Estadual de Roraima; e, 2. Mestrado em Agroecologia – Universidade Estadual de Roraima e Embrapa.

E com o objetivo de fortalecer a pós-graduação Stricto Sensu no IFRR, foi realizado levantamento para submeter proposta de adesão ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) ofertado em rede nacional. Após análise, o IFRR foi aprovado como pólo ofertante, com início das atividades do programa em 2019 com a oferta de 22 vagas.

PROPESQ

—Número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas de Órgãos de Fomento

10 PIBIC/CNPq

5 PIBITI/CNPq

58

Projetos de Pesquisa Cadastrados na Instituição

48

Número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica com fomento do IFRR

6

Número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica voluntário

13

Número de Grupos de Pesquisa certificados



R\$ 134.400,00

Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica custeadas com recursos da Instituição

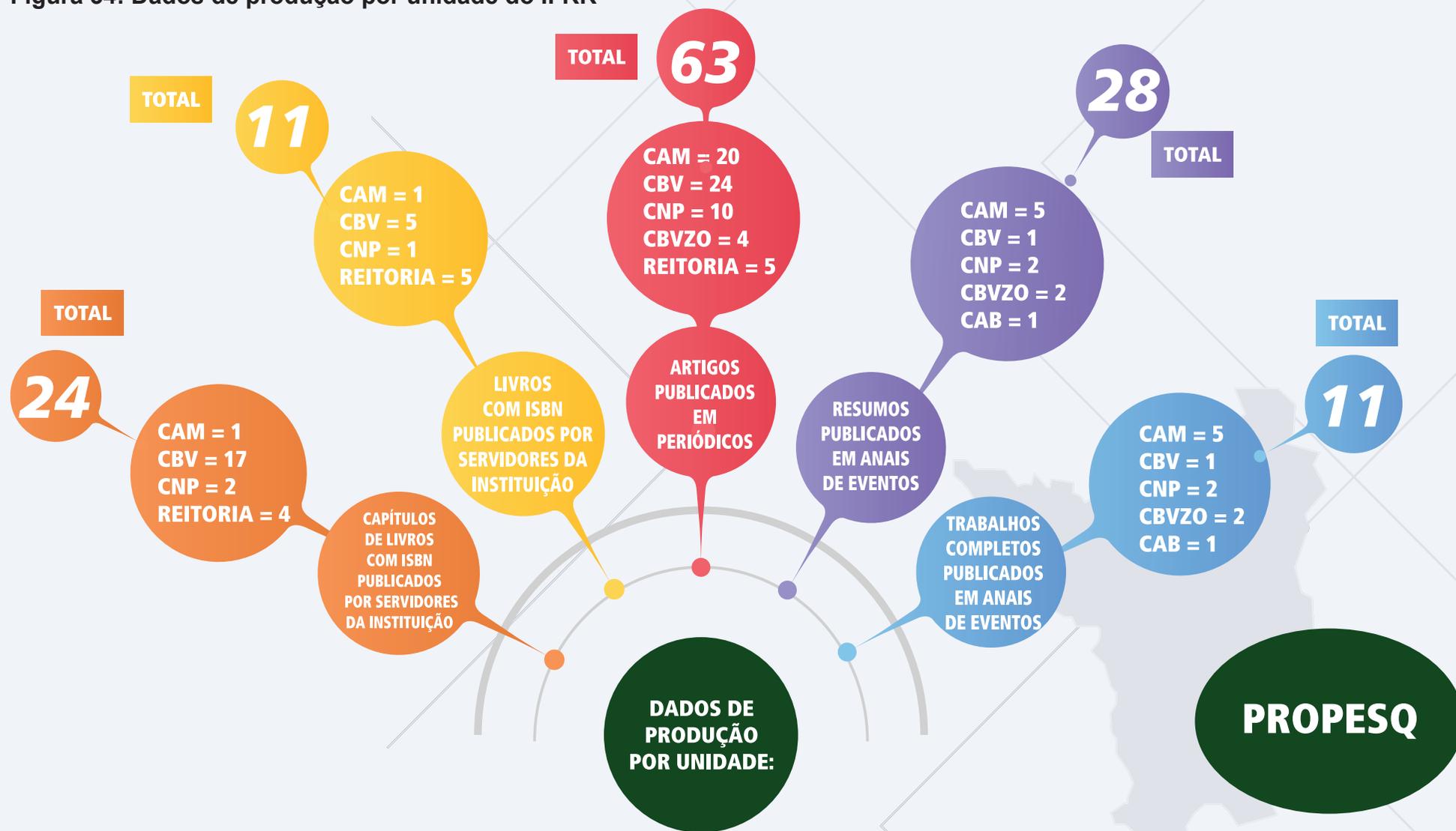


R\$ 203.400,00

Valor total de recursos da Instituição destinados a Grupos de Pesquisa e/ou a Projetos de Pesquisa



Figura 34: Dados de produção por unidade do IFRR

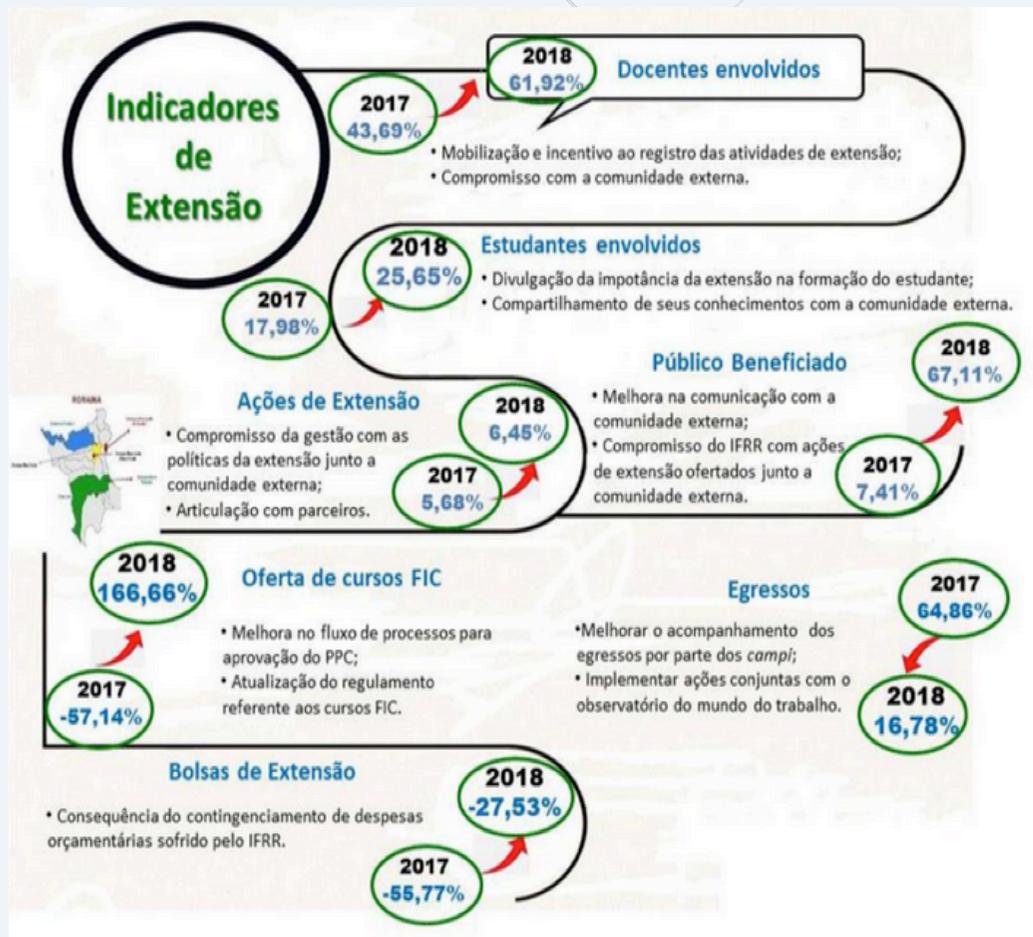


CAM = CAMPUS AMAJARI | CBV = CAMPUS BOA VISTA | CNP = CAMPUS NOVO PARAÍSO
 CBVZO = CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE | CAB = CAMPUS AVANÇADO BONFIM

Indicadores de Desempenho da Extensão

Segue os indicadores da dimensão Extensão, referentes ao objetivo estratégico “Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais”.

Figura 35: Indicadores da Extensão



Ressaltamos o aumento na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) pelo IFRR, que em 2018 cresceu **mais de 166%**, quando comparado ao exercício anterior.

MONITORAMENTO DAS METAS NÃO ALCANÇADAS

O monitoramento das metas, a partir do exercício de 2019, se dará principalmente de duas formas:

- **Pelo Relatório de Avaliação do PAT:** a ser emitido trimestralmente, apresentará o andamento do planejamento anual da Instituição; e
- **Pelo Relatório de Avaliação do PDI:** será emitido anualmente e apresentará o cumprimento do PDI para o exercício de referência e, quando possível, sua série histórica.

O Instituto Federal de Roraima vem se preocupando também em realizar o alinhamento do planejamento de longo prazo ao planejamento de curto prazo e, por isso, o novo PDI contemplará um capítulo que tratará do planejamento estratégico e como o mesmo deve estar vinculado ao planejamento operacional (PAT) e o interrelacionamento entre ambos.

Além dos instrumentos acima citados, o IFRR fortaleceu a atuação da sua Comissão Própria de Avaliação (CPA). A CPA é o órgão responsável por coordenar a autoavaliação Institucional e, anualmente, emite um relatório apresentando os resultados obtidos.

A autoavaliação é realizada com toda a comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnicos-administrativos) e se baseia em dez dimensões instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que acaba impactando no planejamento.

Todos os relatórios serão apresentados no Colégio de Dirigentes para que o mesmo possa elaborar estratégias para superar

os desafios e atingir as metas planejadas. Alguns serão levados ainda ao Conselho Superior para conhecimento e, caso julgarem necessário, emitir determinações acerca desse assunto.

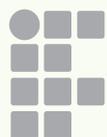


PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

As principais perspectivas para os próximos exercícios pelo IFRR são:

- Atingir o percentual mínimo de 20% de vagas para os cursos de licenciatura (formação inicial) e de formação de professores. Riscos: atendimento as especificidades dos *campi*.
- Atingir o percentual mínimo de 10% de vagas para os cursos de Proeja. Riscos: atratividade do público e manutenção desses estudantes.
- Ampliar a oferta de vagas para os cursos de graduação. Riscos: Recursos humanos e descumprimento do planejamento de ofertas e vagas.
- Garantir 5% do orçamento próprio de investimento para fortalecimento das bibliotecas. Riscos: contingenciamento e cortes orçamentários.
- Institucionalização da EaD com ofertas provenientes de recursos próprios, assim com atender a Resolução nº 3 de 21/11/2018 e Portaria de Nº 1.428 de 28/12/2018. Riscos: Recursos humanos, orçamentários e infraestrutura física.
- Implantar o Plano Institucional de Permanência e Exito dos Estudantes do IFRR. Riscos: Elevadas demandas de atividades realizadas pelos setores envolvidos, minimizando o tempo disponibilizado.
- Consolidação da atuação do Observatório do Mundo do Trabalho no IFRR. Riscos: Elevadas demandas de atividades realizadas pelos setores envolvidos, minimizando o tempo disponibilizado.
- Atingir a relação de 20 alunos por docente. Riscos: pulverização das ofertas e redistribuição de servidores sem interesse da administração.
- Executa as obras e serviços de engenharia previstos no Plano Anual de Trabalho. Riscos: Recursos humanos e orçamentários.
- Consolidar a Política de Governança. Riscos: Elevadas demandas de atividades realizadas pelos setores envolvidos, minimizando o tempo disponibilizado.
- Proporcionar a capacitação anual de 30% dos servidores. Riscos: Recursos orçamentários.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

DECLARAÇÃO DOS PRÓ-REITORES DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



Regina Ferreira Lopes
Pró-Reitora de Administração
Responsável pelas políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.



Diogo Saul Silva Santos
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Responsável pelas políticas de planejamento, desenvolvimento e avaliação institucional.

As Pró-reitorias de Administração (Proad) e de Desenvolvimento Institucional (Prodin) integram a estrutura organizacional do Instituto Federal de Roraima, conforme a Lei n.º 11.892/2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, onde na seção IV – da estrutura organizacional dos Institutos Federais, em seu Art.11, prevê a estrutura com cinco pró-reitorias. Determinadas internamente pela Resolução nº 148, de 28 de fevereiro de 2014, que aprovou o Regimento Geral, colegiados superiores, órgãos executivos e da administração geral, órgãos colegiados de assessoramento, órgão de controle e diretorias-gerais dos campi.

A Proad tem como objetivo acompanhar, promover e fomentar as políticas de administração do IFRR e suas competências envolvem a coordenação das áreas econômico-financeiras, gestão de licitações e contratos, protocolo e arquivo, além da coordenação contábil, patrimônio, almoxarifado.

A Prodin tem como objetivo acompanhar, promover e fomentar as políticas de planejamento, desenvolvimento e avaliação institucional e suas competências envolvem a coordenação das áreas de planejamento institucional, infraestrutura física e informações institucionais.

Ambas as pró-reitorias executam atividades meio, mas com a responsabilidade de subsidiar a Instituição no cumprimento de sua finalidade, primando pela prestação de serviços com qualidade e efetividade à sociedade. Das ações realizadas por ambas Pró-reitorias em 2018, destacam-se:

- Maior transparência dos recursos recebidos e da execução orçamentária da Instituição;
- Melhoria contínua do controle orçamentário, contribuindo na transparência e eficiência da alocação dos recursos, atendimento de prazos e agilidade nas tomadas de decisões;
- Aprimoramento das análises contábeis melhorando a qualidade da informação e elaboração das Notas Explicativas;
- Adequação da execução financeira às atualizações legislativas dando mais transparência aos pagamentos;
- Elaboração de regulamentos internos que propicia a melhoria, uniformização e agilidade nos processos administrativos;
- Criação de comitês objetivando o fortalecimento da governança institucional, como é o caso do Comitê Orçamentário; Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; e o Comitê de Integridade;
- Início da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 do IFRR;
- Realização do Fórum de Administração e Planejamento, que foi realizado em dois momentos, o qual propicia uma ampla discussão entre os agentes públicos frente a área de gestão administrativa, bem como o alinhamento nas tomadas de decisões.

Podemos destacar também como mecanismo de difusão de saberes o trabalho de orientação e capacitação realizado junto às instâncias administrativas e acadêmicas de cada unidade, com foco na melhoria do gasto público. Exemplos disso são as apresentações da execução orçamentária no Coldi, o acompanhamento dos

limites de execução por unidade, bem como a realização de workshop com intuito de apresentar a composição e os cálculos de elaboração da Matriz Orçamentária Conif.

A cada dia procuramos estreitar os laços com os campi, no intuito de melhorar continuamente os processos de gestão, de forma a sempre tomar decisões assertivas e compartilhadas com os seus membros e colaboradores, visando corrigir as falhas e gargalos na execução dos trabalhos e contribuir de forma eficaz com o crescimento da Instituição, na busca pela gestão baseada na excelência de valores, no aprimoramento do desempenho organizacional e no desenvolvimento de padrões de serviços com foco em resultados orientados para a satisfação dos usuários. Sobre as oportunidades de melhorias destacamos: (i) a adequação da estrutura organizacional, com a atualização do Estatuto e do Regimento Geral da Instituição; (ii) o fortalecimento da governança, com a profissionalização dos comitês de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos e do Comitê de Gestão da Integridade, assim como a aprovação e monitoramento de suas respectivas políticas e planos; e (iii) investimentos em obras e reformas pela necessidade de se manter um padrão mínimo de funcionamento das Unidades.

A conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública e foram atestadas nas declarações de conformidade apresentadas pelos gestores responsáveis à conta deste Relatório de Gestão.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 consignou aos órgãos da administração indireta o recurso a ser utilizado no exercício e ao Instituto Federal de Roraima a dotação orçamentária no valor de R\$ 127.794.724,00. Contudo, ocorreram suplementações e remanejamentos de dotações recebidos da ordem de R\$ 7.739.252,00 redimensionaram o orçamento para a cifra de R\$ 135.533.976,00 o que representa um aumento de dotação de aproximadamente 5,06%.

Despesas fixadas na LOA/2018	Suplementação/remanejamento orçamentário	Despesas totais autorizadas
R\$ 127.794.724,00	R\$ 7.739.252,00	R\$ 135.533.976,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação às dotações de outros órgãos, foi empenhada a cifra de R\$ 2.893.847,04.

Dotação recebida	Valor empenhado
Ministério do Esporte	R\$ 131.600,00
Ministério da Educação	R\$ 2.503.394,05
Fund. Coord. Aperf. Pessoal Nível Superior	R\$ 258.852,99
TOTAL	R\$ 2.893.847,04

Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária no âmbito do IFRR ocorreu de forma descentralizada, pois as unidades gestoras detêm relativa autonomia para a gestão da dotação a elas consignadas. Da dotação recebida (R\$ 135.533.976,00), foram empenhadas R\$ 133.803.183,00, liquidadas R\$ 123.569.823,00 e pagas despesas no montante de R\$ 115.335.300,00, valor esse equivalente a 85,10% do autorizado.

No tocante as dotações recebidas de outras unidades orçamentárias, o IFRR empenhou o valor de R\$ 2.893.847,00, foi liquidado o montante de R\$ 213.077,00 e as despesas pagas somaram R\$ 157.731,00, este valor representou cerca de 5,45% do recurso empenhado.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

A maior parte do valor global pago em 2018 foi direcionada ao pagamento de despesa com pessoal, que inclui as despesas com pessoal ativo, as aposentadorias e pensões dos servidores do IFRR, dentre outras obrigações.

Grupo de Despesa	Despesas Pagas	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 94.687.262,88	81,99
Outras Despesas Correntes	R\$ 20.797.009,20	18,00
Investimentos	R\$ 8.760,00	0,01
TOTAL	R\$ 115.493.032,08	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2018, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 10.266.541,00 o que elevou a execução financeira total do exercício para a cifra de R\$ 125.759.573,00.

Alocação orçamentária – finalidade dos recursos

A LOA fixou ao IFRR dotação para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas: Despesas do IFRR: gastos relacionados à manutenção do IFRR em suas atividades meio e finalísticas.

Despesas do IFRR

Gastos com pessoal: gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo, além das despesas de pessoal e encargos sociais.

Despesas de Custeio: despesas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional.

Investimentos: dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI, etc.

Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

Finalísticas: Dotações destinadas a atender a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades; promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais; desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior; realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Administrativas: serviço de apoio às atividades finalísticas;

Obras e reformas: construção, reforma, manutenção de edificações/ instalações;

Sistemas informatizados: desenvolvimento, manutenção e aprimoramento de sistemas de apoio fundamentais às atividades finalísticas.

Quadro 10: Distribuição das despesas do IFRR em 2018

Despesas Executadas (empenhadas)	Valor	%
Despesas de Custeio	R\$ 19.624.626,42	14,36%
Despesas com Pessoal	R\$ 109.155.063,83	79,85%
Despesas de Investimento	R\$ 7.917.340,41	5,79%
TOTAL	R\$ 136.697.030,66	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Valores pagos – despesas do IFRR

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 11: Grupo1 - Pessoal e Encargos Sociais

Valor Total Pago (R\$ 1,00)	R\$ 94.687.262,88	81,99%
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	R\$ 65.846.068,26	
13 - Obrigações Patronais	R\$ 14.014.297,09	
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	R\$ 11.365.376,56	
Demais elementos do grupo	R\$ 3.461.520,97	

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 12: Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

Valor Total Pago (R\$ 1,00)	R\$ 20.797.009,20	18%
37 - Locação de mão-de-obra	R\$ 5.523.484,24	
39 - Outros serviços de terceiros PJ - OP. Intra-orçamentárias	R\$ 3.619.229,37	
46 - Auxílio alimentação	R\$ 3.347.361,40	
33 - Passagens e despesas com locomoção	R\$ 2.040.740,82	
Demais elementos do grupo	R\$ 6.266.193,37	

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 13: Grupo 4 - Investimentos

Valor Total Pago (R\$ 1,00)	R\$ 8.760,20	0,01%
52 - Equipamentos e material permanente	R\$ 8.760,20	

Fonte: Tesouro Gerencial

Em **2018**, os pagamentos das despesas de custeio, à conta de dotações recebidas, totalizaram **R\$ 14.490.047,00** os quais incluem as despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio. Em **2017** foram pagos **R\$ 13.615.983,00**. No comparativo 2017 e 2018 as despesas de custeio se mantiveram equilibrados, em 2018 teve um crescimento suave de pagamento no patamar de **6,42%** aproximado. Registre-se que 65% do montante acima mencionado refere-se a despesas administrativas, fundamentais para a consecução de atividades finalísticas da Instituição.

Despesas de Custeio

Quadro 14: Comparativo das Despesas de Custeio

Despesa	2018	%	2017	%
Finalísticas	4.298.000,31	29,66	4.218.915,06	30,99
Administrativas	9.448.212,04	65,20	8.730.672,19	64,12
Sistemas informatizados	34.547,92	0,24	0,00	-
Demais despesas	709.287,09	4,90	666.395,88	4,89
TOTAL	14.490.047,36	100	13.615.983,13	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Gasto com pessoal

Quadro 15: Comparativo de Gastos com Pessoal

Despesa	2018	%	2017	%
Aposentadorias e pensões civis	12.018.394,59	11,90	11.843.863,31	10,83
Contribuição Patronais	14.014.297,09	13,88	14.605.447,07	13,36
Assistência médica e odontológica	1.202.366,18	1,19	1.329.140,78	1,22
Ativos	68.654.571,20	67,98	76.300.558,45	69,78
Auxílios e Benefícios	5.104.595,66	5,05	5.263.053,50	4,81
TOTAL	100.994.224,72	100	109.342.063,11	100

Fonte: Tesouro Gerencial

A despesa com pessoal em 2018 manteve-se estável em relação a 2017, tendo uma variação de pagamento a menor em torno de **7,63%**.

Despesas de Investimento

Quadro 16: Comparativo das Despesas de investimento

Despesa	2018			2017		
	Pagos	Inscritos RAP	% em relação ao total inscritos	Pagos	Inscritos RAP	% em relação ao total inscritos
Ativ. Finalística	0,00	717.144,61	9,07	68.041,89	433.936,62	9,75
Tecnologia da Informação	0,00	3.530.799,63	44,65	42.479,70	614.929,47	13,82
Administrativa	8.760,00	1.148.266,16	14,52	7.623,97	1.390.038,84	31,23
obras e reformas	0,00	2.512.370,01	31,77	0,00	1.919.790,08	43,14
demais despesas	0,00	0,00	-	0,00	91.810,00	2,06
TOTAL	8.760,00	7.908.580,41	100	118.145,56	4.450.505,01	100

Fonte: Tesouro Gerencial

O comparativo referente ao volume de recursos empenhados em 2018 para 2017 representou um aumento de 73% de despesas. Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar (RAP) 99,89% das despesas empenhadas em 2018 e 97,41% das despesas empenhadas em 2017. Os fatores que concorreram para o ingresso volumoso em RAP em 2018 foram os trâmites licitatórios finalizados ao final do exercício dos processos de obras/reformas e despesas com TI que representaram aproximadamente 32% e 45% de despesas inscritas respectivamente.

Dotação e execução das despesas

Quadro 17: Dotação e execução das despesas do IFRR em 2018

Despesa	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago ¹ (e)
Pagamento de pessoal	110.563.236,00	109.155.063,83	109.118.434,40	100.994.224,72	18.607,87
Custeio	19.480.740,00	19.624.626,42	14.655.706,65	14.490.047,36	4.677.104,74
Investimento	7.975.950,79	7.917.340,41	8.760,00	8.760,00	5.570.828,86
TOTAL	138.019.926,79	136.697.030,66	123.782.901,05	115.493.032,08	10.266.541,47

Fonte: Tesouro Gerencial

¹ Restos a Pagar Processados e Não Processados pagos

Quadro 18: Dotação e execução das despesas do IFRR em 2017

Despesa	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago (j)
Pagamento de pessoal	111.713.504,00	109.425.340,53	109.342.063,11	109.342.063,11	27.718,46
Custeio	19.698.348,00	18.900.150,36	14.001.470,14	13.615.983,13	4.540.705,92
Investimento	16.541.782,14	3.279.892,43	118.145,56	118.145,56	9.293.630,41
TOTAL	147.953.634,14	131.605.383,32	123.461.678,81	123.076.191,80	13.862.054,79

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 19: Variação da dotação e execução das despesas do IFRR

Despesa	Varição R\$ (K)=d-i	Varição % (I)=(d-i)/i
Pagamento de pessoal	-8.347.838,39	-7,63%
Custeio	874.064,23	6,42%
Investimento	-109.385,56	-92,59%
TOTAL	(7.583.159,72)	-93,80

Fonte: Tesouro Gerencial

Contingenciamento de despesas

O quadro abaixo explicita o Limite para Movimentação e Empenho (LME) e o Limite de Pagamento (LP), exceto pagamento de restos a pagar, estabelecidos no ano de 2018, para a execução das despesas discricionárias do IFRR.

Quadro 20: LME e LP do IFRR em 2018

Valores cumulativos	Dotação autorizadas	Limite Mov. Empenho	Limite Pagamento	Contingenciamento	
				R\$	%
Dec. 9.276 02/fev	24.970.740,00	12.428.239,37	218.554,91	12.542.500,63	50,23%
Dec. 9.323 29/mar	24.970.740,00	15.241.685,86	2.024.509,79	9.729.054,14	38,96%
Dec. 9.390 30/mai	24.970.740,00	17.198.181,52	3.513.930,34	7.772.558,48	31,13%
Dec. 9.452 30/jun	24.970.740,00	22.352.308,99	8.697.753,21	2.618.431,01	10,49%
Dec. 9.515 28/set	24.970.740,00	24.364.478,00	12.109.321,41	606.262,00	2,43%
Dec. 9.590 29/nov	24.970.740,00	24.966.085,00	14.498.807,36	4.655,00	0,02%

As dotações autorizadas acima referem-se às ações:

- 00PW – Contribuições a Entidades Nacionais;
- 20RG – Expansão e Reestruturação;
- 20RL – Funcionamento de Instituições Federais;
- 2994 – Assistência aos Estudantes;
- 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais.

Principais impactos do contingenciamento

O Contingenciamento em 2018 foi moderado, afetando a execução sem muitos prejuízos, porém as liberações das cotas de limites conforme os decretos de programação orçamentária e financeira deixou a gestão da Instituição apreensiva, pois não tinha certeza da liberação de todo o limite, isso fez com que o IFRR executasse as cotas partes já liberadas de forma prudente.

Medidas Mitigadoras

Mesmo em face do contingenciamento moderado, a gestão do IFRR adotou diversas medidas de contenção de gastos, principalmente porque a dotação recebida em 2018 não acompanhou a evolução dos gastos dos serviços e materiais de manutenção da Instituição, vejamos a seguir alguns exemplos:

- Revisão de contratos de prestação de serviços;
- Realização de cursos de capacitação In Company ou na cidade sede da Instituição;
- Compras compartilhadas por SRP, onde a aquisição é por demanda;
- Projetos e ações de redução de energia elétrica, água e telefonia.

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

A Execução orçamentária e financeira no âmbito do Instituto Federal de Roraima ocorre de forma descentralizada, conferindo aos gestores dos Campi e da Reitoria maior assertividade e celeridade na execução do orçamento.

Neste contexto, os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelas unidades gestoras, em 2018, guardaram total conformidade com as normas legais aplicáveis à matérias. O IFRR tem incentivado a adoção de medidas com vistas à conformidade dos atos de gestão, a exemplo da disseminação de orientações técnicas e elaboração de normativos internos e do aprimoramento dos controles internos de forma a nortear o desenvolvimento das atividades, além de outras ações pontuais.

Principais desafios e ações futuras

- Continuar mantendo em bom funcionamento toda a estrutura do IFRR, mesmo diante das incertezas do cenário econômico do país, contribuindo para sua missão institucional de formação integral dos nossos estudantes;
- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do IFRR.

Ações

- Redução de custos com aplicação de boas práticas;
- Promover melhoria nas contratações de bens e serviços;
- Aprimorar o processo de transparência, por meio da divulgação dos resultados alcançados;
- Capacitação dos servidores para o aperfeiçoamento da execução orçamentária e financeira.

Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

O IFRR tem melhorado no que se refere aos procedimentos de aplicações de penalidades à licitantes e contratados.

Valores referente as multas aplicadas as empresas pelo IFRR em 2018 foram:

Quadro 21: Multas aplicadas à empresas pelo IFRR em 2018

Quantidade	Valor total das multas
22	179.300,17

Fonte: Elaboração própria

Depósitos judiciais e extrajudiciais, idenizações a clientes e renúncia de receitas

Em 2018 não houve depósitos judiciais e extrajudiciais, nem idenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial ou mesmo renúncia de receitas.

Roraima

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Legislação aplicada

Para atuar em conformidade com a lei 8.112/1990 e demais legislação aplicáveis à Gestão de Pessoas, o IFRR observa o conjunto de regras e normas publicadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Nesse contexto, a área responsável pela gestão de pessoas do IFRR verifica e acompanha rotineiramente, no Diário Oficial da União (DOU) e no sistema de consulta de atos normativos da Administração Pública Federal (Conlegis), os atos normativos e demais orientações provenientes da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Ministério da Economia, Órgão Central do SIPEC.

Apontamento dos órgãos de controle

Periodicamente os atos de pessoal são submetidos às auditorias preventivas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU), da auditoria interna ou de sistema de trilhas de auditoria, de forma a corrigir eventuais inconsistências apontadas na Instituição. Constam entre as recomendações realizadas pelos órgãos de controle em 2018 temas inerentes a acumulação de cargos, descumprimento de regime de dedicação exclusiva, análise da veracidade de revalidação de diplomas estrangeiros e pagamento de auxílio-transporte.

Podemos citar ainda diligências e solicitações de parte do Ministério Público Federal (MPF), Procuradoria/Justiça Federal (AGU), Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão que resultaram em expressiva demanda para a gestão de pessoas, as quais o IFRR buscou atender em sua integralidade.

Em 2018, os atos de admissão/desligamento e de concessão de aposentadorias foram registrados no SISAC/E-pessoal, conforme Instrução Normativa TCU Nº 78/2018.

Figura 36: Atos Sisac/ e-Pessoal em 2018



Processos Administrativos de Reposição ao Erário incluído em folha de pagamento no exercício 2018

Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores nos termos da Orientação Normativa SGP/MP nº 5, de 21/2/2013. Segue dados sobre os processos incluídos em folha de pagamento.

Figura 37: Reposição ao erário incluído em 2018



Avaliação da força de trabalho

A Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFRR 380 docentes e 438 Técnico-Administrativos em Educação (TAE), dos quais 181 são de cargos de nível superior classe E, 210 cargos de nível intermediário classe D e 47 cargos de nível auxiliar classe C.

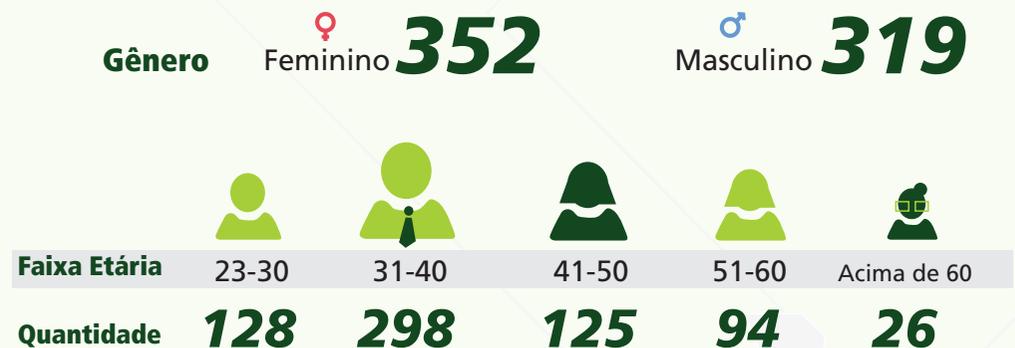
Para os dados apresentados a seguir foi adotado o mês de dezembro de 2018, como referência.

Atualmente o IFRR possui uma força de trabalho composta por **671 servidores efetivos, 39 professores substitutos e 1 profissional temporário** especializado para atender alunos com deficiência.

Figura 38: Distribuição da força de trabalho



Dos servidores **efetivos** temos:



Fonte: Suap

Quanto a jornada de trabalho dos servidores efetivos predomina a jornada de 40h/DE para o cargo docente e 40 h para o cargo TAE:

Figura 39: Jornada de trabalho semanal

	20h	25h	30h	40h	40h/DE	total
Docente	07	-	-	05	274	286
TAE	05	07	10	363	-	385

Fonte: Suap

Figura 40: Titulação de servidores efetivos

Docente		TAE
38	• Doutorado	01
152	• Mestrado	44
81	• Especialização	172
01	• Aperfeiçoamento	
14	• Graduação	102
	• Ensino Técnico	16
	• Ensino Médio	47
	• Ensino Fundamental	02
	• Ensino Fundamental Incompleto	01

Fonte: Suap

Figura 41: Evolução do quadro de servidores efetivos

Exercício	 Docente	 TAE
	2016	297
2017	293	376
2018	286	385

Fonte: Relatórios de Gestão 2016 e 2017 e Suap

A redução do número de docentes é decorrente de aposentadorias que ainda não tiveram sua reposição, uma vez que nesse período não houve realização de concurso público. Já o crescimento do quadro de técnicos se deu devido a liberação de novos códigos de vagas do MEC e a efetivação dos provimentos.

Estratégia de recrutamento, seleção e alocação de pessoas

A forma de seleção e recrutamento de pessoal adotada pelo IFRR, para provimento de cargos efetivos é por meio da realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme previsto no inciso II, art. 37 da Constituição Federal de 1988, nos arts. 9º a 12º da Lei 8.112/1990, nas leis de re-estruturação das carreiras, a saber: arts. 10º a 11º da Lei Nº 12.772/2012 e arts. 9º da Lei Nº 11.091/2005, que se opera nos termos dos arts. 10º a 19º do Decreto 6.944/2009.

Para o planejamento e organização do concurso público além da análise do quantitativo de vagas livres observa-se: a) os limites do Banco de Professor-Equivalente (BPEq) do Decreto nº 7.312/2010 e nº 8.259/2014; b) os quantitativos do Quadro de Referência de Servidores TAE (QRSTAE) instituído pelo Decreto nº 7.311/2010, regulamentado pelo art. 4º, § 1º do Decreto nº 7.232/2010; e c) a demanda dos Campi em consonância com a política de dimensionamento de cargos estabelecida pela Portaria 246/2016/MEC.

Os provimentos das vagas previstas em concurso devem estar planejados de acordo com a Portaria Interministerial 109/MEC/MPDG, de 27 de abril de 2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas instituições federais de ensino e pelo Ministério da Educação (MEC) para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, visando sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). O planejamento previsto nessa portaria também deverá estar de acordo com o Decreto nº 9.262/2018.

A contratação de professor substituto está prevista na Lei nº 8.745/ 1993 e ocorre para suprir a ausência de professor efetivo em razão de: vacância do cargo, afastamentos ou licenças, de acordo com o Art. 14 do Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, ou nomeação para ocupar cargo de Reitor, Pró-Reitor e Diretor de Campus. O número total de contratação de professor substituto não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do número de professores efetivos em exercício na Instituição. O recrutamento é feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União.

A alocação dos servidores no IFRR procura atender a Portaria nº 246/2016, que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II.

A movimentação interna dos servidores ocorre através de processo de seleção de remoção a pedido.

Figura 42: Demonstrativo das remoções de servidores



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Quadro 22: Gasto com pessoal

Tipo de Gasto	Exercício	
	2017	2018
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	68.148.736,46	65.846.068,26
Obrigações patronais intraorçamentárias	14.605.447,07	14.014.297,09
Aposent. rpps, reser .remuner. e refor. militar	10.537.183,54	11.365.376,56
Demais elementos do grupo	9.458.501,76	3.461.520,97
Total	102.749.868,83	94.687.262,88

Fonte: Relatórios de Gestão 2017 e Tesouro Gerencial

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Avaliação de desempenho

Os docentes do IFRR fazem parte da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que é regulamentada pela Lei nº 12.772/2012 e é estruturada em cinco classes: D I, D II, D III, D IV e Titular. Além disso, cada classe possui suas subdivisões em níveis. A passagem de um nível para o outro, dentro da classe, ou a promoção para a classe subsequente, é realizada após o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante avaliação do desempenho das atividades do docente.

Os docentes são submetidos a um período de estágio probatório de 03 (três) anos, nos quais permanecem na Classe D I. Após o término do estágio probatório, que ocorre mediante aprovação em avaliação de desempenho, pode haver a aceleração da promoção para a Classe D II nível 1, vinculada à apresentação do título de especialista, e para D III

nível I, ligada à apresentação do título de mestre ou doutor.

Os servidores ocupantes dos cargos administrativos do IFRR fazem parte da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que é regulamentada pela Lei nº 11.091/2005 e é estruturada em cinco níveis de Classificação: A, B, C, D e E. São classificados de acordo com requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. No âmbito do IFRR, os cargos de nível A e B são cargos em extinção, portanto o quadro de referência é composto apenas por cargos de nível C, D e E.

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional (se desenvolve em 04 níveis, mediante participação em cursos de capacitação compatíveis como o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida) ou Progressão por Mérito Profissional (se desenvolve em 16 níveis, mediante a aprovação em avaliação periódica de desempenho, realizada anualmente), respeitado o interstício de 18 meses em cada progressão.

Quadro 23: Demonstrativo de progressões de servidores

Docentes		TAE		Total de servidores avaliados	Total de recursos
Progressão por desempenho acadêmico	Aceleração da promoção	Progressão por capacitação profissional	Progressão por mérito profissional		
110	28	170	242	375	1

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Estágio probatório

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

Em 2018 foram homologadas 70 avaliações de estágio probatório de servidores, sendo 25 de Professor EBTT e 45 de TAE.

Valor agregado aos recursos humanos, Meritocracia e Remuneração

Na busca da valorização dos servidores e no reconhecimento do valor agregado pelo trabalho desempenhado na Instituição, o IFRR tem investido na capacitação e qualificação dos servidores, ofertando cursos de pós-graduação *latu e stricto sensu* e facilitando a

participação em cursos, dentro e fora do país.

Os servidores da carreira TAE contam com o Incentivo à Qualificação (IQ) que representa um acréscimo remuneratório entre 10% a 75%, calculado sobre a parcela do vencimento básico. Em 2018 registramos a concessão do IQ a 48 servidores TAE. Para os docentes existe a Retribuição por Titulação (RT) cujo pagamento é vinculado à obtenção de certificado de pós-graduação em qualquer de seus níveis e o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). No decorrer de 2018 registramos a concessão de 28 RSC e de 22 RT aos servidores da carreira EBTT.

Quadro 24: Remuneração de cargos do docente Classe D1-01

20 horas	40 horas	40 horas/DE
R\$ 2.236,31	R\$ 3.126,31	R\$ 4.463,93

Quadro 25: Remuneração de cargos do TAE

A	B	C	D	E
R\$ 1.326,72	R\$ 1.606,41	R\$ 1.945,41	R\$ 2.446,96	R\$ 4.180,66

Ocupações de cargos gerenciais

Quadro 26: Ocupação de cargos gerenciais no IFRR

Cargos de direção		Função gratificada	
CD 1	1	FG 1	39
CD 2	9	FG 2	42
CD 3	13	FG 4	31
CD 4	23	FUC	27

Ações voltadas à saúde e qualidade de vida

O IFRR instituiu sua Política de Atenção à Saúde e à Segurança dos Servidores (PASS) por meio da Resolução nº 282/CONSUP/IFRR, de 17 de fevereiro de 2017, e tem por objetivo definir diretrizes gerais para a implementação das ações de vigilância nos ambientes e nos processos de trabalho.

Dentre as ações de atenção a saúde, segurança e qualidade de vida do servidor realizadas no ano 2018, destacamos:

- Jogos de Integração dos Servidores (Jints), com 509 inscritos nas diversas modalidades.
- Clube de afinidades, encontro de servidores para trocar ideias

sobre temas específicos;

- Campanhas de sensibilização;
- Homenagem ao servidor em datas comemorativas;
- Ação saúde com vacinação;
- Dicas de saúde e bem-estar através do e-mail institucional e/ou palestras;
- Confraternização natalina.

Capacitação: Estratégias e números

A Política de Capacitação dos Servidores foi instituída pela Resolução nº 298/CONSUP/IFRR, de 28 de julho de 2017 e por meio do Plano Anual de Capacitação e Qualificação (PACQ) e do Programa Institucional de Bolsa Auxílio à Qualificação (PIBAQ), aprovado por meio da Resolução nº 254/2016/CONSUP/IFRR, o IFRR estabelece procedimentos sistemáticos de capacitação e qualificação voltados aos servidores.

Em 2018 o PACQ abrangeu cursos presenciais, semipresenciais e/ou a distância. No entanto, devido a restrição orçamentária, não foi possível a oferta de novas vagas para concessão de PIBAQ em todas as unidades, sendo apenas efetuado o pagamento de algumas das bolsas contempladas em editais anteriores

Figura 43:
Pagamento de bolsa auxílio à qualificação



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Principais desafios e ações futuras:

- Organização e digitalização das pastas funcionais dos servidores;
- Implantação de unidade SIASS (Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor);
- Implantação e implementação das comissões, equipe multiprofissional e programas previstos na política de atenção à saúde e segurança do servidor do IFRR;
- Recomposição da força de trabalho;
- Normatização ou atualização de normativos institucionais de temas como: mobilidade de servidor, metodologia de avaliação de desempenho, movimentação de pessoal interna e externamente, jornada de trabalho docente, controle de frequência, contratação de professor substituto e concessão de IQ e RT, entre outros;
- Consolidação da equipe da DGP.

GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Fonte: SIASC

Figura 44:
Contratações no IFRR em 2018



Conformidade legal

O IFRR conta com assessoria jurídica da Advocacia Geral da União, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do Ministério da Economia, com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP), além da utilização dos recursos de modelos de documentos padrões e listas de verificações elaboradas pela AGU.

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

Para a manutenção do funcionamento do IFRR, as contratações mais relevantes incidem nas empresas prestadoras de serviços terceirizados de **vigilância, manutenção predial e motorista**. Não podemos deixar de citar um outro valor expressivo, que é o recurso empregado da Ação 4572, assistência estudantil com a locomoção – **transporte escolar dos alunos**.

Quadro 27: Contratações mais relevantes do IFRR em 2018

Serviço	Valor Pago
Vigilância	R\$ 1.560.611,75
Limpeza	R\$ 2.344.916,30
Apoio Administrativo	R\$ 1.592.807,69
Energia Elétrica	R\$ 1.233.765,88
TOTAL	6.732.101,62

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 28: Recurso empregado no transporte escolar de alunos em 2018 no IFRR

Serviço	Valor Pago
Locação de mão-de-obra e Outros serviços de terceiros PJ - OP. Intra-	R\$ 9.142.713,61
Passagens e despesas com locomoção	R\$ 2.040.740,82
TOTAL	11.183.454,43

Fonte: Tesouro Gerencial

A gestão de licitações e contratos relaciona-se diretamente com o objetivo estratégico estabelecido no Plano Anual de Trabalho do IFRR: Manter a infraestrutura do Instituto para a consecução da sua missão, com contratação de diversos serviços de natureza contínua ou não e aquisição de materiais/equipamentos.

Contratos de publicidade e propaganda

O IFRR não efetuou contratação de publicidade e propaganda no ano de 2018

Contratações diretas

O IFRR realizou **96 contratações diretas**, sendo estas justificáveis, em sua maioria, para a realização de **capacitação de servidores**, tendo por fundamento o inciso II, do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993. Outras contratações diretas que merecem destaque relaciona-se àquelas para **fornecimento de energia elétrica, água, publicidade legal e anuidades**, justificadas pelo fornecimento exclusivo.

Quando se trata de desafios relacionados as contratações não podemos deixar de citar a redução de recurso orçamentário que o IFRR vendo sofrendo nos últimos anos, pois os serviços essenciais para manutenção e funcionamento de nossas unidades vem sofrendo reajuste anuais, conforme legislações, porém o recurso empregado não aumenta, dessa forma, trabalhamos de forma estratégica para otimização dos gastos, priorizando os serviços essenciais para a prestação dos serviços de qualidade a sociedade.

Outro desafio que podemos citar são as atualizações constantes de normas e legislações aplicada as licitações e contratos, nas quais a administração deve seguir, porém, com a redução do recurso voltados para capacitação fica cada vez mais difícil realizar a capacitação de servidores envolvidos no processo. Bem como o quadro reduzido de servidores para atender as demandas externa e interna da Instituição. Assim, como principal ação futura podemos citar a realização de projetos para viabilizar a capacitação de servidores para atuarem frente aos processos, a fim de garantir ao servidor conhecimento nas áreas ora exigidas e a execução das atividades atendendo as legislações vigentes.

Quando ao quadro reduzido de servidores, foge da competência da administração a contratação e disponibilização de servidores. Porém podemos citar também como ação futura a revisão de processos de contratações verificando novas modalidades para otimização do recurso empregado (ex. Contratação de serviços de vigilância por vídeo-monitoramento) no lugar da vigilância armada, que hoje é um dos postos que geram maior emprego de recurso anual das unidades;

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade legal:

O IFRR conta com assessoria jurídica da Advocacia Geral da União, o que garante a conformidade com as normas, além disso, a infraestrutura física do IFRR é regida pelo Plano Diretor de Obras, presente no PDI da Instituição, onde estão previstas as obras de construção, ampliação, reforma, demolições e demais serviços de engenharia. Além disso, na

elaboração dos projetos segue-se o estabelecido na Lei nº 10.098/2000, Lei Estadual Complementar nº 82/2004, Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal, Plano Diretor Municipal e as Notas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicadas às edificações.

Principais investimentos de capital, avaliação do seu custo-benefício e impactos sobre os objetivos estratégicos:

Os principais investimentos no ano de 2018 no IFRR foram:

Construção de muro no entorno do Campus Amajari, o que proporcionou maior segurança tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a comunidade externa que frequenta a unidade. Essa obra impactou bastante na salva-guarda dos animais pertencentes ao campus.

Melhoria na **infraestrutura física** do Campus Boa Vista, de forma a fortalecer sua acessibilidade (aquisição de plataformas elevatórias e elevador vertical) e melhorar a avaliação institucional.

Aquisição de **03 (três) salas modulares** no Campus Novo Paraíso, que objetiva a ampliação do espaço pedagógico e proporcionar melhoria na infraestrutura a toda comunidade interna e externa e a **aquisição e instalação de equipamentos de combate a incêndio** a fim de proporcionar maior segurança a toda a comunidade do campus.

Desfazimento de ativos

Não foi realizado nenhum procedimento para desfazimento de ativos no ano de 2018 nas unidades do IFRR.

Locação de imóveis e equipamentos:

Somente a unidade Reitoria constitui em imóvel alugado, a qual totalizou para a instituição um gasto de **R\$ 442.168,51 (quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos)** no exercício de 2018.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houveram mudanças ou desmobilizações no IFRR.

Principais desafios e ações futuras

Um grande desafio relacionado à gestão patrimonial e infraestrutura refere-se a renovação do seu patrimônio e, principalmente, a manutenção predial de suas unidades, o que exige investimento constantemente devido ao seu desgaste ocasionados de forma natural e pelo uso diário, bem como, pela necessidade de acompanhar as modernizações.

Para o ano de 2019 o IFRR tem como planejamento dar início aos procedimentos de desfazimento de bens inservíveis, considerando que tal ação não foi executada nos últimos cinco anos. Quanto as outras ações referente à infraestrutura física (mais especificamente obras e serviços de engenharia) da Instituição para os próximos cinco anos, as mesmas

constarão no PDI 2019-2023 do IFRR, no entanto, destacamos as seguintes ações planejadas para o exercício 2019:

A conclusão e inauguração das obras se encontram em andamento, a aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturação de ambientes didáticos, de apoio pedagógico e administrativos e o início de obras e reformas voltados para o atendimento das políticas institucionais, sendo as mais relevantes:

a construção de blocos de alojamentos nos Campi Amajari e Novo Paraíso; a **conclusão das obras de construção das sedes próprias** dos Campi Boa Vista Zona Oeste e Avançado Bonfim; **adequação da estrutura física** do Campus Boa Vista para melhoria de sua acessibilidade; **construção de poços artesianos** para dar subsídio a área técnica do Campus Amajari e a instalação do sistema de combate a incêndio e pânico nos Campi que ainda não possuem.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

A conformidade legal da Tecnologia da Informação (TI) se dá através de artefatos de governança que contemplam normas do Governo Federal, órgãos de controle, ministérios e aquelas definidas internamente, tais como Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), além da busca constante em melhorar os serviços providos pela área de TI do IFRR através de ações visando atender as melhores práticas dentro das limitações da equipe técnica. Entre as ações está a implantação de ferramenta para abertura de dados, o planejamento para atualizar as páginas à nova identidade visual do governo, observação das instruções normativas que orientam as contratações, fiscalização e gestão de contrato.

Modelo de governança de TI

O IFRR dispõe de Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), que também assume o papel de Comitê de Governança Digital, o qual propõe e monitora as políticas e estratégias relativas à TI. Também possui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (COSIC), que propõe e monitora a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), que pode ser encontrado no link <http://www.ifrr.edu.br:8080/reitoria/dti/POSICIFRRNova.pdf>. Como parte dos artefatos do modelo de governança, o IFRR possui o **PDTI** (<http://www.ifrr.edu.br:8080/reitoria/dti/plano-diretor-de-ti/plano-diretor-de-ti-2017-2018>) e o **PETI** (<http://www.ifrr.edu.br:8080/reitoria/dti/plano-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-2017-2018-1/plano-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-2017-2018>)

Montante de recursos aplicados em TI

Em 2018, o montante de recursos aplicados em TI em investimento totalizam R\$ 3.653.837,72, sendo R\$ 1.225.703,76 de orçamento próprio, R\$ 1.728.259,50 oriundo de Termo de Execução Descentralizada (TED) e R\$ 699.874,46 oriundo de emenda parlamentar.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

As contratações mais relevantes em TI, no exercício de 2018, foram a solução de hiperconvergência para ampliação de Data Center, no valor de R\$ 1.208.118,30, aquisição de solução de segurança de rede de dados (firewall), no valor de R\$ 829.672,00 e aquisição de computadores, no valor de R\$ 286.416,27.

Principais iniciativas e resultados na área de TI

A renovação e ampliação da capacidade computacional do datacenter do IFRR foi a principal iniciativa e os resultados vão desde a melhoria no desempenho dos serviços hospedados na infraestrutura do IFRR, até a adequação dessa infra para suportar os sistemas demandados por normativas do Governo Federal (módulo de documentos e processos eletrônicos, disponibilização de dados abertos).

Segurança da informação

Foi designado, através da portaria n.º 798/GR de 11/05/2018, constante no processo n.º 23231.000368/2017-14, o novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (COSIC), o qual iniciou o trabalho de atualização da Política de Segurança da Informação e comunicação (POSIC), que deverá estar pronta no exercício 2019.

Principais desafios e ações futuras

Conclusão e divulgação da nova POSIC, renovação do parque de computadores do IFRR, finalização da implantação dos módulos que contemplam as normativas do Governo, maior aproximação com as áreas de negócio do IFRR (ensino, pesquisa, extensão e inovação), estruturação de equipe interna de desenvolvimento de software, melhorar o funcionamento do CGTI, adquirir uma estrutura adequada para o datacenter principal, preferencialmente no formato de contêiner, melhorar a conexão entre as unidades do IFRR, contratação de fornecimento de link secundário de internet, estruturação de cabeamento para implantação de rede sem fio e telefonia VoIP, estabelecimento de Sítio backup.

GESTÃO DA CUSTOS

A Unidade Jurisdicionada integra o Poder Executivo, mas quanto à utilização do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) é restrito aos servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

Em 2018 passou a ser informado o centro de custo na liquidação da despesa no SIAFI, o que contribuiu para o aprimoramento da informação contábil. No entanto, tem-se informado um custo genérico, porque ainda não foi entendido como pode ser controlado esse custo.

Percebe-se que a gestão de custos está em nível macro na administração pública federal e que há a necessidade de capacitar os profissionais nas unidades gestoras para que a informação de custos seja um instrumento de informação e tomada de decisão aos gestores.

Assim, diante das justificativas apresentadas, esta Unidade Jurisdicionada ainda não implantou a sistemática de apuração dos custos por programas e unidades administrativas bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade prestadora de contas.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Os critérios adotados nas contratações realizadas pelo IFRR são:

Nas Compras para Aquisição e Serviços Comuns:

Em todos os editais de licitação reserva-se um tópico com critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o tipo do objeto, em conformidade com o decreto 7.746/2012, Decreto nº 9.178, Decreto nº 5940/2006, Instrução Normativa 01/2012/SLTI/MPOG e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis lançado pela AGU com o objetivo de uniformizar o entendimento no aspecto socioambiental em matéria de licitações, bem como, declaração de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental fornecidas pelos participantes do Certame, ao passo que procurando a proposta mais vantajosa com práticas sustentáveis não incorramos em limitar a competitividade com tais exigências.

Em Licitações de Obras, Exige-se da Contratada:

No que diz respeito aos contratos firmados para tais serviços é exigido em edital que o fornecedor desenvolva suas atividades obedecendo aos critérios de sustentabilidade, conforme dispõe a Instrução Normativa nº. 01/2012/SLTI/MPOG, e em consonância com Legislação específica e normas pertinentes.

Assim, deverão observar o Decreto 48.138, de 8 de outubro de 2003, Resolução CONAMA nº 20, Decreto nº 5.940, IN/MARE nº 6 (coleta seletiva), Normas Brasileiras (NBR), publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, Resolução Conama nº 257, Resolução Conama nº 307, em que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a

gestão dos resíduos da construção civil. Disciplinando as ações necessárias, de forma a minimizar os impactos ambientais no que couber ao objeto licitado, deverá, por meio da apresentação do Relatório de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil (RGRCC), comprovar a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) na obra, dentre outros.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Foram promovidas campanhas de conscientização quanto a redução de consumo e combate ao desperdício de água e energia elétrica; projetos de reuso de água; lançamento de edital de apoio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de energia renovável; e, utilização de energia solar e reaproveitamento de água em algumas atividades pedagógicas.

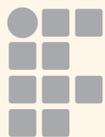
Redução de resíduos poluentes

Não houve o monitoramento quanto à redução de resíduos poluente, o que será sanado a partir de 2019.

Principais desafios e ações futuras

A Instituição tem como principal desafio para 2019 a elaboração e o monitoramento do seu Plano de Gestão de Logística Sustentável, que estabelecerá práticas voltadas para a sustentabilidade e para a promoção de gastos mais conscientes.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

Declaração da Contadora



A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos. Nesse contexto, as demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da Instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das

Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A contabilidade do Instituto Federal de Roraima é realizada na Reitoria por meio dos contadores lotados no Departamento de Contabilidade e Finanças, subordinado à Pró-reitoria de Administração, enquanto que nos campi é realizada por meio dos contadores lotados nas Coordenações de Contabilidade e Finanças subordinadas à Diretoria/Departamento de Administração e Planejamento de cada unidade.

O processo de verificação de conformidade contábil se dá em dois níveis, Órgão e Unidade Gestora, onde as unidades gestoras são subordinadas ao Órgão. As demonstrações contábeis apresentadas referem-se ao exercício de 2018 e estão consolidadas a nível de órgão tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- Reitoria;
- Campus Boa Vista;
- Campus Zona Oeste;
- Campus Novo Paraíso;
- Campus Amajari;
- Campus Avançado de Bonfim.

Importa ressaltar que a execução orçamentária e financeira do Campus Avançado de Bonfim é executada pela unidade Reitoria.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima é realizada pela Reitoria de acordo com a lei 4.320/64, lei complementar 101/2000 – LRF, Manual de contabilidade aplicada ao setor público, Manual SIAFI e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor público.

As Demonstrações Contábeis do IFRR são as seguintes:

- Balanço Patrimonial: apresenta o ativo e passivo da instituição, que são os bens, direitos e obrigações.
- Balanço Orçamentário: apresenta a informação do orçamento aprovado em confronto com o executado, que significa a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada em confronto com a executada.
- Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa: demonstram o fluxo financeiro do órgão, que significa as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: apresenta o resultado patrimonial do período que é o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (receitas) e as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: apresenta as variações e evolução do patrimônio líquido.

Avanços

A partir da edição da Portaria n.º 184, de 25 de agosto de 2008, que estabeleceu diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público garantindo que os Princípios Fundamentais de Contabilidade fossem respeitados no âmbito do setor público, e com a aprovação pelo CFC, por meio de Resoluções das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – as NBC T 16, pôde-se perceber que foi dada a devida importância à contabilidade pública, servindo ainda como instrumentos norteadores aos órgãos públicos para a apresentação das informações contábeis.

Em 2018, na liquidação da despesa no SIAFI, passou a ser informado o centro de custo, o que contribuiu para o aprimoramento da informação contábil. No entanto, percebe-se que ainda é necessário a capacitação dos servidores envolvidos para a otimização da informação.

Ressalvas

Considerando a complexidade de algumas atividades de trabalho no IFRR, a limitação de pessoal e ainda a mudança de coordenadores nos setores de almoxarifado e patrimônio, apresentam-se a seguir as situações que devem ser superadas quanto ao controle patrimonial da Instituição:

- Depreciação: quanto ao registro da depreciação lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, os mesmos não estão sendo lançados no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP por causa de inconsistências em algumas contas. O registro da depreciação é lançado com base em um controle por meio de planilha do excel realizado pelos setores de contabilidade.

Reavaliação: Quanto à avaliação dos bens móveis e conforme o cronograma da Macrofunção - 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Deprec., Amort. e exaustão na Adm. Direta da União, Autarq. e Fundacional do Manual SIAFI, as contas referentes ao prazo máximo de 2012 foram avaliadas, mas não foram lançadas em controles patrimoniais por pendência de implantação do módulo no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, utilizado pela instituição. As contas referentes ao prazo máximo de 2013 não foram avaliadas, considerando o número reduzido de servidores para compor comissão para realização dos trabalhos de avaliação de bens móveis.

- Estoques/Bens Móveis: A conta estoques e bens móveis não refletem a situação real, pois os saldos não foram conciliados tendo em vista o não envio do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) por parte de 4 unidades, com exceção da unidade Reitoria que enviou os Relatórios RMA e RMB ao Departamento de Contabilidade e Finanças. Foram transferidos os equipamentos energéticos adquiridos pela Reitoria aos Campi Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. As inconsistências entre o saldo do patrimônio e da contabilidade se dão pelas movimentações entre as unidades e por classificação indevida na liquidação. Na unidade Reitoria as divergências estão sendo verificadas em conjunto entre a Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio e Departamento de Contabilidade e Finanças.

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI, Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei n.º 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, referente ao exercício de 2018, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, Exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Boa Vista-RR, 15 de fevereiro de 2019
Geórgia Marcelly Gomes Matias
CRC-RR n.º 668/O-0
Contadora do Instituto Federal de Roraima



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ milhares

ATIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		12.431.110,63	5.025.623,56
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.686.106,89	1.301.715,60
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		82.555,94	87.565,94
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		3.662.447,80	3.636.342,02
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		118.229.120,56	108.521.350,60
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Investimentos			
Imobilizado	05	118.145.794,97	108.504.419,01
Bens Móveis		38.479.986,29	37.631.766,66
Bens Móveis		47.052.700,37	44.617.017,73
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-8.572.229,33	-6.984.766,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-484,75	-484,75
Bens Imóveis		79.665.808,68	70.872.652,35
Bens Imóveis		80.195.419,85	71.191.601,71
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-529.611,17	-318.949,36
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		76.718,40	10.324,40
Softwares	04	76.718,40	10.324,40
Softwares		76.718,40	10.324,40
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
TOTAL DO ATIVO		130.660.231,19	113.546.974,16

• CRÉDITOS A CURTO PRAZO



Houve uma redução -6,00% em comparação ao mesmo período do exercício anterior e representa 0,06 do total do ativo

• INTANGÍVEL - SOFTWARES



Esta conta tem como contrapartida o grupo da DVP "Ganhos com Incorporação de Ativos", 4.6.3.0.0.00.00, pertencente ao item "Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos". Em dezembro de 2018, houve variação de 643,08% em relação a 31 de dezembro de 2017. O intangível representa 0,06% do total do Ativo.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ milhares

PASSIVO	NE	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		8.453.435,94	512.241,55
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		7.017.974,28	3.930,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	01	131.198,95	426.624,21
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.304.262,71	81.687,34
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		8.453.435,94	512.241,55
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		122.206.795,25	113.034.732,61
Resultado do Exercício		9.258.661,49	8.101.138,63
Resultados de Exercícios Anteriores		113.034.732,61	81.429.232,41
Ajustes de Exercícios Anteriores		-86.598,85	23.504.361,57
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.206.795,25	113.034.732,61
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		130.660.231,19	113.546.974,16

Fonte: SIAFI 2018

• OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO



O percentual elevado nessa conta em relação ao período anterior se deve por seu pagamento ter ocorrido em 02/01/2019, tendo em vista a mudança na operacionalidade das ordens bancárias.

• CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS



A variação horizontal em relação à dez/2017 foi de -69,25%.

• DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO



A variação horizontal em relação à dez/2017 foi de 1496,65% e justifica-se por causa das despesas com consignações, impostos e contribuições, pensão alimentícia, retenção de empréstimos, previdência complementar e outras obrigações a curto prazo que foram pagas em janeiro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	2018	2017
	161.112.180,76	158.979.463,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	215.921,67	136.860,60
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	215.921,67	136.860,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	155.104.677,19	158.640.330,23
Transferências Intragovernamentais	153.246.945,28	158.432.100,04
Transferências Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.857.731,91	208.230,19
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.624.596,56	11.308,58
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.624.596,56	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	11.308,58
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	166.985,34	190.963,78
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	166.985,34	190.963,78

• VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

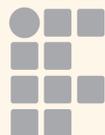


A variação positiva de 49637,43% entre dezembro de 2018 e 2017 justifica-se principalmente pelos registros realizados, em 2018, na conta 4.6.3.9.1.01.00 - OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVO pela incorporação de Ativos do Programa PIPAD e INOVA feito pelo Campus Novo Paraíso e pelo registro de imóveis de uso especial no SPIUnet pelo Campus Amajari no 1º trimestre.

• OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS



A variação positiva de 792,15% entre dezembro de 2018 e 2017 justifica-se principalmente pelo registro realizado em julho de 2018, na conta DOAÇÕES/TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, da doação pelo FNDE de um caminhão conforme NF n° 104781 e Termo de Doação FNDE n° 09 de 14/0 5/2013. Pr. 23231.000338/2018-81.



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	2018	2017
	151.853.519,27	150.878.324,56
Pessoal e Encargos	96.079.704,08	97.853.691,76
Remuneração a Pessoal	74.133.866,70	75.802.700,36
Encargos Patronais	14.613.741,51	15.014.022,07
Benefícios a Pessoal	7.173.287,02	6.833.880,04
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	158.808,85	203.089,29
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.466.655,69	11.880.330,46
Aposentadorias e Reformas	12.761.245,79	11.189.048,15
Pensões	673.580,70	654.815,16
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31.829,20	36.467,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18.273.495,91	16.961.354,39
Uso de Material de Consumo	1.148.196,10	974.273,43
Serviços	15.421.623,84	14.102.887,74
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.703.675,97	1.884.193,22
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	2.467,84
Juros e Encargos de Mora	-	2.467,84
Transferências e Delegações Concedidas	22.442.535,59	22.063.210,22
Transferências Intragovernamentais	20.498.627,43	21.871.759,26
Transferências Intergovernamentais	417.676,24	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.526.231,92	191.450,96

• DOAÇÕES/TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS-INTRA



O percentual da variação horizontal de 697,19% justifica-se pelo registro, em agosto 2018, das transferências dos geradores fotovoltaico da Reitoria para os Campi Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari, que resultou numa baixa de R\$ 1.402.315,68 do imobilizado da Reitoria

• PREMIAÇÕES DESPORTIVAS



A variação de 1509,05% em dezembro de 2018 e 2017 justifica-se principalmente pela despesa realizada com aquisição de medalhas e troféus esportivos durante o mês de agosto/2018.



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

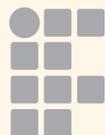
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			SALDO (D) = (C) - (B)
		PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	
RECEITAS CORRENTES		195.082,00	195.082,00	226.915,00	31.833,00
Receita Patrimonial		16.608,00	16.608,00	41.586,67	24.978,67
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		16.608,00	16.608,00	41.586,67	24.978,67
Receitas de Serviços		178.474,00	178.474,00	174.335,00	-4.139,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		178.474,00	178.474,00	174.335,00	-4.139,00
Outras Receitas Correntes		-	-	10.993,33	10.993,33
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	10.714,63	10.714,63
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	78,70	78,70
Demais Receitas Correntes		-	-	200,00	200,00
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXE. ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		195.082,00	195.082,00	226.915,00	31.833,00
DEFICIT				136.470.115,66	136.470.115,66
TOTAL		195.082,00	195.082,00	136.697.030,66	136.501.948,66

RED



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	122.304.724,00	130.043.976,00	128.779.690,25	123.774.141,05	115.484.272,08	1.264.285,75
Pessoal e Encargos Sociais	96.241.809,00	103.592.737,00	102.270.819,38	102.234.189,95	94.687.262,88	1.321.917,62
Outras Despesas Correntes	26.062.915,00	26.451.239,00	26.508.870,87	21.539.951,10	20.797.009,20	-57.631,87
DESPESAS DE CAPITAL	5.490.000,00	5.490.000,00	7.917.340,41	8.760,00	8.760,00	-2.427.340,41
Investimentos	5.490.000,00	5.490.000,00	7.917.340,41	8.760,00	8.760,00	-2.427.340,41
SUBTOTAL DAS DESPESAS	127.794.724,00	135.533.976,00	136.697.030,66	123.782.901,05	115.493.032,08	-1.163.054,66
TOTAL	127.794.724,00	135.533.976,00	136.697.030,66	123.782.901,05	115.493.032,08	-1.163.054,66

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ milhares

	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	F = (A+B-D-E)
INSCRITOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.972.582,67	4.981.957,64	4.292.290,56	4.285.590,29	1.333.525,61	1.335.424,41
Pessoal e Encargos Sociais	-	75.655,20	16.614,11	16.614,11	59.041,09	-
Outras Despesas Correntes	1.972.582,67	4.906.302,44	4.275.676,45	4.268.976,18	1.274.484,52	1.335.424,41
DESPESAS DE CAPITAL	4.827.498,62	4.450.505,01	5.541.112,23	5.538.997,38	663.864,08	3.075.142,17
Investimentos	4.827.498,62	4.450.505,01	5.541.112,23	5.538.997,38	663.864,08	3.075.142,17
TOTAL	6.800.081,29	9.432.462,65	9.833.402,79	9.824.587,67	1.997.389,69	4.410.566,58

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$ milhares

	(A)	(B)	(D)	(E)	F = (A+B-D-E)
INSCRITOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	65.575,04	411.780,05	410.122,32	67,68	67.165,09
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	65.575,04	411.780,05	410.122,32	67,68	67.165,09
DESPESAS DE CAPITAL	6.258,97	25.572,51	31.831,48	-	-
Investimentos	6.258,97	25.572,51	31.831,48	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	71.834,01	437.352,56	441.953,80	67,68	67.165,09

RECEITAS

Ao final do exercício de 2018 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 226.915,00. Vale ressaltar que o Balanço Orçamentário registra somente o valor das receitas realizadas com o recurso próprio arrecadado pelo órgão, nesta demonstração não são computados os créditos orçamentários recebidos pelo Ministério da Educação no decorrer do exercício, correspondentes às despesas fixadas na lei orçamentária anual (Dotação Atualizada), estes créditos são demonstrados no Balanço Financeiro.

A arrecadação da receita ao final do exercício de 2018 atingiu um excesso de arrecadação 16,32% do total de R\$ 195.082,00 previsto para ser realizado durante o exercício de 2018.

DESPESAS

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas, as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado pelo IFRR para a comunidade. As despesas correntes representaram 95,94% do total da dotação atualizada. O percentual das despesas com custeio da instituição é composto por despesas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, que respectivamente representam do total da dotação atualizada R\$ 103.592.737,00 (79,66%) e R\$ 26.451.239,00, (20,34%).

No que se refere a despesas de capital a dotação inicial foi de R\$ 5.490.000,00 e não houve atualização do valor fixado. O total executado

do valor autorizado para gastos com despesas de capital foi de 98,93%, que corresponde R\$ 5.431.389,62 do total fixado na LOA para investimentos com aquisições de equipamentos, material permanente, imóveis, obras e outros.

Pode-se observar que o balanço orçamentário demonstra na coluna de despesas empenhadas um total superior ao previsto no orçamento, isso se explica por causa dos créditos descentralizados de outros órgãos para a Instituição no final do ano.

RESTOS A PAGAR

São restos a pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Classifica-se em dois tipos de restos a pagar: processados (despesas liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

Esta nota explicativa irá considerar para efeito de análise a evolução somente das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados (RPNP), tendo em vista a relevância das informações sobre as despesas empenhadas que ainda dependem da prestação do serviço ou do fornecimento do material pelo credor.

O total de despesas inscritas mais as reinscritas em janeiro de 2017 foi de R\$ 23.033.847,68. E as inscrições e reinscrições registradas em RPNP, em janeiro de 2018, foi de R\$ 16.232.543,94, cabe destacar que houve uma redução de 29,53%, totalizando em reais R\$ 6.801.303,74, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 29: Restos a pagar não processados inscritos e reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	JAN 2018	JAN 2017	% Evolução
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	R\$ 9.432.462,65	R\$ 15.976.354,95	-40,95
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	R\$ 6.800.081,29	R\$ 7.057.492,73	-3,65
TOTAL	R\$ 16.232.543,94	R\$ 23.033.847,68	-29,53

Fonte: SIAFI WEB, BO 2018-2017.



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

BALANÇO FINANCEIRO

R\$ milhares

	NE	2018	2017
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias (I)		226.915,00	327.824,38
Ordinárias		-	182.296,47
Vinculadas		228.885,00	145.527,91
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		228.885,00	145.527,91
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.970,00	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)		153.246.945,28	158.432.100,04
Resultantes da Execução Orçamentária		135.402.584,57	134.044.499,77
Repasse Recebido		122.915.720,40	123.228.275,61
Sub-repasse Recebido		12.486.864,17	10.816.224,16
Independentes da Execução Orçamentária		17.844.360,71	24.387.600,27
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		17.077.949,74	23.481.037,24
Movimentação de Saldos Patrimoniais		766.410,97	906.563,03
Recebimentos Extraorçamentários (III)		21.583.673,29	9.851.813,87
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		8.289.868,97	385.487,01
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		12.914.129,61	9.432.462,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		210.942,72	33.279,23
Outros Recebimentos Extraorçamentários		168.731,99	584,98
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		10.444,18	584,98
Arrecadação de Outra Unidade		155.992,01	
Demais Recebimentos		2.295,80	
Saldo do Exercício Anterior (IV)		1.301.715,60	1.375.693,65
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.301.715,60	1.375.693,65
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		134.781.911,47	130.152.096,35

DISPÊNDIOS		
Despesas Orçamentárias (VI)	136.697.030,66	132.918.623,06
Ordinárias	120.458.885,94	44.859.994,96
Vinculadas	16.238.144,72	88.058.628,10
Educação		85.212.721,99
Seguridade Social (Exceto RGPS)	10.446.962,20	
Recursos de Receitas Financeiras	3.342.360,48	-
Operação de Crédito	607.962,00	1.415.460,66
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.153.546,29	141.687,31
Outros Recursos Vinculados a Fundos	687.313,75	1.288.758,14
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	20.498.627,43	21.871.759,26
Resultantes da Execução Orçamentária	12.569.478,90	11.015.113,91
Repasse Concedido	82.614,73	198.889,75
Sub-repasse Concedido	12.486.864,17	10.816.224,16
Independentes da Execução Orçamentária	7.929.148,53	10.856.645,35
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.772.656,52	10.674.348,88
Movimento de Saldos Patrimoniais	156.492,01	182.296,47
Despesas Extraorçamentárias (VIII)	10.477.484,19	13.895.334,02
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	441.953,80	717.399,34
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.824.587,67	13.144.655,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	210.942,72	33.279,23
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	8.686.106,89	1.301.715,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.686.106,89	1.301.715,60
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	176.359.249,17	169.987.431,94

Fonte: Siasi 2018

O balanço financeiro demonstra tanto as receitas realizadas com recurso próprio quanto os repasses realizados pelo MEC ou por outros órgãos. No quarto trimestre foi registrado **R\$ 135.402.584,57** referente às transferências financeiras resultantes da execução orçamentária – (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos até o quarto trimestre de 2018). Os recursos próprios mais as transferências financeiras perfizeram o total de **R\$ 135.629.499,57**, que corresponde um percentual de **99,22%** em relação ao total de **R\$ 136.697.030,66** de despesas empenhadas ao final do exercício de 2018.

O resultado financeiro é obtido pela dedução do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do “exercício anterior” do saldo da mesma conta apurado no exercício corrente e que se transfere para o “exercício seguinte”.

Quadro 30: Resultado Financeiro dezembro/2018

	2018 R\$	2017 R\$	AH (%)
Dispêndios	8.686.106,89	1.301.715,60	567,28
(+) Saldo para o Exercício Seguinte			
Ingressos	1.301.715,60	1.375.693,65	-5,38
(-) Saldo do Exercício Anterior			
(=) Resultado Financeiro	7.384.391,29	-73.978,05	10081,90

O resultado financeiro ao final do exercício de 2018 foi superavitário em R\$ 7.384.391,29, apresentando um acréscimo de 2017 para 2018, de 10.081,90%.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ milhares

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	12.963.980,15	9.337.797,92
INGRESSOS	153.843.090,81	158.793.203,65
Receitas Derivadas e Originárias	226.915,00	327.824,38
Receita Patrimonial	41.586,67	16.673,60
Receita de Serviços	174.335,00	120.187,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.993,33	190.963,78
Outros Ingressos das Operações	153.616.175,81	158.465.379,27
Ingressos Extraorçamentários	210.942,72	33.279,23
Transferências Financeiras Recebidas	153.246.945,28	158.432.100,04
Arrecadação de Outra Unidade	155.992,01	
Demais Recebimentos	2.295,80	
DESEMBOLSOS	-140.879.110,66	-149.455.405,73
Pessoal e Demais Despesas	-105.589.057,18	-112.541.487,80
Previdência Social	-12.018.394,59	-11.843.863,31
Educação	-93.521.006,77	-100.698.209,47
Desporto e Lazer	-60.100,00	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10.444,18	584,98
Transferências Concedidas	-14.580.483,33	-15.008.879,44
Intragovernamentais	-14.558.263,09	-14.996.940,56
Outras Transferências Concedidas	-22.220,24	-11.938,88
Outros Desembolsos das Operações	-20.709.570,15	-21.905.038,49
Dispêndios Extraorçamentários	-210.942,72	-33.279,23
Transferências Financeiras Concedidas	-20.498.627,43	-21.871.759,26

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.579.588,86	-9.411.775,97
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.579.588,86	-9.411.775,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.513.194,86	-9.404.152,00
Outros Desembolsos de Investimentos	-66.394,00	-7.623,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.384.391,29	-73.978,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.301.715,60	1.375.693,65
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.686.106,89	1.301.715,60

Fonte: Siafi 2018

O fluxo de caixa do IFRR no exercício de 2018 em relação a 2017 teve um aumento de **R\$ 7.384.391,29**, tendo em vista o não pagamento da despesa com pessoal em 31/12/2018, em decorrência da mudança operacional das ordens bancárias, sendo emitidas apenas em 02/01/2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reser va de Capit al	Reser vas de Lucro s	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimoni al	Ações/ Cotas em Tesoura ria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	26.987.344,79	81.429.232,41	-	-	108.416.577,20
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-2.069.178,38	-	-	-2.069.178,38
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	26.987.344,79	25.573.539,95	-	-	-1.413.804,84
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	8.101.138,63	-	-	8.101.138,63
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	113.034.732,61	-	-	113.034.732,61

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	113.034.732,61	-	-	113.034.732,61
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-86.598,85	-	-	-86.598,85
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	9.258.661,49	-	-	9.258.661,49
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	122.206.795,25	-	-	122.206.795,25

Fonte: SIAFI 2018

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota1 Fornecedores e Contas a Pagar



Em 31/12/2018, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 131.198,95 (cento e trinta e um mil, cento e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos) relacionados com fornecedores e contas a pagar de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se o Quadro 3, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Quadro 31: Fornecedores e contas a pagar - Composição R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Circulante			
Nacionais	131.198,95	426.624,21	-99,69
Não Circulante			
Nacionais			
Total	131.198,95	426.624,21	-99,69

Fonte: Tesouro Gerencial 2018, 18/01/2019.

A composição dos fornecedores e contas a pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve um decréscimo de -99,69% em relação ao período 31/12/17. Essa variação decorre do pagamento das obrigações até o período de fechamento do trimestre.

Na continuação, no quadro abaixo relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

Quadro 32: Fornecedores e contas a pagar - unidade gestora contratante R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	6.940,00	133.659,86	5,29	-94,8077
158350 – Campus Boa Vista Centro	61.126,90	57.627,16	46,59	6,073074
158351 – Campus Novo Paraíso	3.414,46	24.271,51	2,60	-85,9322
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	25.535,84	43.317,80	19,46	-41,05
158510 – Campus Amajari	34.181,75	167.747,88	26,05	-79,6231
Total do Órgão	131.198,95	426.624,21	100,00	-

Fonte: Tesouro Gerencial 2018, 18/01/2019.

Todas as unidades gestoras, com exceção da UG 158350, diminuíram no 4º trimestre 2018 o valor de fornecedor e contas a pagar comparado ao mesmo período do exercício anterior.

No quadro apresentado a seguir, relaciona-se os 05 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2018.

Quadro 33: Fornecedores e contas a pagar por fornecedor R\$ milhares

Fornecedor	31/12/2018	AV (%)
05672841000169 AGUA VIVA - COMERCIO E SERVICOS LTDA	25.819,32	29,11
25278459000182 SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A.	25.535,84	28,79
23791616000123 JOSE DOMINGOS MENDES	16.490,00	18,59
14272952000179 VERA LUCIA FRANCISCA DOS SANTOS	12.165,00	13,71
25136176000104 HELLO PRINT COMUNICACAO VISUAL LTDA	8.699,18	9,81
Total	88.709,34	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018, 18/01/2019.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Quadro 34: Fornecedores - Principais Transações R\$ milhares

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
05672841000169	Limpeza e conservação do Campus Amajari	25.819,32	20/12/18
25278459000182	Vigilância armada do Campus Zona Oeste	25.535,84	21/12/18
23791616000123	Manutenção corretiva de equipamentos audiovisuais do CBV	16.490,00	22/11/18
14272952000179	Aquisição de material de divulgação inst. e sinal. visual para o CBV	12.165,00	21/12/18
25136176000104	Aquisição de material de divulgação inst. e sinal. visual para o CBV	8.699,18	19/12/18
TOTAL		88.709,34	

Fontes: BALANCETE SIAFI 2018; Órgão 26437

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere ao Fornecedor ÁGUA VIVA - COMERCIO E SERVICOS LTDA, referente a notas pendentes da despesa com limpeza e conservação do Campus Amajari.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota2 Obrigações Contratuais



Em 31/12/2018, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 18.046.321,58 (dezoito milhões, quarenta e seis mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos) referente a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos em execução.

A seguir, apresenta-se o quadro com essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 35: Obrigações contratuais - Composição órgão R\$ milhares (ou R\$)

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	424.138,17	36.586,97	1059,26	2,35
Fornecimento de Bens	2.614.457,32	1.121.580,14	133,10	14,49
Seguros	6.251,24	6.251,24	0,00	0,03
Serviços	15.001.474,85	13.754.974,79	9,06	83,13
Total	18.046.321,58	14.919.393,14	20,96	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018, 18/01/2019.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde 83,13% ao final de 31/12/2018. Em relação ao período 31/12/17, houve um aumento de 20,96% de obrigações contratuais. A contratação que sofreu maior variação foi referente a aluguéis por causa do registro do termo aditivo 13/2017 referente a locação de um prédio comercial para reitoria do IFRR, vigência de 01/01/2018 a 01/01/2020.

A seguir, apresenta-se o quadro que relaciona as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2018.

Quadro 36: Obrigações contratuais - Por Órgão/Unidade Gestora Contratante R\$ milhares (ou R\$)

	31/12/2018	AV (%)
158152 – Reitoria	4.399.721,82	24,38
158350 – Campus Boa Vista Centro	4.400.361,85	24,38
158351 – Campus Novo Paraíso	2.483.670,62	13,76
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	1.484.795,12	8,23
158510 – Campus Amajari	5.277.772,07	29,25
Total	18.046.321,58	100,00

Fonte: Balancete 2018

As unidades gestoras 158350 e 158510 são responsáveis por 53,63% do total contratado, tendo em vista que a UG 158350 é o maior Campus do Instituto Federal de Roraima, apresentando um maior custo de manutenção e a UG 158510 por seu custo de manutenção com assistência aos estudantes.

No quadro apresentado a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018.

Quadro 37: Obrigações contratuais por Contratado

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2018	AV (%)
M. DO ESPIRITO SANTO LIMA - EIRELI	1.689.682,70	18,57
RORAIMA ENERGIA S.A	1.397.563,37	15,36
DR7 SERVICO DE OBRAS DE ALVENARIA LTDA	1.130.819,11	12,43
CERASA ENGENHARIA LTDA	953.556,65	10,48
APPROACH TECNOLOGIA LTDA	829.672,00	9,12
R M P ROMERO	807.345,90	8,87
PREMOL INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	652.708,48	7,17
FOOD ALIMENTACAO EIRELI	565.328,84	6,21
SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A.	559.343,04	6,15
M. O. B. DE ANDRADE MOURA	513.495,32	5,64
Total	9.099.515,41	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Em relação aos contratos apresentados no quadro acima eles representam 50,42% do total a ser pago. Sendo que a empresa Premol Industria Comercio e Servicos Ltda – EPP responsável pela construção do Campus Boa Vista Zona Oeste, consta com saldo na conta de contrato pendente de baixa, pois o prazo da vigência encerrou em 09/06/2017 e a obra não foi concluída. Conforme informações do contador responsável, estão aguardando os devidos trâmites processuais para baixa do valor.

Em relação aos contratados mais expressivos, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar



Esta Nota Explicativa visa apresentar a execução orçamentária dos Restos a Pagar Não Processados do Instituto Federal de Roraima no período de 2018 e apresentou os valores inscritos por unidade gestora conforme apresentado no quadro abaixo.

Unidade Gestora	Total Inscrito (1)	Total Reinscrito (2)	(1)+(2)	%(1)+%(2)
158152 - Reitoria	1.167.068,64	3.548.587,62	4.715.656,26	29,05
158350 - Campus Boa Vista	3.678.788,19	498.461,72	4.177.249,91	25,73
158351 - Campus Novo Paraíso	1.677.588,43	648.073,15	2.325.661,58	14,33
158352 - Campus Boa Vista Zona Oeste	1.069.773,04	1.544.076,86	2.613.849,90	16,10
158510 - Campus Amajari	1.839.244,35	560.881,94	2.400.126,29	14,79
TOTAL ÓRGÃO 26437 - IFRR	9.432.462,65	6.800.081,29	16.232.543,94	100%

Fonte: Tesouro Gerencial (dez/2018)

A unidade 158152 (Reitoria) apresentou um percentual maior inscrito em restos a pagar, considerando os investimentos em reforma e ampliação do Campus Avançado Bonfim. Do total inscrito e reinscrito a Reitoria corresponde a 29,05%.

O IFRR também executa sua despesa por meio de créditos descentralizados e emendas parlamentares. Assim, o quadro abaixo demonstra a origem do orçamento executado.

Quadro 39: Restos a Pagar Não Processados Inscritos - origem do orçamento executado

Unidade Gestora	Total Inscrito		% (1)	% (2)
	Orçamento IFRR (1)	Descentralizados (2)		
158152 – Reitoria	2.370.441,50	2.345.214,76	50,27	49,73
158350 – Campus Boa Vista	3.906.431,69	270.818,22	93,52	6,48
158351 – Campus Novo Paraíso	2.224.201,10	101.460,48	95,64	4,36
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	2.613.849,90	-	100	0
158510 – Campus Amajari	2.400.126,29	-	100	0
TOTAL POR ORÇAMENTO	13.515.050,48	2.717.493,46	83,26	16,74
TOTAL GERAL	16.232.543,94		100%	

Fonte: Tesouro Gerencial (dez/2018)

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

Quadro 38: Contratos mais expressivos

Contratado	Objeto	Valor Contratado R\$	Valor a Executar R\$	Validade
M. do Espírito Santo Lima Eireli	Serviço de limpeza - Reitoria	359.780,76	250.341,78	17/12/18
	Serviço de motorista - Reitoria	210.381,79		18/02/19
	Serviço de motorista - CBV	546.217,44	603.830,13	14/08/19
	Serviço de apoio adm. e man. Predial - CBV	409.377,96		04/04/19
	Serviço de motorista - CBVZO	103.594,89		04/06/19
	Serviço de motorista - CNP	919.637,02	769.780,51	24/08/19
	Serviço de motorista - CAM	168.043,86	38.755,87	22/02/19
Total 01			1.689.682,70	-
Boa Vista Energia S/A	Serviço de fornecimento de energia – Reitoria	253.000,00	227.682,41	22/05/20
	Serviço de fornecimento de energia – CBV	954.198,40	622.349,37	21/07/19
	Serviço de fornecimento de energia – CBVZO	552.000,00	410.969,26	24/05/20
	Serviço de fornecimento de energia – CNP	300.000,00	105.410,66	30/03/22
	Serviço de fornecimento de energia – CAM	225.000,00	31.151,67	04/08/20
Total 02			1.397.563,37	-
DR7 Serviço de Obras de Alvenaria Ltda	Serviço de reforma e ampliação - CAB	1.130.819,11	1.130.819,11	14/01/19
Total 03			1.130.819,11	-

Fontes: BALANCETE SIAFI 2018, SIASG e SUAP IFRR.

Pode-se observar que as principais transações realizadas no órgão são referente às empresas M. do Espírito Santo Lima – Eireli, responsável pelos contratos de limpeza, motorista, e apoio administrativo e manutenção predial nas unidades da Instituição; Boa Vista Energia S/A responsável pelo contrato de fornecimento de energia; e por fim a empresa DR7 Serviço de Obras de Alvenaria responsável pela reforma e ampliação do Campus Avançado Bonfim.

Quanto ao total de Restos a Pagar inscritos no IFRR apresentado na tabela acima, 83,26% pertencem ao orçamento do próprio órgão, enquanto 16,74% provém do orçamento de outros órgãos, provenientes de Termos de Cooperação celebrados e que atenderam as unidades 158152, 158350 e 158351. A composição dos restos a pagar não processados inscritos e reinscritos em 2018 por grupo de despesa e unidade gestora é apresentada no quadro abaixo.

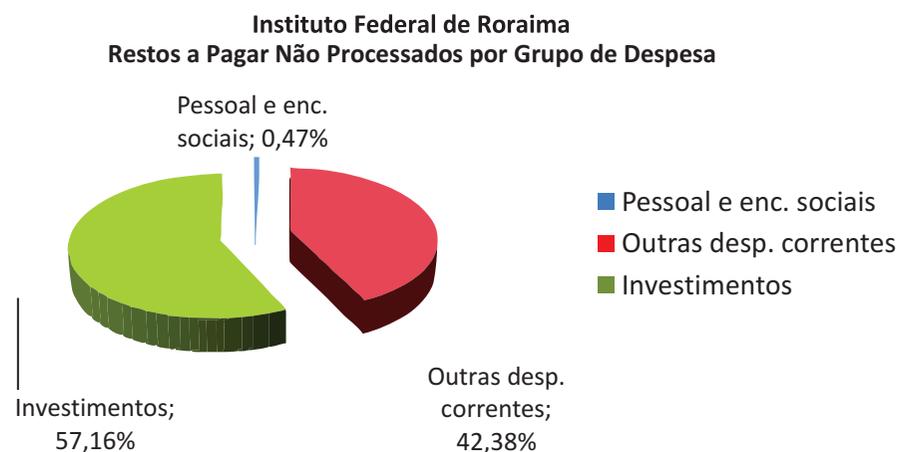
Quadro 40: Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos- Grupo de Despesa

Unidades Gestoras	Grupo de Despesa (R\$)			
	Pessoal e enc. sociais	Outras desp. correntes	Investimentos	Totais por UG
158152	75.655,20	1.979.677,42	2.660.323,64	4.715.656,26
158350	-	2.238.493,99	1.938.755,92	4.177.249,91
158351	-	1.400.633,73	925.027,85	2.325.661,58
158352	-	213.368,84	2.400.481,06	2.613.849,90
158510	-	1.046.711,13	1.353.415,16	2.400.126,29
Totais (GD)	75.655,20	6.878.885,11	9.278.003,63	16.232.543,94
%	0,47%	42,38%	57,16%	100

Fonte: Tesouro Gerencial (dez/2018)

Figura 45: RAP não processados por grupo de despesa

A execução dos Restos a Pagar Não Processados em 2018 está ilustrada na figura abaixo, que demonstra os percentuais por grupo de despesa.



Constata-se que cerca de 57,16% do saldo inscrito se refere ao grupo investimentos. Estes investimentos referem-se: a reforma e ampliação do Campus Avançado de Bonfim por meio de Termo de Cooperação Técnica com a SETEC/MEC no valor de R\$ 1.955.740,80; a construção do muro de proteção do terreno do Campus Avançado do Bonfim por meio de emenda parlamentar da senadora Angela Portela no valor de R\$ 500.000,00 e R\$ 161.718,79 por meio de orçamento do IFRR. Quanto as obras referente ao Campus Avançado de Bonfim estão em fase de execução. No Campus Novo Paraíso a inscrição em restos a pagar se deve a aquisição de equipamentos para estruturar a unidade. Do montante inscrito nesta unidade, 65,28% foi pago e 7,52% foi cancelado, restando ainda 27,20% a pagar.

Quanto à inscrição do grupo pessoal e encargos sociais, a natureza de despesa 319096 – Pessoal Requisitado teve que ser inscrita em

Restos a Pagar pois a fatura com os valores a pagar do mês de dezembro/2017, só foi enviada ao órgão no mês de janeiro/2018. Outra inscrição relativa a pessoal foi a de encargos patronais de folha suplementar do mês de dezembro/2017. Esta inscrição se deu tendo em vista o aguardo de relatório do valor discriminado a ser recolhido sobre a folha complementar. Como não foi gerado este relatório, foram cancelados os saldos dos empenhos de encargos patronais e pessoal requisitado. Portanto, quanto ao grupo de despesa pessoal e encargos inscritos em RAP não existe pendência a pagar.

A execução orçamentária dos restos a pagar não processados por UG pode é demonstrada no quadro a seguir.

Quadro 41: Restos a Pagar Não Processados Inscritos: Execução Orçamentária por UG

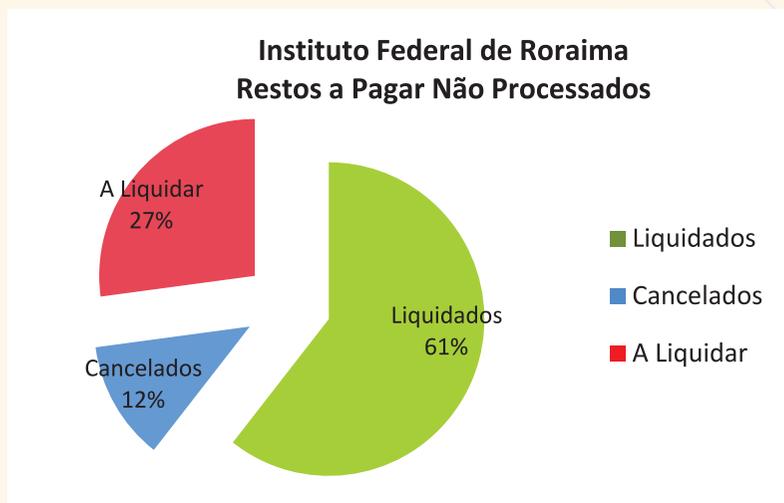
Unidades Gestoras	Inscritos (A)	Liquidados (B)	Cancelados (C)	A Liquidar (D)=(A)-(B)-(C)	Pagos (E)	A Pagar (F)=(B)-(E)+(D)
158152	4.715.656,26	1.916.964,66	900.624,74	1.898.066,86	1.916.964,66	1.898.066,86
158350	4.177.249,91	3.236.348,41	435.425,70	505.475,80	3.229.963,70	511.860,51
158351	2.325.661,58	1.520.306,09	174.830,58	630.524,91	1.518.191,24	632.639,76
158352	2.613.849,90	1.673.792,46	270.917,95	669.139,49	1.673.792,46	669.139,49
158510	2.400.126,29	1.485.991,17	215.590,72	698.544,40	1.485.675,61	698.859,96
TOTAL	16.232.543,94	9.833.402,79	1.997.389,69	4.401.751,46	9.824.587,67	4.410.566,58

Fonte: Tesouro Gerencial (dez/2018)

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

.A execução dos Restos a Pagar Não Processados em 2018 está ilustrada na figura abaixo, que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.

Figura 46: Execução de RAP não processados



Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar na figura acima que até 31/12/2018 houve a liquidação de 61%, o cancelamento de 12% e saldo a liquidar de 27%. Do total inscrito e reinscrito foi pago 61% restando um percentual de saldo pagar de 27%.

As despesas inscritas em restos a pagar não processados no IFRR se justificam pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade das mesmas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Portanto, a maior parcela do saldo de restos a pagar não processados constante no IFRR é representada por despesas excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

Esta instituição vem ao longo dos meses realizando o levantamento por

meio de consulta aos setores demandantes de quais Restos a Pagar Não Processados ainda serão executados e o atraso na execução dos restos a pagar se deve a mudança dos demandantes que as vezes desconhecem que existem pendências quanto à execução.

Assim, orientações foram repassadas por meio do setor Administrativo para que os demandantes acompanhem o processo de execução da despesa de suas solicitações no sentido de liquidar a despesa no prazo que a lei estabelece, excetuando-se apenas os casos em que não é possível realizar a liquidação no exercício devidamente justificada.

O Instituto Federal de Roraima tem se empenhado, não só para reduzir o saldo inscrito em RPNP como também, melhorar a gestão dos recursos, por entender que estes refletem diretamente na qualidade do serviço público oferecido à sociedade.

Em relação ao exercício de 2017, pode-se afirmar que no exercício de 2018 houve uma redução de 29,53% de despesas inscritas em Restos a Pagar. No decorrer do exercício tanto o setor contábil quanto o setor administrativo envidaram esforços para a diminuição dos valores inscritos em restos a pagar. A solicitação também foi realizada aos Campi para que o acompanhamento dos Restos a Pagar seja constante.

Do total de despesas correntes inscritas foram liquidadas 61,72%, o equivalente a R\$ 4.292.290,56 e o percentual de empenhos cancelados foi de 19,20%. Em relação a despesa de capital o percentual liquidado foi de 59,72%, que corresponde R\$ 5.541.112,23 do montante de R\$ 9.278.033,63 inscritos nesta categoria e foram cancelados 7,16%. Vale ressaltar, que o órgão conseguiu reduzir consideravelmente o saldo da conta restos a pagar, principalmente o de despesas correntes, que teve uma redução, entre liquidações e cancelamentos, de 81,16% do total inscrito. Já as despesas de capital, entre liquidações e cancelamentos, o percentual de redução foi de 66,88%. excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

Quadro 42: Execução de RPNP

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.972.582,67	4.981.957,64	4.292.290,56	4.285.590,29	1.333.525,61	1.335.424,41
Pessoal e Encargos Sociais	-	75.655,20	16.614,11	16.614,11	59.041,09	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.972.582,67	4.906.302,44	4.275.676,45	4.268.976,18	1.274.484,52	1.335.424,41
Inscrito + Reinscrito	6.878.885,11					
PERCENTUAL %			61,72	61,62	19,17	19,20
DESPESAS DE CAPITAL	4.827.498,62	4.450.505,01	5.541.112,23	5.538.997,38	663.864,08	3.075.142,17
Investimentos	4.827.498,62	4.450.505,01	5.541.112,23	5.538.997,38	663.864,08	3.075.142,17
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Inscrito + Reinscrito	9.278.003,63					
PERCENTUAL %			59,72	59,70	7,16	33,14
TOTAL COR. + CAP.	6.800.081,29	9.432.462,65	9.833.402,79	9.824.587,67	1.997.389,69	4.410.566,58
TOTAL GERAL	16.232.543,94		60,58%	60,52%	12,30%	27,17%

Fonte: SIAFI WEB, BO 2018-2017.

Observa-se, que a despesa de capital representa mais da metade do total registrado em RPNP, o que corresponde a 57,16%. São relativos a investimentos realizados com obras de engenharia, compra de equipamentos e mobiliários em geral, visando a expansão dos campi Boa Vista, Novo Paraíso, Boa Vista Zona Oeste, Amajari e Avançado Bonfim, além da Reitoria.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 4 Intangível



Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, o Órgão 26437 apresentou um saldo de **R\$ 76.718,40** relacionados a intangível.

No quadro a seguir, é apresentado a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

Quadro 43: Intangível - Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida			
Software com Vida Útil Indefinida	76.718,40	10.324,40	643,08
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida			
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado			
Amortização Acumulada			
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			
Total			

Fonte: Tesouro Gerencial (dez/2018)

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo.

O intangível da unidade é de **R\$ 76.718,40** referente a Software com Vida Útil Indefinida e não possui nem Marcas Direitos e Patentes de Vida Útil definida ou Indefinida nem Software com Vida Útil Definida ou Direito de Uso de Imóvel com prazo Determinado ou Indeterminado. Em relação ao exercício anterior houve acréscimo de 643,08% representando 0,06% do total do Ativo. Estes softwares foram adquiridos para atender ao Departamento Técnico de Engenharia e Obras da Reitoria do IFRR.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 5 Imobilizado



O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, o Instituto Federal de Roraima apresentou um **saldo de R\$ 118.145.797,97** relacionados a imobilizado, conforme pode ser observado no Balanço Patrimonial. No quadro a seguir, é apresentado a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2018.

Quadro 44: Imobilizado - Composição

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Bens Móveis	38.479.986,29	37.631.766,66	2,25
(+) Valor Bruto Contábil	47.052.700,37	44.617.017,73	5,46
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(8.572.229,33)	(6.984.766,32)	22,73
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(484,75)	(484,75)	0,00
Bens Imóveis	79.665.808,68	70.872.652,35	12,41
(+) Valor Bruto Contábil	80.195.419,85	71.191.601,71	12,65
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(529.611,17)	(318.949,36)	66,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	118.145.794,97	108.504.419,01	8,89

Fonte: Tesouro Gerencial 2019.



Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26437 em 31/12/2018 totalizaram R\$ 38.479.986,29 milhões subtraídos da depreciação e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro 45: Bens Móveis - Composição

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	14.987.115,83	13.843.880,72	8,26
Bens de Informática	9.966.645,92	9.594.076,02	3,88
Móveis e Utensílios	11.392.942,17	11.108.286,72	2,56
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.435.642,07	3.283.182,44	4,64
Veículos	6.954.532,95	6.622.902,96	5,01
Bens Móveis em Almoarifado	150.032,56	0,00	
Demais Bens Móveis	165.788,87	164.688,87	0,67
Depreciação / Amortização Acumulada	(8.572.229,33)	(6.984.766,32)	22,73
Redução ao Valor Recuperável	(484,75)	(484,75)	0,00
Total	38.479.986,29	37.631.766,66	2,25

Fonte: Tesouro Gerencial 2019.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 38,95% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto pelos seguintes bens abaixo:

Quadro 46: Máquinas, Aparelhos e Equipamentos

R\$ milhares

	31/12/2018	AV(%)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	2.064.580,90	13,78
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	436.211,57	2,91
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	2.383.602,26	15,91
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.006.942,17	6,72
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	537.336,37	3,59
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	478.647,42	3,19
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	3.962.357,96	26,44
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	27.050,17	0,18
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	215.911,41	1,44
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	302.899,96	2,02
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	290,00	0,00
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	1.243.890,28	8,30
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	1.201.202,91	8,02
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	5.253,32	0,04
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	55.708,00	0,37
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	980.339,54	6,54
OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	84.891,59	0,57
	14.985.000,98	100,00

Fonte: Balancete 2018

Depreciação, amortização ou exaustão dos bens móveis

Esta UPC vem atendendo a NBC T 16.9 e a NBC T 16.10 e suas alterações conforme determinação do CFC e a Portaria N° 184/08 do Ministério da fazenda. A metodologia utilizada por esta UPC está detalhada no Manual SIAFI na Macrofunção 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO AUT. E FUNDAÇÕES, onde estabelece os prazos de vida útil e valores residuais a serem aplicados em cada conta contábil, utilizando-se o método das quotas constantes. O registro da depreciação foi lançado no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), no entanto, ainda está pendente o registro nos Controles Patrimoniais de cada unidade gestora subordinada no Suap. Em 2018 não foi informado se as contas que estavam pendentes de regularização haviam sido reclassificadas para que se desse início ao processo de geração de relatório de depreciação no Suap. Assim, a depreciação continua sendo realizada por meio de um controle de planilha em excel pelos setores de contabilidade de cada unidade gestora.



Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2018 totalizaram **R\$ 79.665.808,68** milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 47: Bens Imóveis - Composição

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	34.085.283,04	28.487.344,79	19,65
Bens Imóveis em Andamento	44.876.199,99	41.726.139,10	7,55
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	23.780,00	23.780,00	0,00
Instalações	1.210.156,82	954.337,82	26,81
Depreciação / Amortização Acumulada	(529.611,17)	(318.949,36)	66,05
Total	79.665.808,68	70.872.652,35	12,41

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

De acordo com o quadro anterior, os Bens Imóveis em Andamento correspondem a 42,78% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26437, perfazendo o montante de R\$ 44.876.199,99 em 31/12/2018 a valores brutos. Em síntese, os Bens de Uso Especial relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Instituto Federal de Roraima são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Edifícios.

Quadro 48: Bens de Uso Especial - Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas			
Terrenos, Glebas			
Aquartelamentos			
Imóveis de Uso Educacional	34.085.283,04	28.487.344,79	19,65
Edifícios			
Complexos, Fábricas e Usinas			
Imóveis Residenciais e Comerciais			
Aeroportos, Estações e Aeródromos			
Outros Bens Imóveis de Uso Especial			
Total	34.085.283,04	28.487.344,79	19,65

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Destaca-se que a conta de Bens Imóveis em Andamento deverá ser ajustada conforme análise das obras concluídas, tendo seu registro realizado no sistema Spiunet. Análises estão sendo realizadas pelo setor competente de obras da Instituição para que tenhamos o valor transferido para as contas específicas.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Durante o exercício, não ocorreram reavaliações no órgão 26437.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e

fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidênciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

O órgão 26437 não depreciou os bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e os bens móveis estão sendo depreciados com base no valor contábil registrado no SIAFI. A depreciação em sistema próprio da unidade – SUAP, ainda não foi realizada, pois estava aguardando as regularizações de contas classificadas em bens a classificar na unidade 158350 – Campus Boa Vista.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet



A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

Atualmente a depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet do órgão é realizada pela Coordenação Geral de Contabilidade do Tesouro baseado em planilhas encaminhadas pela SPU.

Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Siafi. Em 2018, o IFRR apresentou as seguintes restrições contábeis por unidade gestora:

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO ANO POR UG						
Rest.	Título	Unidades				
		158152	158350	158351	158352	158510
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	-	-	11	11	10
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1	2	2	4	4
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	11	-	-	-	-
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	12	12	-	-	-
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	8	-	-	-	-
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	1	-	2	-	-
703	ERRO NA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	1	-	-	-	-
723	'NE' INDICADAS INSC RP X CONTROLE POR EMPENHO	-	-	-	-	1
736	FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTABIL	-	-	1	1	2

Dentre as ocorrências citadas, a mais recorrente é “SD CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB”, tendo em vista a inconsistência entre os saldos do controle patrimonial e contabilidade nas unidades 158152 e 158350. Em seguida, “FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB”, em decorrência do não envio do Relatório Mensal de Almoxarifado e Bens Móveis pelas Coordenações de Almoxarifado e Patrimônio das unidades 158351, 18352 e 158510. O registro dos bens móveis (almoxarifado e patrimônio) já pode ser lançado no controle de patrimônio no Suap, mas não foi informado o motivo do não envio por parte dos responsáveis.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

Determinação da materialidade das informações

Para determinação dos temas a serem incluídos no relatório de gestão, o IFRR optou por focar nas ações institucionais que trouxeram mais impacto à sociedade, ocasionando a entrega de maior valor para o cidadão em curto, médio e longo prazo, assim como àquelas que exigiram a utilização de maior recursos federais. Para tanto foi utilizada a matriz de materialidade disposta no quadro abaixo.

Quadro 49: Matriz de materialidade

Matriz de Materialidade
Ensino
Pesquisa e Inovação
Extensão
Missão Institucional
Desenvolvimento das ações 20RL e 2994
Gestão Administrativa
Gestão de Pessoas
Governança
Gestão Financeira
Infraestrutura
Relacionamento com a sociedade

As principais ações elencadas passaram por uma análise quanto ao impacto no cumprimento dos objetivos estratégicos correspondentes e sua relevância, segundo a gestão.

A escolha dos indicadores apresentados se deram de forma a atender alguns critérios, sendo eles: relevância para o cumprimento da missão, relevância para a sociedade, confiabilidade de fonte e tempestividade. Praticamente todos eles já constavam no PDI, no entanto, adotamos também aqueles referentes à Lei 11.892/2008, presentes na Plataforma Nilo Peçanha.



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Para o acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU), o IFRR conta com o monitoramento da unidade de Auditoria Interna, para implementação das deliberações do órgão de controle externo. No exercício de 2018, o TCU encaminhou ao IFRR o Acórdão relacionados no quadro abaixo:

Quadro 50: Recomendações do TCU 2018 direcionadas ao IFRR

Processo	Acórdão	Assunto	Tratamento
TC 001.732/2018-8	1943/2018 - Plenário	Auditoria realizada em 17 Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte, com o objetivo de verificar a observância dos requisitos de transparência previstos na Lei 12.527/2011, chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), e no Decreto 7.724/2012, que a regulamentou.	Atualização do site institucional do IFRR.

No entanto, além do acima citado, citamos no quadro abaixo as recomendações do TCU que ainda permanecem pendentes

Quadro 51: Recomendações do TCU direcionadas ao IFRR

Processo	Acórdão	Recomendação
TC 031.642/2016-0	3955/2017 – 2ª Câmara	1.8.1. realizar pesquisas periódicas, registrando-as para posterior consulta e controle, nos sistemas RAIS, Siape e nos portais de transparência do Governo do Estado de Roraima e dos municípios desse estado, avaliando se os servidores do instituto acumularam outros cargos públicos federais, estaduais ou municipais, com vistas a promover as medidas administrativas pertinentes, caso identificada acumulação ilegal de cargos

Justificativa:

Considerando a expressiva demanda rotineira de trabalho da gestão de pessoas, bem como a necessidade do cumprimento de solicitações demandadas por meio de auditorias preventivas do TCU e CGU/RR, da auditoria interna ou do sistema de trilhas de auditoria, além das demandas judiciais enviadas pela AGU e MPF, ainda não foi possível atender a recomendação do TCU quanto ao monitoramento de acúmulo de cargos de servidores, realizando pesquisas periódicas nos sistemas e portais indicados, fazendo os devidos registros em planilhas e adotando as devidas providências caso identifique irregularidades.

Encontramos grande dificuldade de realizar o devido monitoramento, pois a recomendação pede que monitoremos em variados sistemas e portais, o que necessita de grande disponibilidade de tempo e pessoal, já que é necessário consultar CPF por CPF.

Informamos que o Ministério do Trabalho realizou o cadastro do IFRR para acesso à base de dados da RAIS e CAGED. No entanto, ainda não conseguimos efetuar o acesso devido inconsistências apresentadas.

Por fim, destacamos que o IFRR vem adotando a exigência de apresentação de declaração de acumulação ou não de cargo público semestralmente, estabelecendo os meses de maio e novembro de cada ano para a entrega no setor de gestão de pessoas, conforme Portaria nº 843/GR, de 18 de maio de 2018. Com isso, identificado o acúmulo é realizada a devida análise quanto a sua legalidade e, sendo ilegal são tomadas as providências cabíveis ao caso.

TC 031.642/2016-0

3955/2017 –
2ª Câmara

1.8.2. adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para registro dos imóveis do *Campus Novo Paraíso*, do *Campus Amajari* e do *Campus Avançado Bonfim*, com vistas a realizar a inscrição de todos os imóveis no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET).

Justificativa:

O cadastro e atualização dos imóveis no sistema, carece da elaboração do laudo de avaliação dos imóveis e suas benfeitorias, com objetivo de obter os valores do terreno e das benfeitorias e posterior lançamento no sistema para cadastro de novos imóveis e atualização de imóveis já registrados. No entanto, não há no quadro da Instituição servidor específico com qualificação para elaborar os laudos de avaliação e os servidores nomeados não detinham habilidades para elaborar tais laudos, portanto, tiveram que realizar estudos e pesquisas para tal atividade. Além disso, na Instituição não havia registros dos limites dos terrenos e das benfeitorias existentes nas unidades ou estavam muito desatualizados.

Assim, como os dados do Campi Amajari e Boa Vista estavam razoavelmente atualizados, foi elaborado os laudo de avaliação e realizado o cadastro do Campus Amajari, restando ainda a atualização do sistema do Campus Boa Vista.

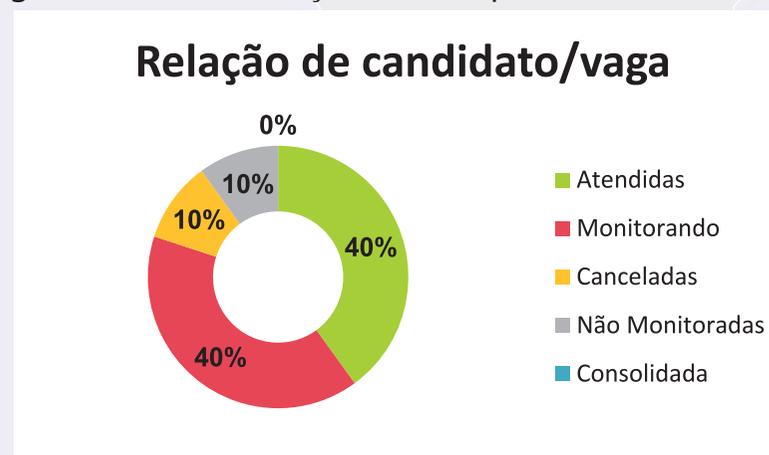
Em relação as demais unidades, estão sendo realizados os levantamentos do terreno e suas benfeitorias para posterior elaboração dos laudos e cadastro no sistema. A previsão para atualização e cadastro de todas as unidades é ainda esse ano de 2019

Tratamento de determinações e recomendações da CGU

Em relação ao acompanhamento das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU), o Sistema Monitor, disponibilizado pela própria CGU, contribui de maneira significativa para externar quais determinações ainda estão pendentes, quais as novas orientações, bem como quais as medidas que foram atendidas pela CGU.

No exercício de 2018 o IFRR recebeu 01 (uma) nova recomendação. Dessa forma foram realizadas atividades objetivando o atendimento das demandas de exercícios anteriores. Para tanto, o IFRR enviou respostas para a CGU, fazendo uso do próprio Sistema Monitor. Dessa forma, estamos aguardando os resultados das análises.

Figura 47: Recomendações da CGU pelo Sistema Monitor



Fonte: Sistema Monitor

Das 10 recomendações emitidas pela CGU constante no Sistema Monitor, 4 foram considerada atendida, 4 estão em monitoramento, 1 foi cancelada e 1 é considerada não monitorada. Não houve recomendação consolidada (agrupadas com outras recomendações de conteúdos idênticos) no exercício.



ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Os gestores reconhecem a responsabilidade por assegurar a integridade do relatório integrado; consideram a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado; e por fim, informam que sua opinião ou conclusão quanto ao fato apresentação do relatório integrado está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC.

Boa Vista, 28 de fevereiro de 2019.

Sandra Mara de Paula Dias Botelho
REITORA

Regina Ferreira Lopes
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Saul Silva Santos
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Sandra Grützmacher
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Nadson Castro dos Reis
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Daniele Sayuri Fujita Ferreira
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Roraima

